



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (PROFEPT)**

MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR
DE ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO**

Maceió

2020

MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR
DE ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof^a Dr^a Ana Paula Santos de Melo Fiori

Coorientador: Prof^a Dr^a Gessika Cecilia Carvalho da Silva

Maceió

2020



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

M543f

Menezes, Melissa Rossana de Oliveira.

Formação de professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica de ensino médio / Melissa Rossana de Oliveira Menezes. – 2020.

124 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Orientação: Prof. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori.

Dissertação de Mestrado - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Inclusão Escolar. Alunos Surdos. 3. Ensino. 4. Formação - Professores.
5. Produto Educacional. I. Título.

CDD: 371.9

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR
DE ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA DE NÍVEL MÉDIO**

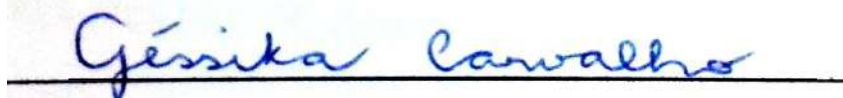
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de junho de 2020.

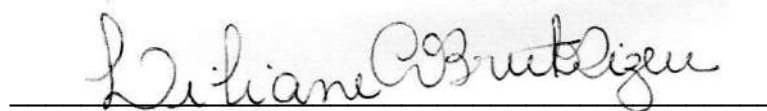
COMISSÃO EXAMINADORA



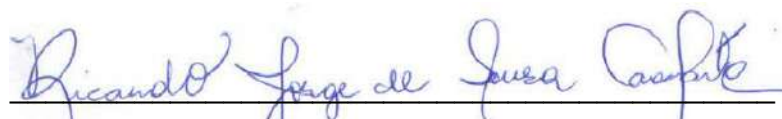
Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL
Orientadora



Profa. Dra. Gessika Cecília Carvalho da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL
Coorientadora



Profa. Dra. Liliiane Correia Toscano de Brito Dizeu
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL



Prof. Dr. Ricardo Jorge de Souza Cavalcanti
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL

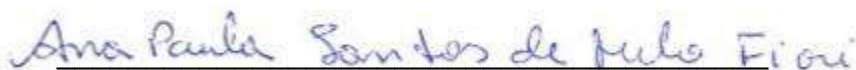
MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS

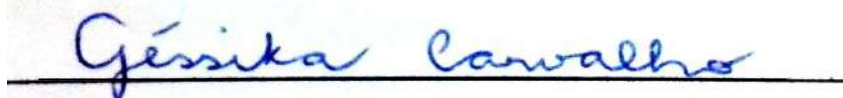
Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 22 de junho de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



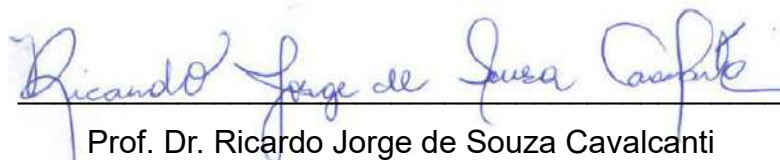
Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL
Orientadora



Profa. Dra. Géssika Cecília Carvalho da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL
Coorientadora



Profa. Dra. Liliiane Correia Toscano de Brito Dizeu
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL



Prof. Dr. Ricardo Jorge de Souza Cavalcanti
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IFAL

Dedico este trabalho a minha filha Lívia, uma estrelinha caída do céu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por todas as oportunidades de recomeço na minha vida.

Aos meus pais pelo apoio incondicional durante toda a minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

A minha irmã Karina Rossana Menezes Schüssler, pela competência e paciência dedicadas ao longo dessa trajetória, pois fez toda a diferença.

À irmã de coração Michele Jacintha Cavalcante Oliveira, pelo apoio e carinho dedicados na fase de qualificação deste trabalho.

Ao IFAL pela acolhida e por ter acreditado no meu trabalho, fazendo com que eu fosse removida ao Instituto de forma permanente.

Aos colegas de turma, hoje amigos, Carlos Farias e Fernanda Cordeiro, pelos momentos únicos e terapêuticos de conversa todas as sextas-feiras.

Ao amigo Jonatas Rocha Cruz, pelo apoio e amizade dedicados durante a realização deste trabalho.

Aos servidores do Campus Benedito Bentes, pela acolhida e disponibilidade em nos atender todas às sextas-feiras, em nossos momentos presenciais.

À toda equipe do ProfEPT, coordenação e professores, pela oportunidade e apoio necessários para a realização dos nossos estudos.

Ao Professor Eder Junior Cruz de Souza e a todos servidores e colaboradores do Campus Marechal Deodoro.

À Professora Ana Paula Santos de Melo Fiori, minha orientadora, pelo percurso trilhado em parceria durante esses dois anos de mestrado.

À Professora Gessika Cecília Carvalho, por aceitar o convite para a coorientação, e pelas contribuições imprescindíveis a este trabalho.

Ao Professor Ricardo Jorge de Souza Cavalcanti, pela dedicação, compromisso e interlocuções dedicadas à nossa turma ao longo desses dois anos.

Ao Professor Ednaldo Farias Gomes, pela delicadeza nos apontamentos dispensados a essa pesquisa na banca de qualificação.

A todos os colegas de turma do mestrado, pela troca de experiências e momentos inesquecíveis vivenciados durante essa desafiadora jornada chamada ProfEPT.

RESUMO

A obrigatoriedade da reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) nas Instituições Federais de Ensino brasileiras tem se constituído como um desafio para a realização de um processo de inclusão escolar efetivo. Em razão disso, este trabalho se originou a partir de uma inquietação sobre o processo de inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas, o que levou ao desenvolvimento de uma pesquisa de cunho diagnóstico voltada a necessidade elaboração de um Produto Educacional destinado à formação dos professores que atuam nesses contextos da EPT. O percurso metodológico utilizado para a elaboração da pesquisa diagnóstica se apoiou na abordagem qualitativa, cujo método é o da pesquisa-ação, por meio de um questionário aplicado aos professores de um Curso de Nível Médio Integrado de um dos Campi do Instituto. Os dados coletados apresentaram as seguintes lacunas no processo de inclusão desse curso: i) falta de acolhimento no ingresso do aluno surdo, haja vista a carência de planejamento pedagógico adaptado à Cultura Surda, ii) necessidade de contratação de mais tradutores e intérpretes de Libras para acompanhamento e suporte nas atividades curriculares e, iii) a ausência de uma formação continuada sobre a inclusão escolar para os professores. Esses dados, analisados em diálogo com os autores utilizados na fundamentação teórica, serviram de base para a elaboração do Produto Educacional voltado a esses professores, no intuito de contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos. Os resultados obtidos da pesquisa empreendida destacaram a importância da realização de iniciativas a exemplo da formação de professores voltada à inclusão escolar, como também a relevância do conhecimento da Cultura Surda para o ensino de alunos surdos, e, por fim, a necessidade de formação continuada para os professores, de forma que a prática docente se revista, de fato, dos princípios que integram a Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Alunos Surdos. Ensino. Formação de Professores. Produto Educacional.

ABSTRACT

The mandatory vacancies reservation for People with Disabilities (PcD) in Brazilian's Federal Education Institutions has been a challenge to carry out an effective school inclusion process. As a result, this work originated from a concern about the deaf student's school inclusion process in the Professional and Technological Education at the Federal Institute of Alagoas, which led to the development of a diagnostic research focused on the need for Educational Product's elaboration aimed at training teachers who work in these contexts of EPT. The methodological path used for the diagnostic research elaboration was based on the qualitative approach, whose method is that of action-research, through a questionnaire applied to the teachers of an Integrated Middle Level Course of one of the Campuses of the Institute. The data collected presented the following gaps in this course inclusion's process: i) lack of acceptance in the admission of the deaf student, therefore the missing of pedagogical planning adapted to the Deaf Culture, ii) necessity to hire more Libras's translators and interpreters for monitoring and supporting curricular activities and, iii) teachers continued training's absence on school inclusion. These data, analyzed in dialogue with the authors used in the theoretical foundation, served as a basis for the Educational Product's elaboration for those teachers, which aimed to an inclusive teaching process improvement of the teaching and learning process of deaf students. The results obtained from the research undertaken highlighted the importance of carrying out initiatives such as teacher training aimed at school inclusion, as well as the relevance of Deaf Culture knowledge for the teaching of deaf students, and, finally, the need for continuing education for teachers, so that teaching practice is in fact revised from the principles that integrate Inclusive Education.

Keywords: School Inclusion. Deaf People. Teaching. Teacher Training. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo da legislação sobre acessibilidade no Brasil no período de 1961 a 2000	23
Figura 2 – Página inicial do curso	53
Figura 3 – Capa do Módulo 1 - Introdução à Cultura Surda	54
Figura 4 – Capa do Módulo 2 - Orientações Didáticas	55
Figura 5 – Capa do Módulo 3 - Produção sobre o tema	56
Figura 6 – Chamada para Avaliação Final	57
Figura 7 – Relatório de <i>outline</i> de um participante	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Apresentação do Plano de Ensino dos componentes curriculares	36
Gráfico 2 – Consideração do aluno surdo no planejamento	37
Gráfico 3 – Materiais utilizados para revisão de conteúdos	38
Gráfico 4 – Métodos de avaliação	39
Gráfico 5 – Adaptação de conteúdos	40
Gráfico 6 – Disponibilização de conteúdos	41
Gráfico 7 – Termos técnicos utilizados no componente curricular	42
Gráfico 8 – Grau de conhecimento de Libras	43
Gráfico 9 – Conhecimentos a respeito da cultura surda	44
Gráfico 10 – Contatos prévios com o tema – surdez	45
Gráfico 11 – Da consulta ao NAPNE	46
Gráfico 12 – Preparação para a recepção do aluno surdo	47
Gráfico 13 – Desafios enfrentados pelo docente frente ao aluno surdo	48
Gráfico 14 – Ações a serem propostas pelo Campus para a qualificação docente ...	49
Gráfico 15 – Modalidade para uma formação específica	50
Gráfico 16 – Desempenho de participação no módulo 1 pelo número de visitas	59
Gráfico 17 – Desempenho de participação no módulo 2 pelo número de visitas	60
Gráfico 18 – Da avaliação do conteúdo	62
Gráfico 19 – Da sua participação no curso	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- CEFETS – Centros Federais de Educação Tecnológica
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- DIREAD – Diretoria de Educação a Distância
- EPT – Educação Profissional e Tecnológica
- FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos
- FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
- INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
- LBI – Lei Brasileira de Inclusão
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- MEC – Ministério da Educação
- MOODLE – *Modular Object Oriented Distance Learning*
- NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
- PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
- TECNEP – Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
- TILS – Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
- TILPS – Tradutor e Intérprete de Libras – Língua Portuguesa
- UNCISAL – Universidade Estadual de Ciências da Saúde
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O PROCESSO DE ENSINO DE PESSOAS SURDAS	18
2.1 Educação de Pessoas Surdas: percurso histórico	18
2.2 Do Amparo Legal à Educação de Pessoas Surdas	22
3 O ASPECTO MATERIALISTA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS	28
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
5 PRODUTO EDUCACIONAL	52
6 APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL E RESULTADOS	58
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA DIAGNÓSTICA	74
APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL NO AVA DO <i>MOODLE</i> /FAL	77
APÊNDICE C – PLANO DE ENSINO	84
APÊNDICE D – PLANO DE CURSO	88
APÊNDICE E – AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO	90
APÊNDICE F – ENCARTE PRODUTO EDUCACIONAL	92
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	122

1. INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade da reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) nos cursos técnicos de nível médio e superior, estabelecida pela Lei nº 13.409, publicada em 28 de dezembro de 2016, trouxe aos Institutos e às Universidades Federais o desafio de inserir em seu quadro, alunos com diversos tipos de deficiência, a saber: mobilidade, auditiva, mental entre outras (BRASIL, 2016).

Em relação às Políticas Públicas voltadas às Pessoas com Deficiência (PcD), no âmbito brasileiro, observa-se que essas políticas ainda se concentram apenas na proposição de direitos e garantias, incorrendo em lapsos quanto à regulamentação do processo de inclusão escolar dessas pessoas.

O ingresso de Pessoas com Deficiência (PcD) nos Institutos Federais iniciou em 2000, por meio de um programa específico voltado à Educação Profissional e Tecnológica de pessoas com necessidades educacionais específicas. Em um primeiro momento, essa ação consistiu na sensibilização das Escolas Técnicas e Agrotécnicas, como eram constituídas à época, a se tornarem polos de referência da Educação Especial na Rede Federal.

Nesse sentido, embora a previsão legal de reserva de vagas represente um avanço para a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nos espaços escolares da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a realidade apresenta algumas lacunas no acolhimento dessas pessoas, tais como: i) a divergência dos métodos a serem adotados nos processos de ensino; ii) o desconhecimento a respeito da realidade educacional dessas pessoas; e iii) políticas públicas que se limitam apenas na aquisição de direitos e garantias.

Em se tratando do processo de educação de pessoas surdas, destaca-se um percurso histórico marcado pela divergência dos métodos a serem adotados no processo de ensino desses sujeitos. O primeiro método se apoiou em uma concepção mais tradicional sobre a surdez, referindo-se a ela como uma patologia que precisava ser curada ou uma seqüela a ser vencida. O segundo método se baseou na combinação de uma linguagem gestual com o ensino da linguagem falada e escrita (INES, 2008).

De certo que essa discordância metodológica não favoreceu o desenvolvimento educacional dos surdos no contexto escolar. Embora o segundo método considerasse o meio pelo qual a pessoa surda se expressava (linguagem gestual), o ensino da

linguagem oral e a visão da surdez como uma patologia, ainda evidenciavam o desconhecimento e a ausência de legitimação das características e necessidades das pessoas surdas.

No tocante às pessoas surdas, temos o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua oficial no país, por meio da Lei nº 10.436/02, e também da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (TILS), pela Lei nº 12.319/10. Entretanto, não existem dispositivos legais que tratem do acompanhamento dos pressupostos da inclusão escolar previsto em lei, ou seja, ao aluno surdo é garantida a reserva da vaga para admissão nas instituições federais de ensino, contudo, não há regras oficiais que conduzam tal processo, nem a oferta de recursos apropriados para os professores, de forma que se assegure a permanência e o efetivo aprendizado desse aluno.

No Instituto Federal de Alagoas (IFAL), até o ano de 2018, foram incluídos aproximadamente 10 alunos surdos em seis Campi: Maceió, Marechal Deodoro, Arapiraca, Santana do Ipanema, Coruripe e Murici. Como servidora técnica administrativa do Instituto, atuante na área de Gestão de Pessoas e lotada na Coordenação de Contrato e Admissão de Pessoal, a pesquisadora teve conhecimento, em meados de 2017, por meio do relato de um professor de um dos campus do IFAL, da situação de um aluno surdo de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado, que estava próximo de completar um ano, após o seu ingresso, sem o acompanhamento de um Tradutor e Intérprete de Libras no Campus.

Com base nesses apontamentos e a partir de uma inquietação a respeito do processo de inclusão escolar desse aluno surdo, foram suscitadas algumas reflexões que se constituíram, por fim, nas questões norteadoras para o desenvolvimento deste trabalho: Como o histórico da educação de pessoas surdas contribuiu para o atual processo de inclusão escolar de alunos surdos no IFAL? Qual a importância do conhecimento a respeito das necessidades dos alunos surdos para o processo de ensino? Por se constituir em peça fundamental no processo de ensino, de que forma o professor pode colaborar, de maneira mais efetiva, para a inclusão escolar dos alunos surdos?

Nesse sentido, elegendo por tema a formação docente voltada ao processo de inclusão escolar de alunos surdos, o objetivo principal desta pesquisa foi o de problematizar, a partir de pesquisa diagnóstica realizada, o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, tendo por objetivos específicos: i) diagnosticar o

processo de ensino de alunos surdos em um dos Campus do IFAL; ii) elaborar um Produto Educacional, com base nos apontamentos da pesquisa diagnóstica, voltado à formação de professores para a inclusão de alunos surdos; e (iii) contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem desses alunos, a partir da aplicação do Produto Educacional, cuja ação se constituiu em um Curso de Formação de Professores para a inclusão escolar de alunos surdos, foi elaborado com o propósito de colaborar afirmativamente com a realidade constatada na pesquisa diagnóstica realizada.

A seção do aporte teórico foi embasada nas discussões de autores como Dizeu e Caporali (2005), Rocha (2008), Witkoski (2010), Duarte *et al* (2013), Castro Junior (2015), Lima (2015), Rodrigues e Gontijo (2017), entre outros, e abordou um histórico do cenário internacional e brasileiro da educação de pessoas surdas, contextualizando as concepções metodológicas de ensino para os surdos. Além disso, foi apresentada nessa seção, a legislação vigente que ampara o ingresso de Pessoas com Deficiência nas Instituições Federais de Ensino, como também os direitos adquiridos pelas pessoas surdas.

Na terceira seção, autores como Marx (1979), Saviani (1989), Pires (1997), Castro Júnior (2005), Campello (2008), Sassaki (2009), Mészáros (2011), Tardif (2014), Fernandes (2016), entre outros, embasaram a discussão, sob a perspectiva dialética, a respeito da formação de professores no contexto da Educação Profissional e Tecnológica voltada à inclusão escolar de alunos surdos.

Na quarta seção, foi apresentado o percurso metodológico para a elaboração da pesquisa diagnóstica referente ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, que teve por aporte a abordagem qualitativa, tendo o método da pesquisa-ação por subsídio, por meio da aplicação de um questionário aos professores que lecionam para alunos surdos de um curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL.

Ainda na quarta seção, foram apresentados os resultados da pesquisa diagnóstica e uma análise desses dados em diálogo com os autores utilizados na fundamentação teórica, o que possibilitou uma contextualização do atual processo de inclusão dos alunos surdos de um dos Campus do IFAL.

Na sequência, a quinta seção descreveu a elaboração do Produto Educacional, cuja investigação-ação se constituiu como um curso de formação de professores para a inclusão de alunos surdos, com o propósito de colaborar afirmativamente com a realidade constatada na pesquisa diagnóstica realizada no

Campus. A sexta seção foi dedicada à descrição da aplicação do curso de formação e à apresentação dos resultados obtidos por meio do relatório de desempenho dos participantes e da avaliação final do curso.

Ademais, na sétima seção, foram apresentadas as considerações finais decorrentes da aplicação do Produto Educacional, bem como as constatações encontradas, a partir da pesquisa realizada, para as questões norteadoras deste trabalho, e as recomendações com vistas a uma possível replicação do produto.

2. O PROCESSO DE ENSINO DE PESSOAS SURDAS

Nesta seção, apresentam-se o contexto histórico da educação de pessoas surdas e o amparo legal representado por leis e decretos que asseguram os direitos e garantias às pessoas surdas, a partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, conhecida como Lei da Libras.

2.1 Educação de Pessoas Surdas: Percurso Histórico

De acordo com Rocha (2008), nos últimos quatro séculos, o cenário educacional de surdos foi marcado por embates entre religiosos católicos e protestantes europeus a respeito dos métodos de ensino a serem utilizados nestes sujeitos. A causa da surdez, bem como o tipo da perda auditiva eram os fatores considerados para determinar a didática a ser aplicada às pessoas surdas. O propósito era o de reintegrá-las à sociedade como pessoas ouvintes¹.

No entanto, foram duas grandes escolas europeias à época, a alemã e a francesa, que serviram como referencial para as demais escolas na Europa e no mundo. A escola alemã representava o método oral e a escola francesa o método misto. Na França, o método misto compreendia o uso dos sinais pelos quais as pessoas surdas se comunicavam entre si e outros métodos, conhecido como sinais metódicos, usados para o desenvolvimento da linguagem escrita.

Na Alemanha, a partir do ano de 1750, originaram-se as primeiras ideias do que hoje se constitui na concepção educacional oralista (DUARTE, *et al.*, 2013). Tal concepção abordava a falta de audição como uma patologia a ser superada, de forma que o surdo devesse se adaptar à sociedade considerada normal, ou seja, a um grupo de pessoas ouvintes e com a língua oral desenvolvida. Nesse sentido, observa-se que o processo de educação para pessoas surdas tinha um cunho discriminatório e opressor, pois enfocava o surdo como um sujeito que, por conta da sua deficiência, precisava ser reabilitado por meio da oralização (LIMA, 2015).

A divergência entre essas metodologias para o ensino de pessoas surdas perdurou quase três séculos. No entanto, a realização do II Congresso Internacional de Educação de Surdos em 1880, na cidade de Milão, na Itália, estabeleceria novos critérios para a escolarização de pessoas surdas, com ênfase na modalidade falada

¹ A palavra “ouvinte” se refere a todas as pessoas que não compartilham de experiências visuais como as pessoas surdas (LIMA, 2015).

da língua em detrimento da linguagem de sinais. Neste evento foram discutidos e avaliados os métodos de ensino para pessoas surdas à época, tendo sido oficialmente proibido o uso da língua de sinais (INES, 2008).

Tal iniciativa representaria um retrocesso nas propostas metodológicas para o ensino de pessoas surdas, pois:

(...) o oralismo, então considerado o melhor método pela maioria dos congressistas, é uma concepção de educação que inventa a surdez como “falta” de audição e da oralidade, marcando a incompletude dos sujeitos surdos e tratando-os como alguém que precisa de estímulos e condicionamentos que os possibilitem ouvir e falar. Neste sentido, os surdos são educados para se integrarem à sociedade ouvinte, ou seja, uma educação para “corrigir uma anomalia” (LIMA, 2015, p.44-45).

O conflito simbólico representado pelo Congresso de Milão legitimou um pensamento opressor contra as pessoas surdas, mascarando um jogo de poder, por meio do qual os defensores do método oralista, que representavam a classe dominante detentora do capital econômico, impediram os surdos de participar da votação, através da imposição de instrumentos de conhecimento e expressão arbitrários (WITKOSKI, 2010).

A partir desse evento seria descontinuado o uso da linguagem gestual por escolas de surdos em todo o mundo. Essa resolução, apoiada no método oral, não favoreceu o contexto educacional de pessoas surdas, dado que a linguagem de sinais não representa apenas um meio pelo qual a pessoa surda se comunica, ela se configura como elemento essencial de manifestação da cultura surda, “constituindo-se no meio pelo qual se expressam as subjetividades e as identidades desses indivíduos” (CASTRO JUNIOR, 2015).

No Brasil, algumas décadas antes da realização do Congresso de Milão, em 1855, seria dado o primeiro passo para a escolarização de pessoas surdas. Nessa época, o professor francês surdo conhecido como E. Huet², diretor do Instituto de Surdos de Bourges, apresentou um relatório ao imperador D. Pedro II, com o propósito de fundar a primeira escola para surdos no Brasil. A educação de surdos no Brasil só se concretizaria dois anos mais tarde, em 26 de setembro de 1857 com a criação do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, conhecido hoje como INES (ROCHA, 2008).

A proposta apresentada pelo professor E. Huet só apresentava duas

² O nome do idealizador do Instituto de Surdos brasileiro tem sido alvo de dúvida, pois nos documentos por ele assinados, não consta o seu primeiro nome. (ROCHA, 2008).

possibilidades: a criação de uma escola particular que concedesse bolsas de estudo, pois a maioria dos surdos daquela época eram provenientes de famílias pobres; ou a construção de um colégio administrado integralmente pelo Império. De fato, Huet chegou à conclusão que a primeira opção era a mais apropriada para a realidade brasileira daquele período (DUARTE, *et al.*, 2013).

Após a saída do professor francês, a proposta pedagógica de ensino cedeu lugar a uma política assistencialista, transformando o Instituto em um asilo para surdos, situação que perdurou até a chegada do Dr. Tobias Rabello Leite³ em 1868. Nessa época, observou-se uma evolução no tratamento da Educação de Surdos, pois uma das metas principais do novo diretor foi a de oferecer ensino profissionalizante para as pessoas surdas. O entendimento deste diretor era que o aluno surdo, após a conclusão do curso, deveria dominar um ofício para garantir a sua subsistência (RODRIGUES; GONTIJO, 2017).

Outra iniciativa importante desta direção aconteceu com a publicação “Iconografia dos Sinais Surdos-Mudos”. O livro apresentava a intenção do diretor de popularizar a Linguagem dos Sinais. Em meados de 1880, em paralelo ao desenvolvimento do processo de ensino de surdos no Brasil, houve a realização do Congresso Internacional de Surdo-Mudez na cidade de Milão.

Como citado anteriormente, os pareceres do Congresso de Milão dividiram opiniões em todo o mundo, e como consequência, o processo de educação de surdos também passaria a refletir tais divergências, principalmente a partir da segunda metade do século XIX (INES, 2008). Dentre as tendências europeias, estavam a de formar cidadãos surdos capazes de exercer seus direitos e deveres, como também formar fiéis para a Igreja; já a visão americana pretendia transformar “pessoas inúteis” em trabalhadoras (ROCHA, 2008).

No Brasil, as divergências do cenário internacional de educação de pessoas surdas oriundas do Congresso de Milão viriam a refletir na condução do INES, que somadas às discussões entre o método da oralidade pura e o método combinado (oral e de sinais), resultaram em novo deterioramento do ensino ofertado pela instituição, e em meados da década de 20, o Instituto seria descaracterizado mais uma vez de sua condição educacional, sendo apontado como asilo para surdos-mudos (LIMA, 2015).

Contudo, a década de 30 representou uma fase de importante reorganização e

³ Médico sanitarista, assumiu a direção inicialmente na condição de interino, após a sua nomeação em 1872, permaneceu como diretor efetivo do Instituto até sua morte, no ano de 1896 (ROCHA, 2008).

reformas do Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Retomando a condição de escola, os estudos chegavam ao fim quando o aluno dominava uma profissão, dentre as muitas oferecidas nas oficinas da Instituição. Ainda nesta década, graças ao ex-aluno surdo Geraldo Soares de Almeida, o alfabeto digital ganharia popularidade, através de seus desenhos das posições das mãos (ROCHA, 2008).

Apesar da notoriedade do uso da linguagem de sinais, o processo de aquisição de língua oral se manteve predominante durante o processo de escolarização de surdos no Brasil. Aliás, a comunicação gestual era desestimulada nas salas de aula, e apesar da contratação de ex-alunos surdos para atuarem como professores, e da defesa por uma prática pedagógica feita por surdos para surdos, até a década de 70, o foco ainda era o desenvolvimento da fala (LACERDA, 1998).

Em 1977, foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração de Deficientes Auditivos (FENEIDA). No entanto, a comissão fundadora desse movimento era composta exclusivamente por ouvintes, o que reforçava a lógica excludente da ideologia dominante, pois acreditava-se que os surdos não fossem capazes de coordenar uma entidade (LIMA, 2015).

Souza (1998) relata que a década de 80 foi marcada pelo movimento a favor do uso da linguagem de sinais, bem como da sua gramática como método para o ensino de surdos. Essa ação causou certo desconforto à concepção oralista, e a partir de então, surge a proposta de sinalizar a Língua Portuguesa como forma de contemporizar os ânimos.

Em 1983, foi criada uma Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos para atender aos anseios da comunidade de pessoas surdas que não se sentiam representadas pela FENEIDA. Mesmo não sendo reconhecida oficialmente, essa comissão atuou no sentido de que a comunidade surda fosse ouvida e pudesse participar das decisões da diretoria da Federação Nacional (FENEIS, 2018).

Um marco significativo da luta empreendida pela Comissão de Direitos das Pessoas Surdas se deu seis anos após a sua criação, com a conquista da presidência da FENEIDA. A nova diretoria, naquele momento composta por pessoas surdas, reestruturou o estatuto da instituição, que passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Essa mudança representou a construção de novos sentidos para surdez, servindo de referência para concepções educacionais e políticas públicas vindouras para a Educação de Surdos (LIMA, 2015).

Anos mais tarde seria publicada a Declaração de Salamanca, na Conferência

Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais promovida pela UNESCO em 1994, na Espanha, com transformações significativas para a educação de pessoas surdas, constituindo-se em novo referencial para as Pessoas com Deficiência. A Declaração de Salamanca (1994) apresenta os procedimentos padrões das Nações Unidas voltados à equalização de oportunidades para Pessoas com Deficiência.

Segundo Mendes (2017, p.28), apesar de as primeiras ações oficiais brasileiras para o atendimento educacional às Pessoas com Deficiência terem ocorrido ainda durante o Império, pode-se considerar recente o histórico de tais iniciativas se pensadas como um projeto sistematizado pelo Estado Brasileiro para a área de Educação Inclusiva. A partir da adoção da Declaração de Salamanca no Brasil, percebe-se um movimento crescente a favor da inclusão, culminando na criação de diretrizes educacionais e decretos governamentais que viriam garantir, a posteriori, o ingresso de Pessoas com Deficiência nas escolas regulares (ALMEIDA, 2015).

Na subseção seguinte, será apresentado o quadro referente ao amparo legal às pessoas surdas e as implicações do processo de inclusão escolar desses sujeitos na formação de professores que atuam na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

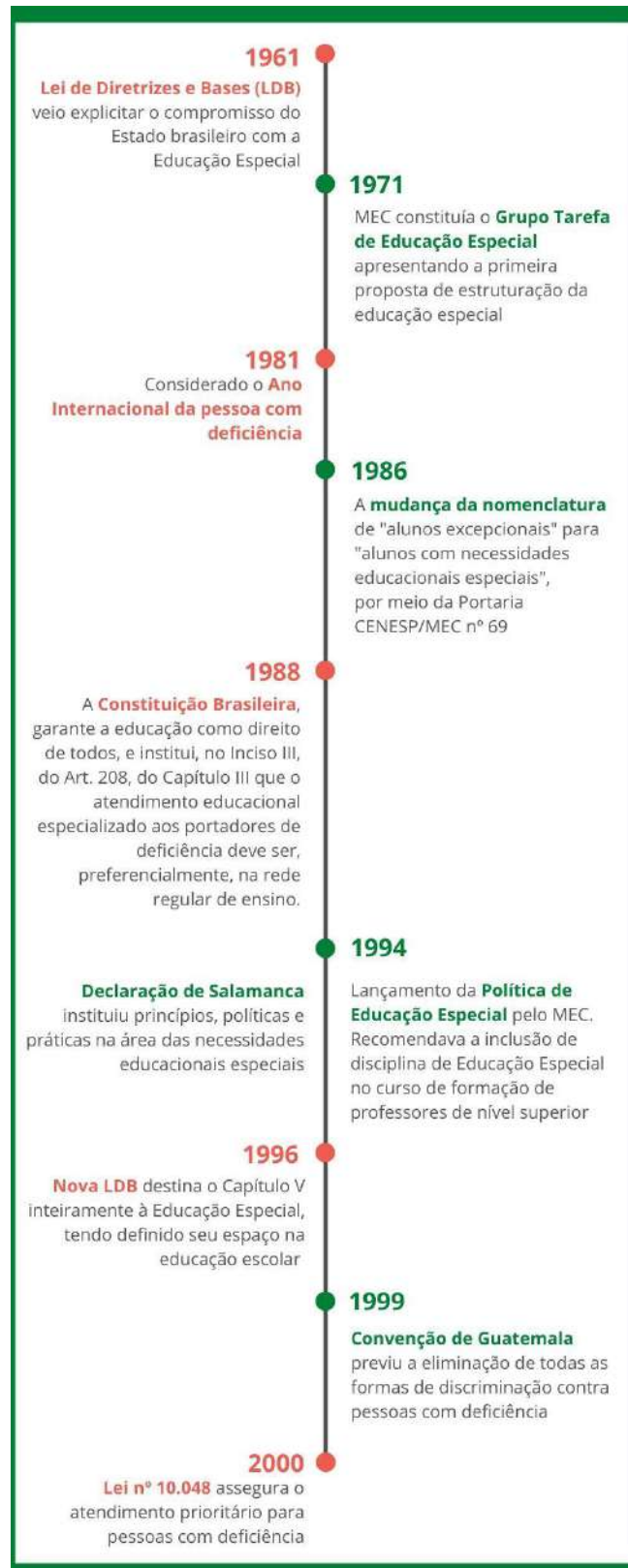
2.2 Do Amparo Legal à Educação de Pessoas Surdas

No Brasil, durante o período compreendido entre anos de 1961 a 2000, a legislação que tratava da acessibilidade abordou a questão das Pessoas com Deficiência de um modo mais amplo (DUARTE, *et al.*, 2013). Na Figura 1, a seguir, a linha do tempo representa tal cronologia até a promulgação da Lei nº 10.098/2000, que assegurou o atendimento prioritário para as Pessoas com Deficiência.

Desde então, a legislação destinada aos direitos das pessoas surdas evoluiu sensivelmente. Especificamente referindo-se à surdez, o marco regulamentador aconteceria somente no ano de 2002, na forma da Lei nº 10.436, que reconheceu oficialmente “como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados” (BRASIL, 2002).

Três anos mais tarde, foi publicado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, com o propósito de regulamentar a Lei nº 10.436/12. Por meio desse Decreto, seria oficializada a distinção entre a pessoa surda e o deficiente auditivo, como será descrito mais adiante.

Figura 1 - Linha do tempo da legislação sobre acessibilidade no Brasil no período de 1961 a 2000.



Fonte: Autora, 2020, com base em ARANHA, M. S. F, 2005; FREITAS, N. K.; PEREIRA, J. A., 2007

No Quadro 1, apresentar-se-á um recorte cronológico do período de 2002 a 2018, com referência às principais leis vigentes que tratam de direitos para as pessoas surdas.

Quadro 1 - Cronologia da legislação para surdos e deficientes auditivos a partir do ano de 2002.

Legislação	Data	Descrição
Lei nº 10.436	2002	Oficializa a Libras como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil
Decreto Nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/02 e o art. 18 da Lei nº 10.098/00
Lei nº 12.319	2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – TILS
Lei nº 12.711	2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Decreto nº 7.824	2012	Regulamenta a Lei no 12.711/12, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Lei nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI
Lei nº 13.409	2016	Altera a Lei no 12.711/12, para dispor sobre a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Decreto nº 9.034	2017	Altera o Decreto nº 7.824/12, que regulamenta a Lei nº 12.711/12
Decreto Nº 9.656	2018	Altera o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais

Fontes: BRASIL, 2002; IDEM, 2005; IDEM, 2010; IDEM, 2012; IDEM, 2015; IDEM, 2016; IDEM 2017; IDEM, 2018.

A partir da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida e aceita como a segunda língua oficial brasileira. O reconhecimento da Libras proporcionou uma mudança de paradigmas nas propostas de escolarização dos surdos. A Lei garantiu o ensino da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002).

Outras contribuições relevantes dessa Lei se referem ao apoio institucional para o uso e a difusão da Libras em todo o país, e a garantia de assistência à saúde adequada aos portadores de deficiência auditiva por parte das instituições públicas e concessionárias de serviços públicos (BRASIL, 2002).

Em 2005, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro do referido ano, regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Segundo tal dispositivo os termos pessoa surda e deficiente auditivo se representam por conceituações distintas, conforme assinala artigo 2º, parágrafo único:

(...) considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, on-line).

Os artigos que se seguem desse Decreto tratam da inclusão da Libras como disciplina curricular; da formação do professor e do instrutor de Libras; do uso e da difusão da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à Educação; da formação do Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa (TILSP); entre outras garantias do direito à educação para a pessoa surda ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005).

No que se refere ao acesso das pessoas surdas à Educação, o Decreto nº 5.626/05 descentraliza do Poder Público para as instituições de ensino, privadas e públicas, a responsabilidade de executar as medidas propostas no artigo 14, § 3º:

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2005, on-line).

Em suas considerações finais, o Decreto nº 5.626/05 destaca a proposta de inclusão, nos orçamentos anuais e plurianuais dos órgãos da administração pública federal, direta e indireta; e das ações que atendam, prioritariamente, à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).

Cinco anos após a publicação do Decreto nº 5.626/05, foi instituída a regulamentação da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras, dada pela Lei nº 12.319/2010. Entre as atividades atribuídas a esse profissional, estão a competência para realizar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes; e a interpretação, em Libras/Língua Portuguesa, de atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso a esses conteúdos curriculares (BRASIL, 2010).

Em 2012, com a publicação da Lei nº 12.711, foi instituída a reserva de vagas

para os cursos de nível superior e técnico de nível médio das instituições federais de ensino para alunos oriundos do ensino médio e fundamental públicos, respectivamente, e para aqueles inseridos nas cotas⁴ dos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012). Ainda neste ano, em outubro, foi publicado o Decreto nº 7.824/12, cujas contribuições foram no sentido de regulamentar os critérios de reserva e de acesso às vagas previstas na Lei nº 12.711/12.

Em julho de 2015 foi publicada a Lei nº 13.146, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que teve por objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das Pessoas com Deficiência, com vistas à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015). Nos termos da LBI, a Educação recebeu uma ênfase maior como elemento essencial para a equidade, conforme rege o Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, on-line).

Em 2016, a Lei nº 13.409 modificou os artigos 3º, 5º e 7º da lei nº 12.711/12, para incluir, no rol das cotas, as Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2016). Em 2017, o Decreto nº 9.034 alterou a redação dos incisos II, dos artigos 2º e 3º, com o propósito de ampliar o ingresso de Pessoas com Deficiência nas instituições de ensino públicas, a proporcionalidade entre as vagas reservadas aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e Pessoas com Deficiência, e a distribuição por unidade federativa onde está instalada a instituição de ensino, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2017).

O Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018, alterou a redação dos artigos 26 e 27 do Decreto nº 5.626/05, que regulamentou a Lei nº 10.436/02, para incluir a garantia de efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa, por parte do Poder Público (BRASIL, 2018). Esse Decreto dispõe, ainda, que as instituições públicas deverão disponibilizar, para tal atendimento, no mínimo cinco por cento de servidores,

⁴ Definem-se como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (BARBOSA, 2003).

funcionários ou empregados com capacitação básica em Libras. No artigo 27, está previsto o controle do atendimento e da avaliação de satisfação por parte desses usuários dos serviços públicos; e a obrigatoriedade de publicação nos sites, inclusive em formato de vídeo em Libras, e em suas cartas de serviço, das formas de atendimento disponibilizadas para as pessoas surdas ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2018).

De certa forma, a legislação favoreceu a visibilidade do problema da exclusão das pessoas surdas, visto que o conhecimento prévio a respeito das particularidades da cultura surda, defendida por Moura (2000) como a consolidação de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes da cultura dos ouvintes, é fundamental para a proposição de ações afirmativas e processos de socialização que visam atender a esses sujeitos.

Nessa perspectiva, Zabala (1998) assinala a diversidade como um elemento intrínseco à natureza humana, de forma que qualquer ação no sentido de promover o seu desenvolvimento deve se adaptar às diversas necessidades apresentadas pelas pessoas. No espaço escolar, essa diversidade deve ser compreendida como um conhecimento a ser incorporado ao saber docente, que entendido em seu sentido amplo, “engloba os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes foi chamado de saber, saber-fazer e saber-ser” (TARDIF, 2014).

Apesar de os direitos e as garantias representarem uma conquista, observa-se que ainda se faz necessário, principalmente nos espaços escolares, a concretização de ações transformadoras para minimizar as barreiras físicas, metodológicas, de comunicação e atitudinais ainda enfrentadas pelas pessoas surdas (SASSAKI, 2009).

Por conseguinte, ainda que a materialidade das leis garanta o acesso às instituições de ensino, a realidade demonstra que não existe uma previsão expressa nos dispositivos legais, de regulamentação para a permanência das pessoas surdas nos espaços escolares. Tal situação resulta de uma lógica fundamentada nos interesses de uma classe dominante (concepção oralista) sobre os interesses de uma classe menos favorecida (pessoas surdas), como será abordada a seguir.

3. O ASPECTO MATERIALISTA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS SURDAS

O método dialético desenvolvido por Marx (1979), mais conhecido como o método materialista histórico dialético, se fundamenta na interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. O caráter material de sua teoria afirma que os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida, enquanto o caráter histórico representa a forma como a sociedade vem se organizando através de sua história (PIRES, 1997).

Considerando o contexto histórico da educação de surdos, percebe-se que a própria concepção da surdez como uma patologia, já denotava a influência dos interesses do capitalismo sobre a ciência, de forma que a educação e a socialização desses indivíduos foram idealizadas na conversão de uma identidade considerada como anormal. Sob esse ponto de vista, o processo de ensino e aprendizagem serviu como meio de exclusão social das pessoas surdas, pois os anormais representavam aqueles que fugiam ao padrão de normalidade de comportamento e de estrutura comportamental-social, e que não se enquadravam, portanto, nos padrões de normalidade da sociedade (FOUCAULT, 2001).

Fernandes (2016) defende que o poder do capitalismo está justamente na habilidade de não permitir o acesso a uma visão histórica da existência, uma vez que a consciência de um indivíduo sobre a sua própria humanidade representa um passo para a consciência de sua própria opressão. Nesta perspectiva, é preciso cautela “para não deixar que o otimismo mascare os muitos desafios enfrentados pelos indivíduos no processo de conscientização” (FERNANDES, 2016, p.489).

Essa relação dialética deve se fundamentar em ações que pensam com as classes menos favorecidas, e não em torno delas, constituindo-se em uma proposta educacional coletiva. Nesta perspectiva, Fernandes (2016) conclui que:

A educação dos oprimidos só é frutífera quando adotada com propósito, com o objetivo de se tornar uma autoeducação num quadro libertador. Além disso, a relação dialética entre teoria e prática prospera quando é uma expressão da interação produtiva dialógica entre intelectuais e trabalhadores (FERNANDES, 2016, p.494).

De certa forma, os movimentos sociais têm conseguido representar essa ação coletiva apontada por Fernandes (2016), garantindo uma maior inclusão da pessoa surda na sociedade, a exemplo da iniciativa que culminou na criação da FENEIDA,

mais tarde FENEIS, pela luta em defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social para os surdos (FENEIS, 2018). Visto que a inclusão representa o processo pelo qual os sistemas sociais comuns se adequam para toda a diversidade humana, faz-se necessária a participação das próprias Pessoas com Deficiência para que a formulação e a execução dessas adequações se concretizem (SASSAKI, 2009).

No entanto, com base no sistema contraditório de divisão de classes proposto por Marx (1979), constata-se que o cenário histórico do ensino para surdos tem sido conduzido pela hegemonia da concepção oralista, que representada pela classe dominante, tem adotado “medidas paliativas que não atendem à comunidade surda” (CASTRO JUNIOR, 2015, p.12).

Em sua análise sobre o Estado moderno, Mészáros (2011, p.124) compreende que, “o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital.” O autor aprofunda o seu pensamento quando assevera que, ao longo da marcha evolutiva do sistema do capital, o Estado tem se permitido conceder alguns direitos sociais à classe oprimida:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares (MÉSZÁROS, 2011, p.95).

Nesse sentido, não há que se pensar em um agir inconsciente do Estado quanto à proposição de políticas públicas que tratam de direitos e garantias institucionais relativos à comunidade surda. No que se refere à Educação, em particular à inclusão das pessoas surdas no sistema educacional, é preciso analisar sob quais condições esse processo tem se concretizado nos ambientes formais e informais de ensino conforme apontou Mészáros (2011).

A Constituição Federal (1988), em seu Art. 206, determina a igualdade de condições para o acesso ao ensino e a permanência na escola, no entanto, sob a perspectiva dialética, esse ideal tende a não se concretizar, visto que o dispositivo legal apenas garante o acesso, mas não assegura as condições materiais para que as pessoas surdas permaneçam nos espaços escolares e disponham de um processo de ensino e aprendizagem efetivamente inclusivo.

Na verdade, a divisão de classes tem permanecido como uma constante na concepção das políticas públicas voltadas para a educação das classes menos favorecidas. Saviani (1989) endossa essa questão no contexto educacional quando contextualiza o paradoxo entre a proposta de uma formação “omnilateral” e a realidade social nas instituições de ensino:

A questão é como dar esta formação omnilateral, politécnica, se as condições em que vivemos, ou seja, a própria forma como está organizada a sociedade, tem como pressuposto, em sua raiz, a divisão entre proprietários de meios de produção e os proprietários da força de trabalho, os expropriados dos meios de produção (SAVIANI, 1989, p.28).

De fato, essa reflexão proposta por Saviani reforça as contradições existentes na proposta de integração entre a formação geral e profissional que compõe as práticas educacionais no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Considerando o percurso histórico da educação de pessoas surdas, no tocante ao processo de ensino no contexto da EPT, soma-se a essas contradições, a ausência de condições materiais para que o professor cumpra com a sua missão de auxiliar o aluno surdo em seu processo de aprendizado, restando comprometida a permanência desse aluno no espaço escolar.

Nos Institutos Federais (IF), o processo de inclusão escolar das Pessoas com Deficiência remonta ao ano de 2000, pelo advento do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, conhecido como Ação Tecnep⁵, instituído pelo Ministério da Educação (MEC). Mendes (2017) sinaliza que em sua fase inicial, o Tecnep tinha por objetivo mobilizar e sensibilizar os Cefet e Escolas Agrotécnicas (como eram instituídos à época) a se tornarem polos de referência da Educação Especial na Rede Federal.

Contudo, desde a implantação do Tecnep até os dias atuais, pode-se constatar que a realidade da inclusão das Pessoas com Deficiência nos IF tem seguido em uma direção particular para cada Instituto, conforme assinala a autora:

Apresenta-se como contradição, exatamente o fato de que com o desenvolvimento das ações, nesse curto percurso histórico, se perde a referência ao Programa/Ação Tecnep, e a Educação Especial passa a ter uma trajetória própria dentro de cada IF, sem carecer de programa, projeto, ação, campanha ou qualquer outra iniciativa nacional (MENDES, 2017, p.23).

⁵ Antes denominado Programa Tecnep, passou a adotar nova nomenclatura, ocorrida pós Portaria nº 29/2010 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC (MENDES, 2017).

O Instituto Federal de Alagoas, por exemplo, registrou o primeiro ingresso de um aluno surdo em 2015, no Campus Santana do Ipanema. A aluna possuía perda auditiva total bilateral⁶ e, somente dois anos após o seu ingresso, foi possível a contratação de um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) para o acompanhamento em sala de aula (IFAL, 2017). No Campus Marechal Deodoro (IFAL – MD), o ingresso do primeiro aluno surdo foi em 2017, no Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente. Embora um intérprete voluntário tenha prestado apoio a esse aluno por alguns meses, somente um ano após o ingresso desse estudante, seria contratado um TILS para realizar o acompanhamento. Essa lacuna temporal denota um certo descompasso no processo de inclusão escolar do Instituto. Em 2018, o Campus recebeu um segundo aluno surdo, ingressante no mesmo Curso.

Nessa perspectiva, ainda que a reserva de vagas assegure o ingresso de alunos surdos nos IF, isso não significa que a inclusão escolar esteja acontecendo de forma eficaz. É preciso atentar para a proposição de ações que garantam um processo de inclusão mais efetivo, a partir do reconhecimento da cultura surda, que compreende as práticas linguísticas e culturais vivenciadas pelas pessoas surdas (CASTRO JÚNIOR, 2015).

Diante dessa realidade, essa dissertação elegeu como tema a formação docente voltada ao processo de inclusão escolar de alunos surdos, no intuito de problematizar, a partir de pesquisa diagnóstica realizada, o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio.

As reflexões aqui apontadas, juntamente com os conhecimentos adquiridos na elaboração do percurso histórico do ensino para surdos, foram a linha condutora dos questionamentos levantados pela pesquisa diagnóstica do contexto atual da inclusão de alunos surdos de um Campus do IFAL, como também serviram de base para a construção do Produto Educacional, elaborado com o propósito de amenizar as contradições existentes nas relações entre a comunidade oralista e a comunidade surda. Os procedimentos metodológicos tanto da pesquisa diagnóstica quanto do Produto Educacional serão apresentados na seção a seguir.

⁶ Deficiência auditiva que acomete as duas orelhas (BEVILACQUA, 1998). Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras. Deficiência auditiva representa-se pela perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado com o aporte da abordagem qualitativa, tendo adotado a pesquisa-ação como subsídio para o desenvolvimento de dois momentos distintos desta pesquisa: (i) elaboração da pesquisa diagnóstica junto a um grupo de professores⁷ de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL; (ii) construção e aplicação do Produto Educacional.

O método da pesquisa-ação é conhecido por utilizar várias técnicas de pesquisa social, a exemplo da visita de campo, a coleta e interpretação de dados, o que lhe atribui, de certa forma, um caráter qualitativo. Godoy aponta que:

“Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa “ilumina”, esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos. Deve-se assegurar, no entanto, a precisão com que o investigador captou o ponto de vista dos participantes, testando-o junto aos próprios informantes ou confrontando sua percepção com a de outros pesquisadores.” (GODOY, 1995).

De acordo com Baldissera (2001, p.6), a pesquisa-ação demanda uma estrutura de interlocução entre os pesquisadores e pessoas envolvidas no estudo da realidade do tipo participativa/coletiva, de forma que ocorra uma reciprocidade por parte dos atores implicados na pesquisa, e não somente um levantamento de dados. Mediante essa abordagem, são produzidos conhecimentos a partir das vivências que se apresentam e, que em diálogo com teorias e discussões referenciadas, se propõem a encontrar soluções para os problemas levantados (REIS, 2014).

Por conseguinte, esta pesquisa se estruturou em um processo de interlocução entre o pesquisador e os participantes envolvidos no estudo da realidade de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado de um Campus do IFAL. Nessa perspectiva, os conhecimentos construídos a partir das constatações apresentadas e da investigação-ação aplicada convergiram para o objetivo de problematizar, a partir de pesquisa diagnóstica realizada, o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos.

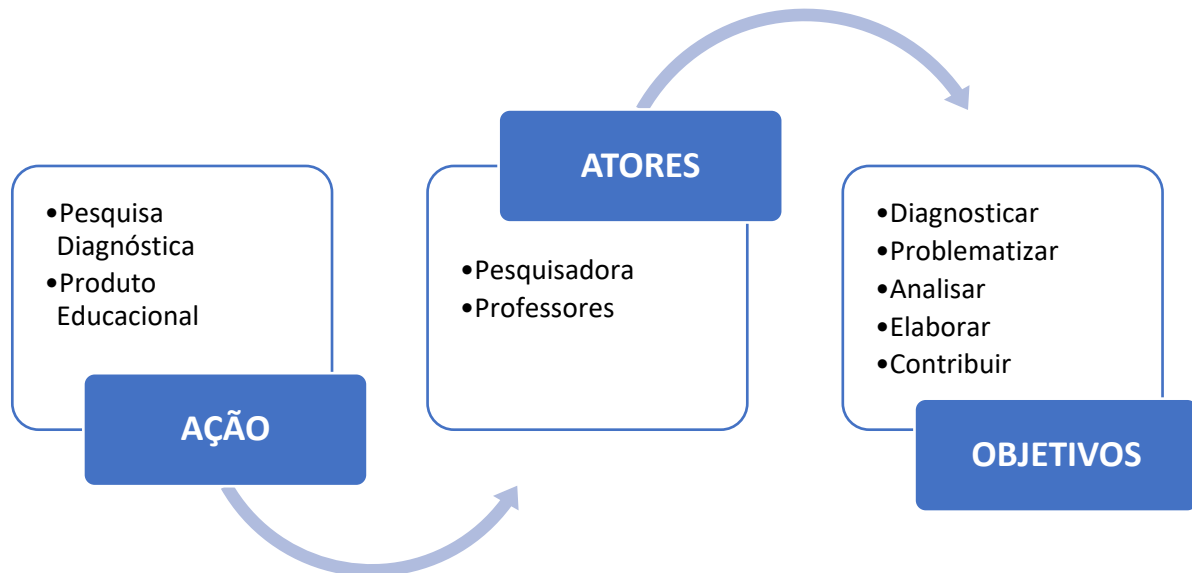
Thiollent (2011) reforça o compromisso coletivo que deve permear as relações entre os atores envolvidos nessa proposta metodológica, quando propõe a necessidade de se definir, precisamente, elementos como a ação, os agentes e os

⁷ Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (CEP-UNCISAL) e aprovado por meio de parecer consubstanciado (Anexo A) em setembro de 2019.

objetivos propostos para a construção do conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores do contexto pesquisado.

Assim, conforme as premissas descritas por Thiollent (2011), apresenta-se a Ilustração 1, com o resumo da estrutura metodológica deste trabalho.

Ilustração 1 – Resumo da Estrutura Metodológica da Pesquisa



Fonte: Thiollent, 2011.

Desse modo, as etapas da ação desenvolvida se dividiram em três fases: i) Pesquisa Diagnóstica e Análise dos Dados; iii) Elaboração do Produto Educacional; iii) e a Aplicação do Produto Educacional e Resultados.

i) Pesquisa Diagnóstica e Análise dos Dados - Nesta fase, foi feita uma visita de campo para apresentar a pesquisa e convidar os professores de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado de um Campus do IFAL para colaborar com a pesquisa diagnóstica.

A coleta de dados, se realizou pela aplicação de um questionário semiestruturado, no formato de formulário do *Google Forms* (Apêndice A), enviado por e-mail a um grupo de 13 professores das 2ª e 3ª série A do curso citado, que concordaram participar de forma voluntária.

O grupo de professores participantes da pesquisa se dividiu da seguinte forma:

- a) por gênero: 05 mulheres e 08 homens;
- b) por componente curricular: 10 da formação geral e 03 da formação profissional.

O formulário foi dividido em quatro seções:

1 - Do Planejamento Pedagógico, que teve por objetivo levantar informações sobre a elaboração do plano de ensino, o material de revisão e a avaliação dos componentes curriculares ministrados pelos professores, no intuito de identificar se esses documentos consideram as necessidades dos alunos surdos.

2- Dos Procedimentos Metodológicos em sala de aula, cujo propósito foi o de identificar os tipos de adaptação que são elaboradas pelos professores na sua prática docente em relação aos alunos surdos, além da forma como o conteúdo da aula é disponibilizado para o aluno e se o professor tem conhecimento de termos técnicos relacionados ao seu componente curricular com tradução para a Libras.

3 – Da Cultura Surda, teve por finalidade mensurar o nível de conhecimento dos professores sobre a Libras e os elementos que compõem a cultura surda; questionar sobre o contato prévio com a temática da surdez ou uma pessoa surda e do acesso ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do Campus.

4 – Da Inclusão Escolar no Campus, teve por objetivo questionar sobre o papel institucional da gestão de um dos Campi do IFAL em relação ao ingresso do aluno surdo, além de pontuar os desafios percebidos pelos professores em relação ao aluno surdo e que ações se fazem necessárias para qualificá-los para o ensino desse aluno. A última pergunta desta seção buscou avaliar a preferência de modalidade a ser escolhida para o curso de formação (presencial, semipresencial ou a distância).

A análise dos resultados do questionário foi fundamentada nas discussões dos autores referenciados no aporte teórico. Essa análise serviu não só para identificar as dificuldades apontadas no processo de ensino dos alunos surdos, como também para direcionar o conteúdo a ser abordado no Produto Educacional.

ii) Elaboração do Produto Educacional – Constituiu-se em uma investigação-ação junto aos docentes, no formato de curso de Formação de Professores para Inclusão de Alunos Surdos (Apêndice B), com o propósito de colaborar para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem voltado a alunos surdos, por meio da apresentação de conteúdos relacionados à Cultura

Surda e as orientações didáticas elaboradas com base nas características e necessidades desses estudantes.

Este produto seguiu as orientações do Manual de Produção de Material Didático On Line utilizado pela Diretoria de Ensino a Distância (DIREAD) e a formação de professores foi desenvolvida no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Plataforma *Moodle* do IFAL.

Na seção dedicada ao Produto Educacional, serão apresentadas as informações pertinentes à concepção, finalidade e ao conteúdo.

iii) Aplicação do Produto Educacional e Resultados – O Curso “Formação de Professores para inclusão de Alunos Surdos” foi aplicado na modalidade a distância, na Plataforma Moodle/DIREAD/IFAL, com carga horária de 20h, durante três semanas, no período de março a abril de 2020.

Na seção destinada à aplicação do Produto, foram apresentados os dados referentes ao acompanhamento da participação dos professores no curso, como também apresentados os resultados colhidos por meio da avaliação final do Produto Educacional (Apêndice E). Na última seção, serão apresentadas as considerações finais e as perspectivas futuras para este trabalho.

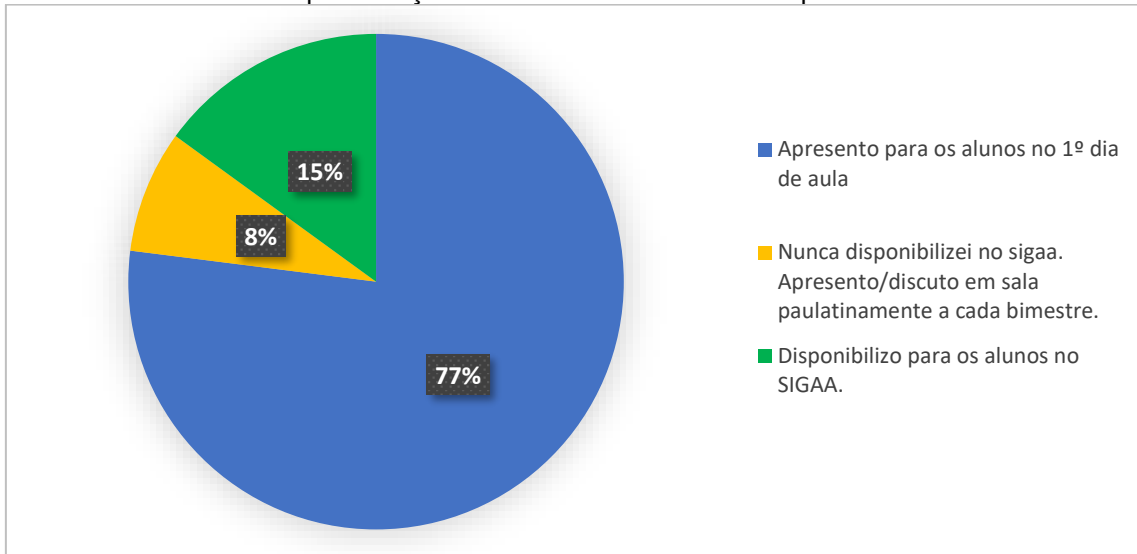
4.1 Pesquisa Diagnóstica

Nesta subseção, foram apresentados os resultados referentes à pesquisa diagnóstica, com base nos pressupostos da pesquisa-ação propostos por Thiollent (2011). Nessa perspectiva, a análise desses dados foi fundamentada nos apontamentos dos participantes e nas discussões dos autores referenciados no aporte teórico.

4.1.1 Do Planejamento Pedagógico

Quando questionados sobre a apresentação do Plano de Ensino aos alunos, todos os professores afirmaram apresentar o referido plano, no entanto, houve uma variável na forma de apresentação: 77% apresentam de forma presencial, no primeiro dia de aula; 15% utilizam o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) para tal propósito; e 8% afirmaram que além de apresentar presencialmente, também discutem o material em sala a cada bimestre (Gráfico 1).

Gráfico 1- Apresentação do Plano de Ensino dos componentes curriculares



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A apresentação do Plano de Ensino por todos os professores pode ser considerado um aspecto positivo na inclusão escolar dos alunos surdos, dada a importância de se compartilhar, de forma antecipada, as informações que compõem o componente curricular a ser ministrado ao longo do período letivo. No entanto, é preciso atentar para que esta apresentação contenha elementos que favoreçam a apreensão do conteúdo por parte do aluno surdo.

De acordo com Santos (2016), a adaptação dos materiais didáticos se constitui em alternativa eficaz para o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos.

Outro ponto relevante está no percentual de professores que utilizam o SIGAA como meio de divulgação do Plano de Ensino. De fato, a inclusão no sistema representa mais um suporte ao aprendizado do aluno surdo, tendo em vista a disponibilidade de acesso ao conteúdo do componente curricular além do espaço em sala de aula.

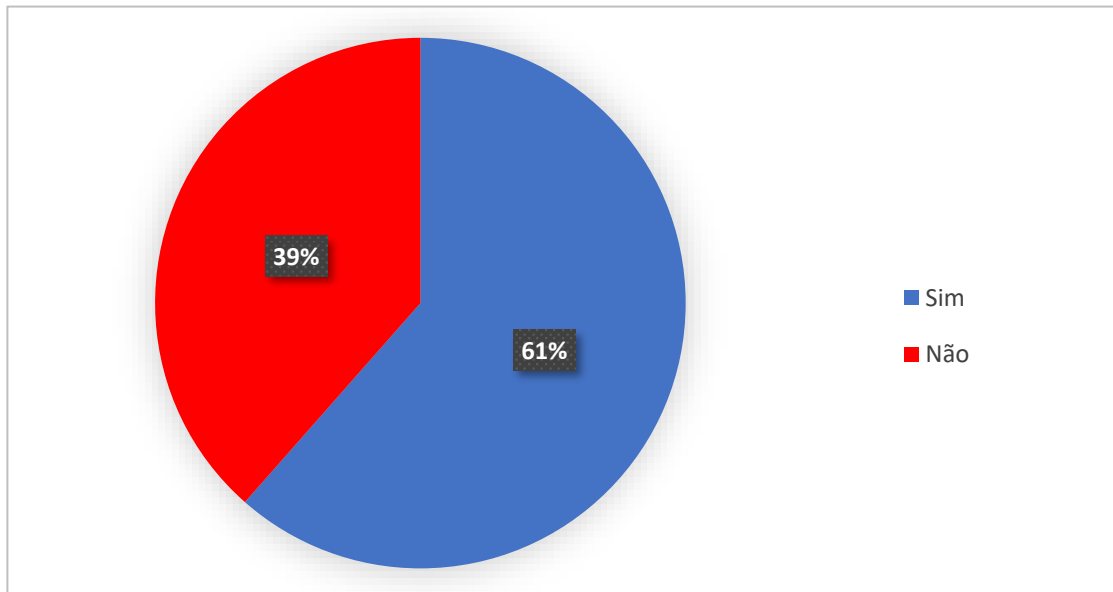
Aliás, o uso da tecnologia tem sido apontado como um aliado para a inclusão das Pessoas com Deficiência, não só nos espaços escolares como na sociedade, pois “a maioria das Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) procuram utilizar todos os recursos disponíveis para facilitar sua aprendizagem e promover sua independência” (SANTOS, 2016, p.2).

Embora o percentual de professores que não disponibilizam seus planos de ensino por meio do Sistema seja pequeno, é preciso atentar para a conscientização desses docentes quanto à necessidade de proporcionar opções de acesso à

informação, por parte do aluno surdo, do conteúdo didático a ser abordado pelos componentes curriculares ao longo do Curso.

No que se refere à possibilidade de adaptar os planos de ensino em função das necessidades dos alunos surdos, 61% dos professores afirmaram considerar esse aluno no planejamento do seu componente curricular, no entanto, constatou-se um número representativo de professores (39%) que ainda não trabalha com nenhuma adaptação (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Consideração do aluno surdo no planejamento

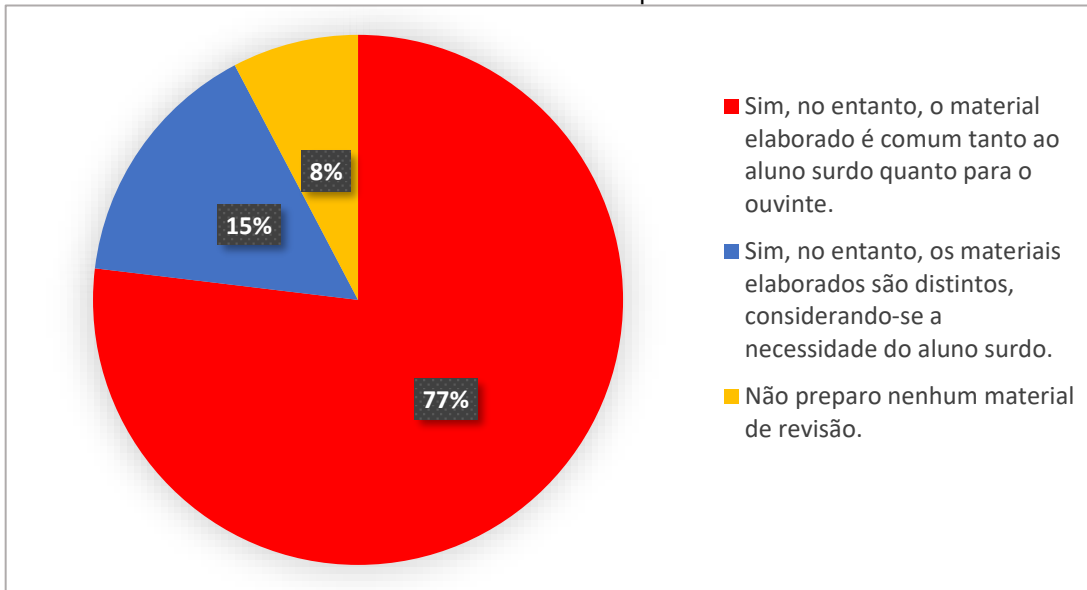


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Diante do percentual (39%), pode-se considerar que tal negativa se constitui como uma barreira a ser superada pelos professores que ministram aulas nas turmas com alunos surdos. Para autores que tratam da abordagem metodológica no ensino de alunos surdos, o professor não pode prescindir da consciência social do processo de inclusão escolar, representada, sobretudo, pela proposição de iniciativas que visam à ação social de adaptação deste aluno, “preparando-se para tratar as diferenças, modificando atitudes, práticas sociais e ambientes físicos” (SANTOS, 2016, p.2).

Em relação ao material de revisão feito pelos professores, observou-se que 77% dos entrevistados preparam conteúdos de revisão comum ao aluno surdo e o ouvinte. Segundo as alegações dispostas no instrumento aplicado, apenas 15% consideram as necessidades do aluno surdo e preparam materiais distintos; e 8% não preparam material de revisão, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 - Materiais utilizados para revisão de conteúdos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

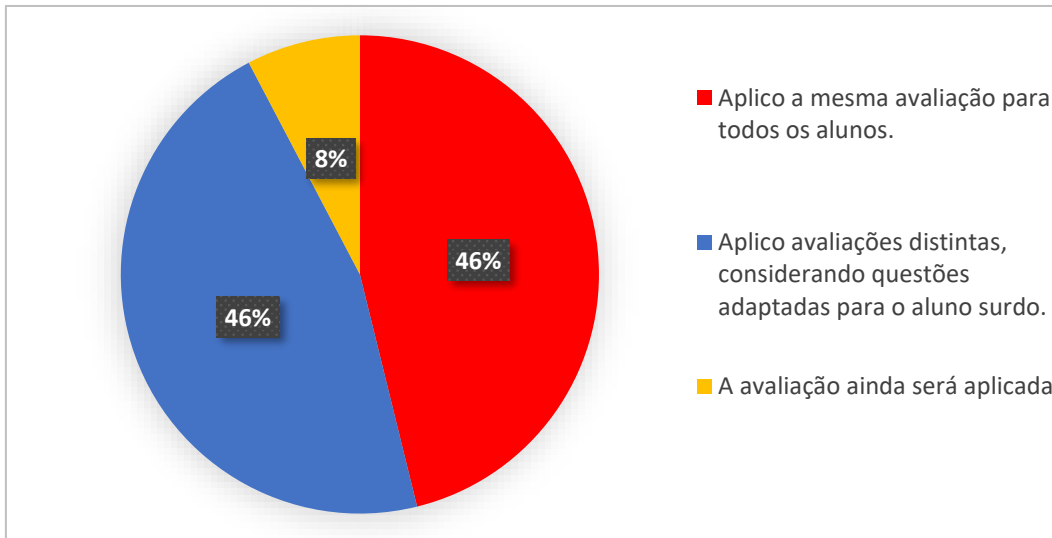
Considerando que o material de revisão representa outro meio de suporte ao aprendizado do aluno, se esse material não estiver adaptado às necessidades do aluno surdo, ele não cumprirá com o propósito de auxiliá-lo em seu aprendizado. Ainda que a maioria dos professores elabore o material de revisão, faz-se necessário reforçar a questão da consciência social, abordada na questão do planejamento das aulas, a respeito do processo de inclusão do aluno surdo.

Essa consciência decorre, sobretudo, da apropriação do conhecimento a respeito das necessidades e características que compõem as pessoas surdas, de forma que os professores possam colaborar, efetivamente, no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Dizeu e Caporali (2005, p.585), “é preciso aceitar as diferenças existentes entre os surdos com relação à modalidade de comunicação utilizada, seja oral ou língua de sinais”, considerando, assim, as suas necessidades no processo de construção do conhecimento e de ensino e aprendizagem de alunos surdos.

Em relação ao método de avaliação, as repostas se dividiram entre os que aplicam uma avaliação comum a todos (46%), e os que aplicam avaliações distintas (46%). Apenas 8% ainda não aplicaram uma avaliação ao aluno surdo (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Métodos de avaliação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Apesar de o grupo se dividir de forma equilibrada entre os que aplicam instrumentos avaliativos distintos e os que aplicam um instrumento comum a todos os alunos, no que se refere à avaliação, o ideal é que todos os professores considerem avaliações distintas para os alunos surdos e ouvintes. Como visto nas questões anteriores, se a apresentação do componente curricular, o plano de ensino e o material de revisão não dispensam uma adaptação apropriada para o aluno surdo, a avaliação também não pode prescindir da diferenciação relativa aos elementos comunicativos que se apresentam no processo de aprendizagem de alunos surdos e dos ouvintes.

Nunes e Vargas (2016) atentam para o consenso que existe entre os educadores a respeito do ensino de alunos surdos, exaltando a necessidade de se pesquisar avaliações formativas apropriadas, que estejam em conformidade com os objetivos adequados ao processo de leitura e interpretação desses alunos.

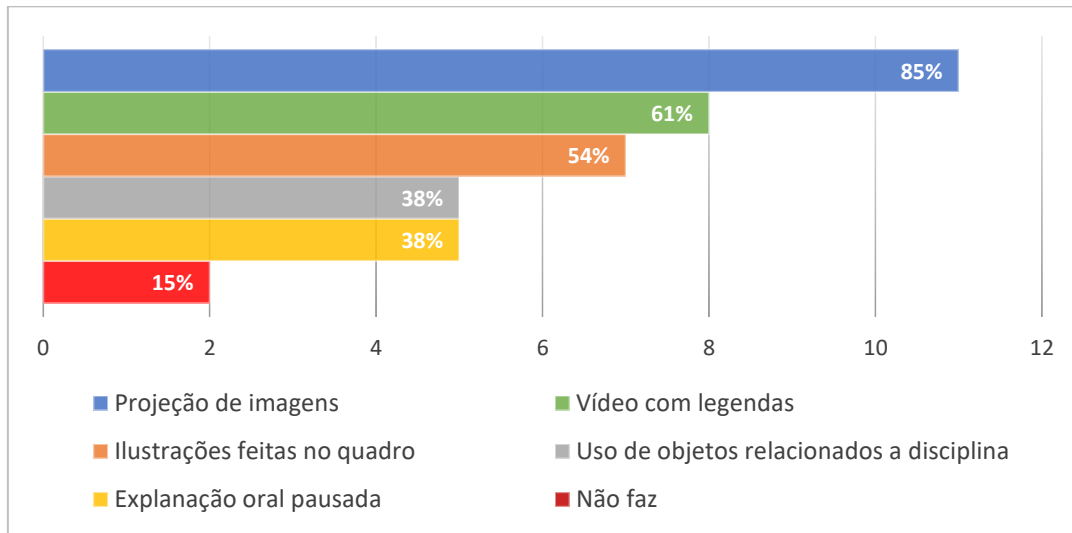
De fato, no que se refere ao planejamento pedagógico, pode-se constatar que os professores, embora considerem a presença do aluno surdo em sala de aula, precisam se apropriar da cultura que compreende e constrói a “identidade surda” desses alunos, de forma que os planos de ensino, os materiais didáticos e as avaliações se constituam em instrumentos pedagógicos efetivos para a inclusão.

4.1.2 Dos procedimentos metodológicos em sala de aula

Em relação aos tipos de adaptações para o aluno surdo, considerando a ordem de preferência entre as opções de resposta, observou-se que a projeção de imagens

é o mais utilizado pelos professores, chegando a 85% do total de entrevistados. Na sequência, tem-se o vídeo legendado - 61%; as ilustrações no quadro - 54%; a explanação oral pausada – 38%; e o uso de objetos relacionados ao componente curricular - 38%. Apenas 15% do total de entrevistados não fazem adaptações, pois sinalizaram que possuem intérprete em sala de aula, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5 - Adaptação de conteúdos



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

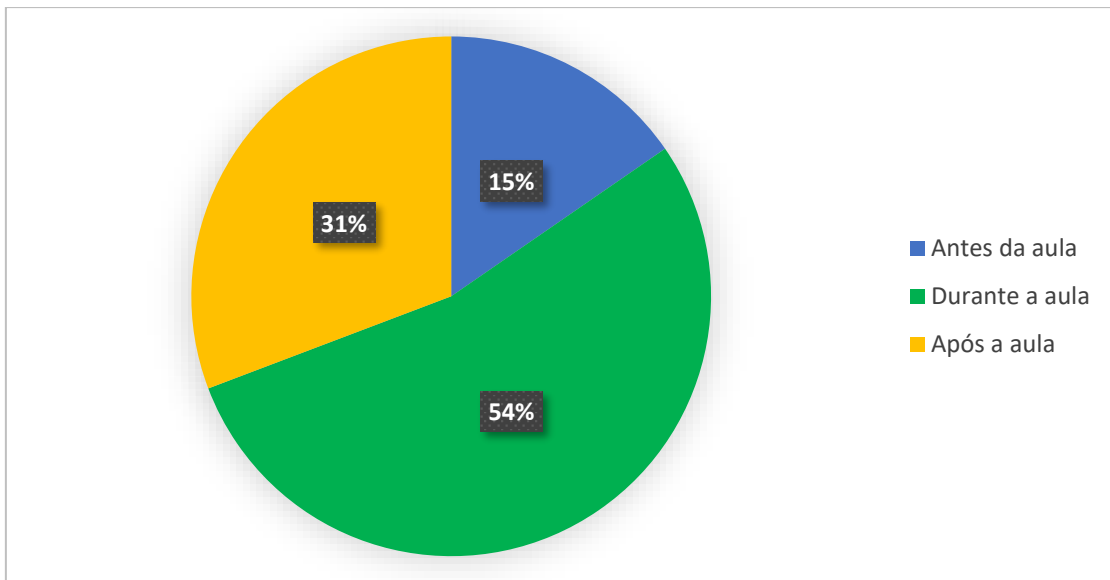
Sobre a metodologia aplicada em sala de aula, a preferência por um método predominantemente visual representa uma iniciativa louvável por parte dos professores, no entanto, cumpre atentar para que não só as projeções, como também para os demais recursos sinalizados (vídeo com legendas, ilustrações no quadro, uso de objetos relacionados ao componente curricular e explicação oral pausada), estejam alinhados a uma proposta de adaptação compatível às necessidades do aluno surdo, de forma que possibilitem a leitura e a interpretação do que está sendo apresentado, auxiliando-o, assim, em seu processo de aprendizado.

Em relação à visualidade, Campello (2008) a defende como o método mais eficaz no ensino de pessoas surdas, no entanto, a autora alerta quanto ao uso indiscriminado desse recurso, visto que a questão não se resume apenas ao uso frequente de imagens como recurso pedagógico para o aluno surdo, mas sim à construção de uma pedagogia visual aliada ao uso da língua de sinais e que incorpore elementos da cultura surda em sua composição.

Quanto ao acesso do aluno surdo ao material didático da aula, as respostas se dividiram entre os que disponibilizam o conteúdo antes da aula - 15%; os que

repassam durante a aula - 54%; e os que entregam depois - 31%. Entre os entrevistados que afirmaram disponibilizar o conteúdo durante a aula, um professor afirmou que ainda utiliza listas de exercícios e o livro didático (quando disponibilizados pelo Campus) como material de apoio para os alunos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Disponibilização de conteúdos



Fonte: Dados de Pesquisa, 2019.

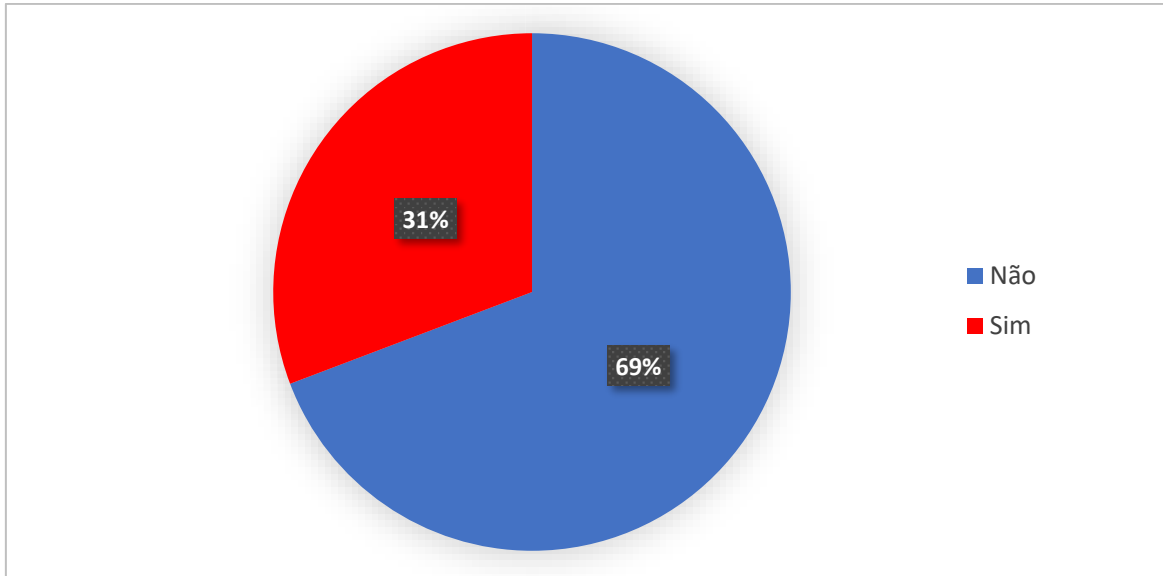
Embora um percentual maior de professores procure adaptar seus conteúdos didáticos em razão da presença do aluno surdo, este número não representa, ainda, a sua totalidade. Some-se a esse resultado, a questão de como esse conteúdo é repassado para os alunos surdos. Se este material não estiver associado aos elementos da cultura surda, como a língua de sinais e experiências visuais, seguramente não irá possibilitar uma conexão entre o que está sendo explanado e a apreensão desse conteúdo por parte aluno surdo.

Embora as adaptações feitas para a sala de aula representem uma iniciativa assertiva por parte dos professores, faz-se necessário que esse procedimento esteja alinhado “a partir da perspectiva viso-espacial e que venha ao encontro da cultura visual surda” (WITKOSKI, 2014, p.43). Nesse sentido, reitera-se a falta do conhecimento a respeito da cultura surda e das experiências visuais que decorrem dela, o que se reflete tanto no planejamento pedagógico, quanto na metodologia utilizada pelos professores que lecionam para alunos surdos.

Em relação aos termos técnicos dos componentes curriculares, foi questionado se os professores têm conhecimento de alguma expressão ou termo traduzido em

língua de sinais. 69% dos professores desconhecem termos ou expressões em Libras, enquanto 31% afirmaram ter conhecimento sobre alguma expressão/tema em Libras (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Termos técnicos utilizados no componente curricular



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em um estudo sobre a utilização da Libras para os termos técnicos relativos à área de Química, Souza e Silveira (2011) alertam para a carência de terminologias científicas em Libras. Os autores afirmam que essa ausência acarreta prejuízos na negociação de sentidos dos conceitos científicos por parte de docentes, alunos e tradutores e intérpretes de língua de sinais.

De fato, considerando a estrutura curricular de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado, percebe-se o impacto negativo da falta de uma terminologia em Libras para os núcleos de componentes curriculares que compõem este Curso, sobretudo, em relação aos que se referem à formação profissional, que compreende conceitos relativos à área de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.

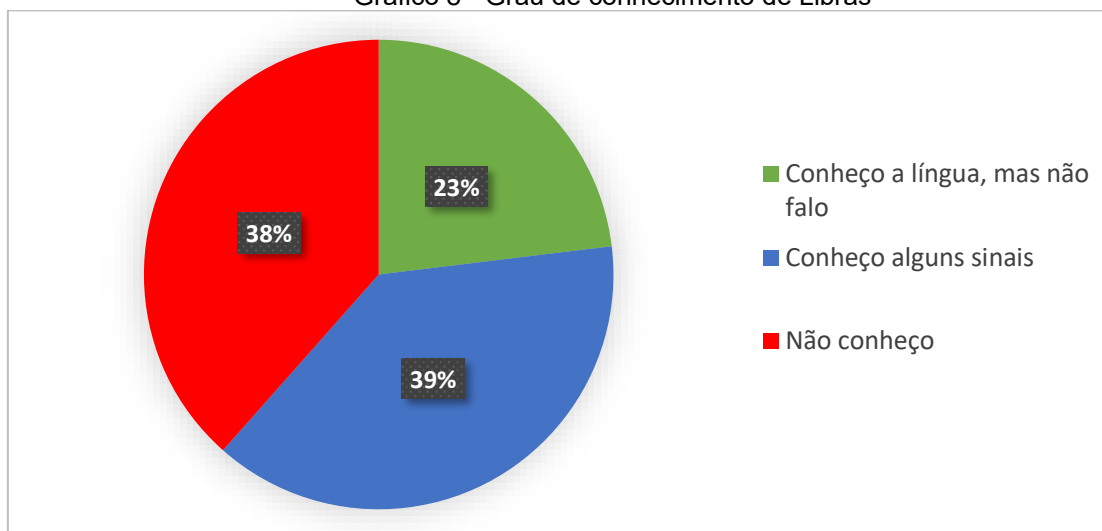
Entretanto, a representatividade dos 31% que conhecem algum termo ou expressão técnica em Libras, demonstra que este cenário tende a mudar, em razão desses professores que começam a se apropriar desse conhecimento com foco na melhoria da prática docente. Contudo, para que esse percentual aumente, é preciso atentar para a importância do desenvolvimento de um trabalho conjunto entre professores e tradutores e intérpretes de Libras.

Como visto na subseção do amparo legal às pessoas surdas, a Lei nº 12.319/10, que regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras (TILS), estabeleceu as atribuições desse profissional, no exercício de suas competências. O IFAL, por meio da abertura de edital público para a contratação de TILS, elencou, entre o rol dessas atribuições, a possibilidade de realização de estudos voltados à elaboração de conceitos acadêmicos, em parceria com o professor, com o intuito de favorecer a compreensão de termos específicos por parte do aluno surdo (IFAL, 2019).

4.1.3 Da Cultura Surda

Este tema pretendeu avaliar o grau de conhecimento dos professores sobre os elementos que compõem a Cultura Surda. A primeira questão abordou o conhecimento da Libras, no que 23% afirmaram que conhecem, mas não a utilizam como meio comunicacional. 39% afirmaram conhecer alguns sinais, enquanto 38% ainda desconhecem a existência da Língua Brasileira de Sinais (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Grau de conhecimento de Libras



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Tomando-se a Lei nº 10.436/02, que oficializou a Libras como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil, como parâmetro de análise para o Gráfico 8, pode-se constatar que o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais se constitui em um desafio a ser superado no IFAL. Isto porque, de acordo com esse dispositivo, o poder público e as concessionárias de serviços foram instituídos com a missão de apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL, 2002).

Ainda que os índices apontem para o conhecimento de alguns sinais que permitam uma interlocução (39%) entre o professor e o aluno, essa representação ainda não atingiu a totalidade dos professores que atuam com os alunos surdos. Por conseguinte, não há como prescindir de uma formação específica para o docente voltada à conscientização da importância da Libras para o processo de ensino e no aprendizado do aluno surdo.

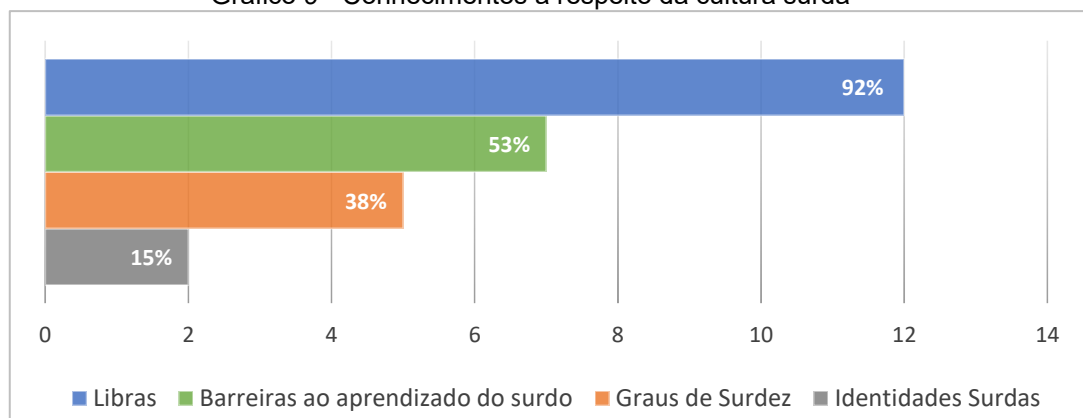
Nessa perspectiva, tanto a legislação voltada à garantia de direitos às pessoas surdas quanto a literatura produzida na área da surdez já consolidaram o entendimento que “a língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno” (DIZEU; CAPORALI, 2005, p.588).

A questão seguinte abordou o conhecimento sobre os elementos que constituem a cultura surda. Em comparação à questão anterior sobre a Libras, constatou-se uma diferença significativa de percentuais entre duas respostas: no primeiro caso, 23% dos professores sabem que a Libras existe, mas não a reconhecem como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas; no segundo caso, 92% dos professores reconhecem a Língua Brasileira de Sinais como um elemento da cultura surda.

Na sequência, considerando a ordem de preferência entre as opções de resposta, foram sinalizados os elementos da cultura surda, conforme o Gráfico 9:

- 92% reconhecem a Libras;
- 53% indicam as barreiras ao aprendizado do surdo aluno;
- 38% apontam os graus de surdez;
- 15% conhecem as identidades surdas.

Gráfico 9 - Conhecimentos a respeito da cultura surda



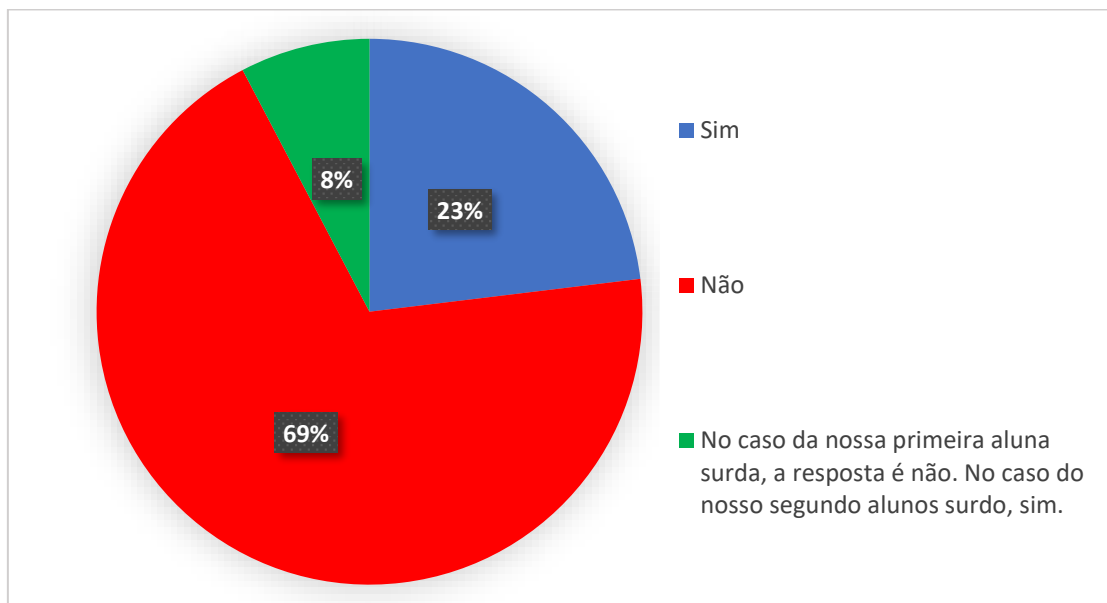
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Como visto anteriormente, o conhecimento da Libras como elemento da cultura surda não significa que ela seja utilizada como meio de interlocução entre o aluno surdo e o professor. Ainda que os docentes tenham conhecimento sobre outros elementos que compõem a cultura surda, tal noção não se traduz, na prática, em ações que considerem esses conceitos no processo de ensino do aluno surdo. Contudo, entende-se que essas ações não se limitam apenas ao aprendizado da Libras por parte dos professores.

Autores como Souza e Silveira (2011) atentam para outros desdobramentos dessa análise, como a necessidade de uma formação dos professores voltada à inclusão escolar, além da contratação de intérpretes da língua de sinais, de incentivo aos surdos na continuidade de seus estudos e de apoio para a realização de trabalhos conjuntos entre professores, especialistas educacionais, profissionais da saúde, familiares e associações de pessoas surdas.

Os professores também foram questionados sobre o contato prévio com a temática da surdez ou uma pessoa surda. Conforme sinalizado no Gráfico 10, 69% dos professores não haviam tido contato com o tema da surdez ou uma pessoa surda; enquanto 23% responderam que já vivenciaram uma experiência com uma pessoa surda ou tiveram contato com o tema da surdez; 8% sinalizaram que até a chegada do primeiro aluno surdo, não haviam tido contato anterior com a temática da surdez, mas a partir do ingresso do segundo aluno, procuraram mais informações sobre o tema.

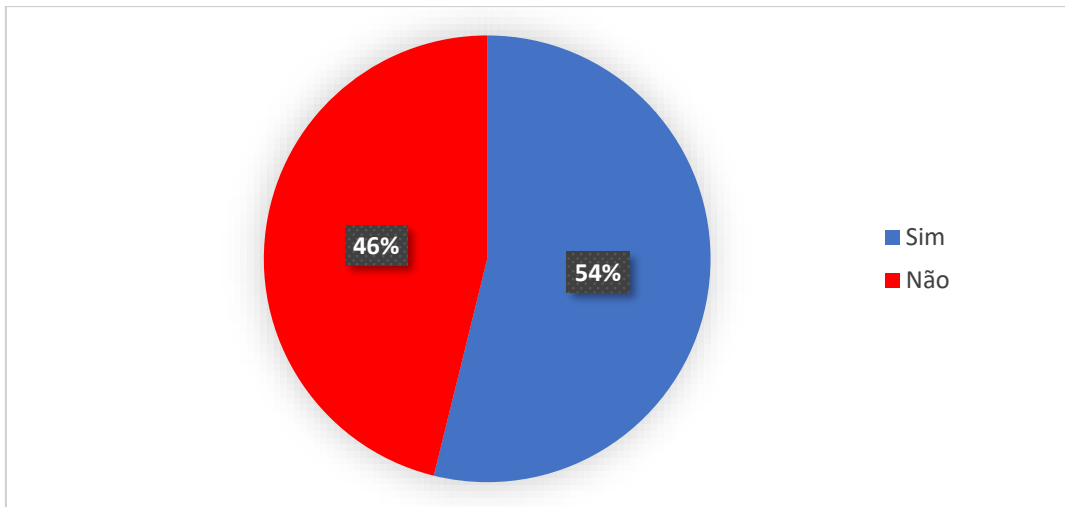
Gráfico 10 - Contatos prévios com o tema - surdez



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

No Gráfico 11, a seguir, foi abordada a última pergunta sobre a Cultura Surda, referente ao acesso dos professores ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As respostas se dividiram entre 54% dos que procuram o NAPNE para saber mais informações sobre alunos surdos; e 46% dos que não recorrem ao referido núcleo. Dentre os que afirmaram consultar o NAPNE, 8% sinalizaram que além de consultar o Núcleo, também procuram se informar junto a outros profissionais do Campus para saber mais sobre a surdez.

Gráfico 11 – Da consulta ao NAPNE



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Já que o NAPNE representa um ponto de referência na abordagem sobre inclusão e acessibilidade, é preciso considerar se existe alguma implicação que justifique o fato de alguns professores ainda não demandarem tal serviço.

Tendo em vista os resultados da questão sobre o conhecimento a respeito da cultura surda, embora os professores tenham declarado possuir alguma noção sobre os elementos que compõe a referida cultura, ainda existe uma lacuna a ser minimizada por meio do acesso a esse conhecimento, principalmente no que se refere a sua aplicação nas práticas docentes.

Em seu estudo sobre a formação de professores para a Educação Inclusiva, Glat e Nogueira (2003) ressaltam a importância do entendimento pleno do conceito de Educação Inclusiva, que não pode se limitar apenas às iniciativas voltadas à permanência das Pessoas com Deficiência junto aos demais alunos em sala de aula, mas também deve significar “uma reorganização do sistema educacional, que implique uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais” (GLAT; NOGUEIRA, 2003, p.139).

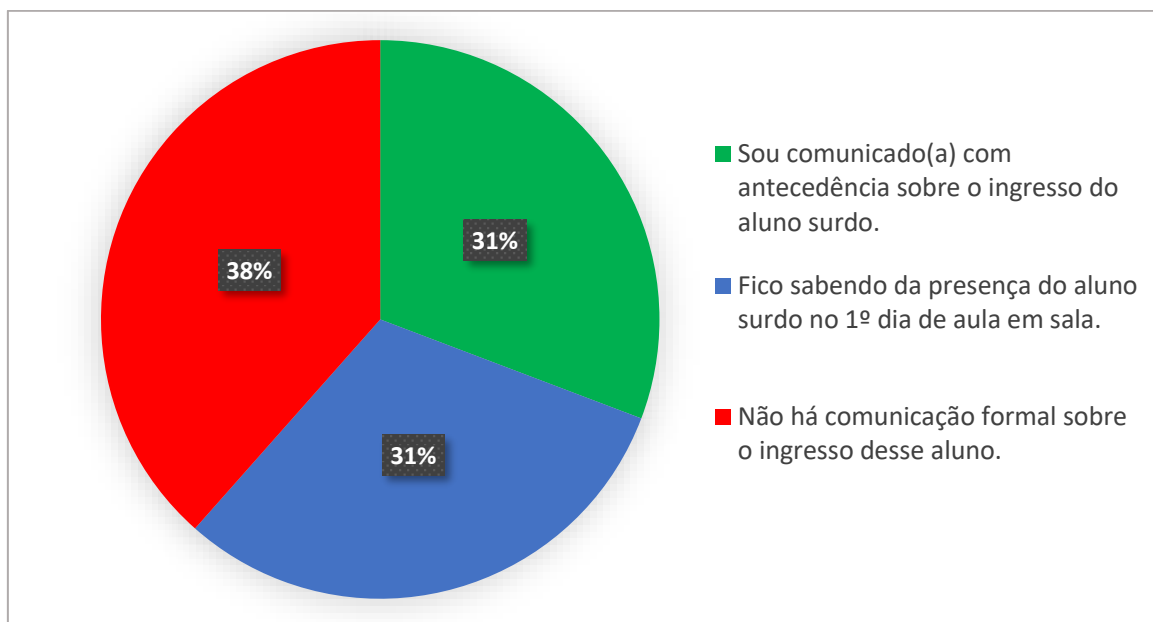
4.1.4 Da Inclusão Escolar no Campus

Nesta parte, o questionário procurou identificar as ações institucionais promovidas pela Gestão do IFAL no sentido de promover a inclusão escolar dos alunos surdos. As perguntas foram elaboradas com foco no acolhimento desse aluno pelo Campus, como também nas condições proporcionadas (ou não) aos professores para o exercício de sua prática docente.

Na primeira questão, a respeito da chegada do aluno surdo ao Campus, observaram-se as seguintes respostas, conforme o Gráfico 12:

- 31% afirmaram receber o comunicado com antecedência sobre a chegada do aluno surdo;
- 31% alegaram ter ciência da presença do aluno surdo no 1º dia de aula;
- 38% afirmaram que não existe comunicação formal sobre esse ingresso.

Gráfico 12 - Preparação para a recepção do aluno surdo



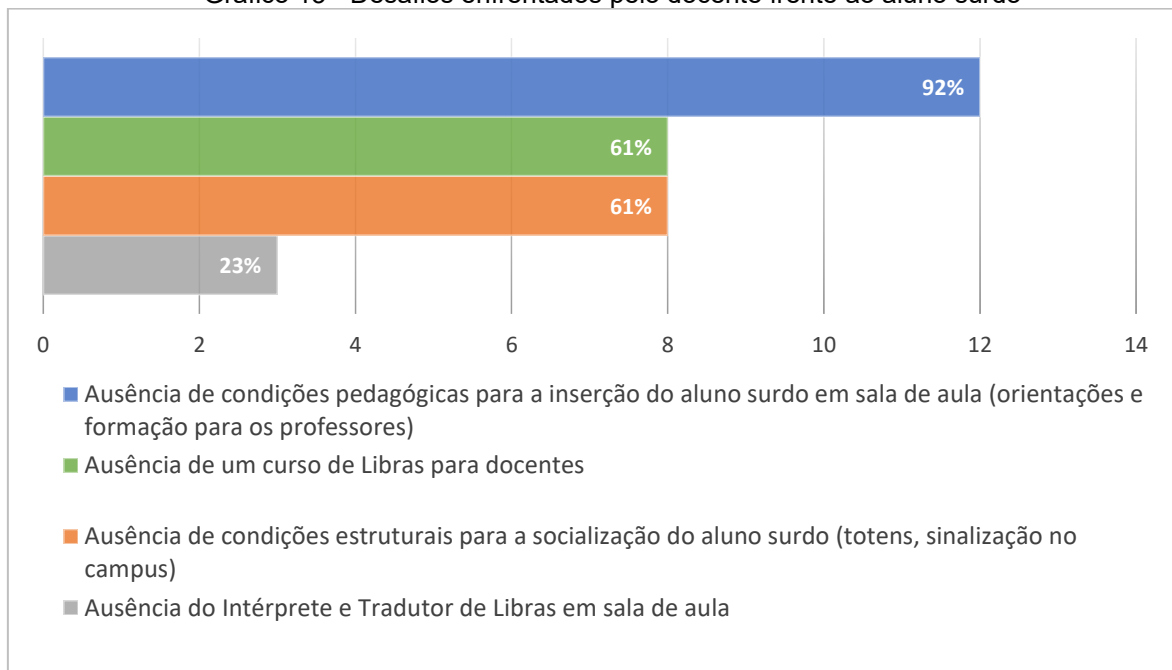
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Para Glat e Nogueira (2003), todas as ações a serem realizadas no sentido de se promover um processo de inclusão escolar eficaz, como o fato de se comunicar a chegada de um aluno surdo no Campus, por exemplo, devem ser priorizadas em todas as instâncias, em particular, naquelas responsáveis pelo desenvolvimento dos recursos humanos responsáveis pelos currículos de formação e pela qualificação dos professores no sentido de habilitá-los para melhor atender às necessidades desses alunos.

Quando questionados sobre os desafios enfrentados em relação ao ensino de alunos surdos, as respostas foram assim assinaladas, por ordem de importância atribuída pelos entrevistados:

- 92% assinalaram a ausência de condições pedagógicas para a inserção do aluno surdo em sala de aula (orientações e formação para os professores);
- 61% indicaram a ausência de condições estruturais para a socialização do aluno surdo (totens, sinalização no campus);
- 61% aludiram à ausência de um curso de Língua Brasileira de Sinais para os professores;
- 23% pontuaram sobre a ausência do Intérprete e Tradutor de Libras em sala de aula;

Gráfico 13 - Desafios enfrentados pelo docente frente ao aluno surdo



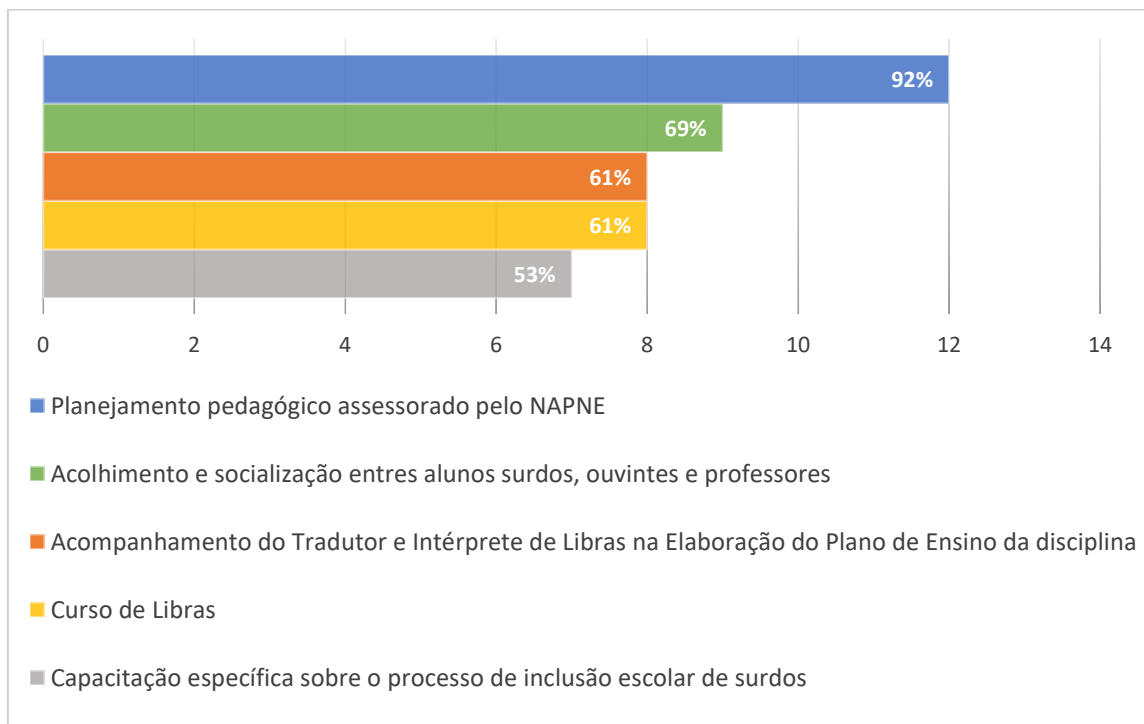
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Todas as respostas representam, na verdade, constatações de problemas que demandam providências institucionais. A partir de suas próprias experiências, esses professores passam a se apropriar, de certa forma, do processo de inclusão escolar do Campus. Tal apropriação tem se constituído em pauta recorrente na discussão de educadores e autores da Educação, no sentido de se observar, com mais atenção, propostas pedagógicas que venham ao auxílio dos docentes com vistas ao melhoramento de suas práticas educativas (SOUZA; SILVEIRA, 2011).

Quanto às ações que os professores entendem que devem ser promovidas pela Gestão do Campus, no sentido de prepará-los para o ensino de alunos surdos, foram apontadas as seguintes respostas, por ordem de preferência entre as opções do questionário, conforme Gráfico 14:

- 92% para um planejamento pedagógico assessorado pelo NAPNE;
- 69% para o acolhimento e a socialização entre alunos surdos, ouvintes e professores;
- 61% para o acompanhamento do Tradutor e Intérprete de Libras na elaboração dos planos de ensino;
- 61% para a realização de um curso de Libras;
- 53% para uma capacitação específica sobre inclusão escolar de alunos surdos.

Gráfico 14 - Ações a serem propostas pelo Campus para a qualificação docente



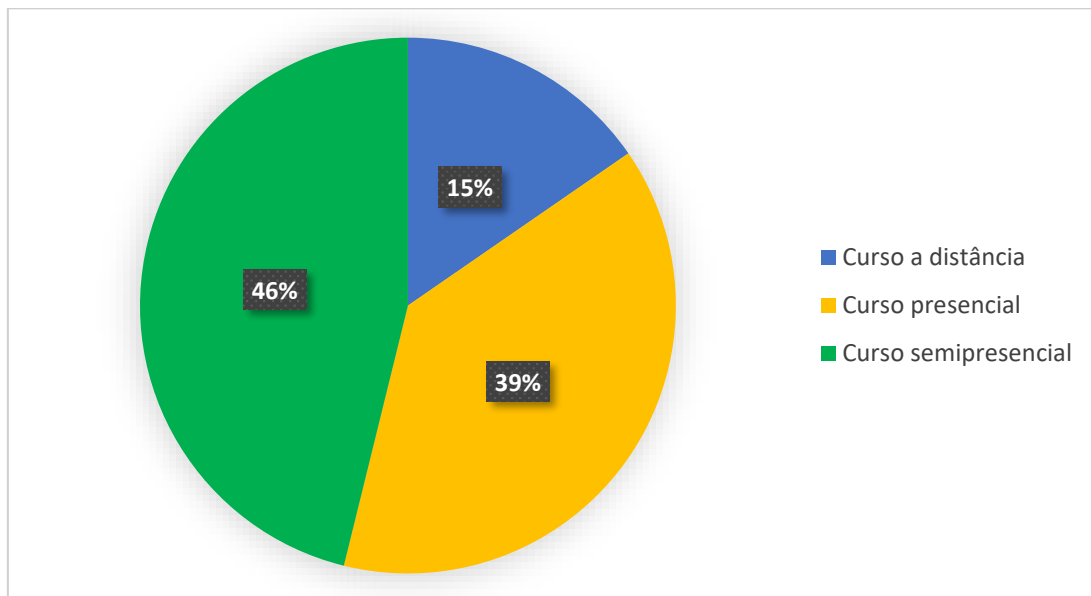
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Interessante observar como essa questão se relaciona com as demais abordadas em todo o questionário. De fato, reiteram-se as lacunas expostas pelos professores relativas ao planejamento pedagógico e ao desconhecimento da cultura surda, como também se apresentam possíveis soluções no sentido de minorar essas falhas presentes no dia a dia dos professores que lecionam alunos surdos.

Alguns autores consideram que tal estado de consciência não deve se restringir tão somente à constatação de problemas, mas antes, se constituir em uma posição política de enfrentamento por parte desses profissionais, no sentido de não se permitir esmorecer na luta um prol de uma educação inclusiva digna e de qualidade (RODRIGUES; GONTIJO, 2017).

A última questão abordou a modalidade para o curso de formação de professores voltado para a inclusão de alunos surdos. Considerando as possibilidades ofertadas, foram registrados os seguintes resultados: 39% para um curso presencial, que seria aquele realizado integralmente no campus; 46% para um curso semipresencial, que integraria encontros presenciais com aulas em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); e 15% para um curso a distância (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Modalidade para uma formação específica



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Em relação ao formato do curso, embora a modalidade com maior percentual indicado tenha sido a semipresencial, cumpre observar que a realização do curso deverá atentar para o calendário acadêmico dos campi do IFAL, como também para as condições de disponibilidade de tempo dos professores para participarem dos encontros presenciais.

A partir da elaboração desta pesquisa diagnóstica, foi feita uma avaliação, sob a perspectiva dos professores, a respeito do processo de ensino dos alunos surdos ingressantes em um Curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL, tendo sido apontadas as seguintes dificuldades:

- i) o desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como forma de interação entre interlocutores socio discursivamente situados;
- ii) os planejamentos pedagógicos não conseguem atender, em sua integralidade, as garantias previstas no Decreto nº 5.626/2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/02, responsável pela oficialização da Libras como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil;
- iii) a carência de suporte do TILS no planejamento pedagógico e demais atividades que demandem o uso da Libras;
- iv) a necessidade de uma formação específica para os professores que irão ministrar aulas para alunos surdos.

Dessa forma, foi desenvolvido um Produto Educacional com o propósito de minimizar essas lacunas sinalizadas e, sobretudo, com a finalidade de contribuir para a melhoria do processo de inclusão escolar dos alunos surdos de um dos Campus do IFAL. Na seção a seguir, serão apresentados os aspectos detalhados do Produto Educacional.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

Como parte integrante da dissertação “Formação de Professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio”, e fundamentado na análise dos dados coletados na pesquisa diagnóstica, foi elaborado o Produto Educacional intitulado “Formação de Professores para inclusão de alunos surdos”, destinado aos professores de alunos surdos de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL.

O convite para participar do curso foi feito presencialmente, na sala dos professores do Campus, aos docentes que participaram da pesquisa diagnóstica e a outros docentes do Curso que não estavam presentes à época da realização da pesquisa, mas que se interessaram em participar da formação. No total, 12 professores foram convidados, divididos em 10 docentes da formação geral e 02 da formação profissional. Em termos de gênero, o grupo se dividiu em 04 mulheres e 08 homens.

A escolha do período da aplicação do Produto considerou a conclusão do semestre letivo, em março de 2020, em razão da opção semipresencial apontada na pesquisa diagnóstica. Contudo, em decorrência do Estado de Emergência em Saúde Pública decretado pela Portaria nº 356/MS, do Governo Federal, nessa mesma época, como também pela suspensão das aulas presenciais e adesão ao trabalho remoto por parte do IFAL, o curso passou para a modalidade a distância, com a carga horária de 20 horas, tendo sido aplicado na Plataforma *Moodle/DIREAD/IFAL*.

O desenvolvimento do Produto Educacional no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) seguiu a metodologia proposta pelo Manual de Produção de Material Didático *On Line* (PEREIRA; SILVA, 2006). A página inicial do AVA (Figura 2) apresentou as boas-vindas e uma breve descrição do curso, além de disponibilizar, para download, o Plano de Ensino (Apêndice C) e o Plano do Curso (Apêndice D), e indicar as primeiras orientações para as atividades no AVA e um fórum de apresentação dos participantes-professores e da pesquisadora.

A organização da classe no AVA apoiou-se no formato de grande grupo fixo por meio de participações individuais. A escolha por esse tipo de organização se deu em face da sua proposta de relação interativa, que possibilitou a pesquisadora acompanhar a “elaboração, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo objeto de aprendizagem” (ZABALA, 1998, p.90).

Conforme o Plano de Ensino, a formação foi organizada em três módulos, com uma temática específica para cada um. Os módulos consistem em apresentar, de forma breve e expositiva, os materiais informativos, orientações didáticas, vídeos, estudos de caso, periódicos e publicações, além das referências bibliográficas utilizadas no curso.

Cada um destes módulos contém um fórum de discussão e o propósito desse recurso foi o de acompanhar, por meio da interlocução entre os participantes-professores, a assimilação dos conteúdos abordados no curso e que possivelmente servirá para a prática docente dos participantes.

Figura 2 - Página inicial do curso

Formação de Professores para Inclusão de Alunos Surdos

[Painel](#) / [Meus cursos](#) / [FORM_PROF_INCL_SURD_2020](#)

Bem-vindos!!



Olá!

Este curso apresenta, de forma didática e resumida, o tema da dissertação: "A Formação Docente na Educação Profissional e Tecnológica de alunos surdos do IFAL – Campus Marechal Deodoro (AL)", pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – Profep/IFAL.

O objetivo deste curso é o de reconhecer a importância do conhecimento sobre a Cultura Surda para a formação de professores que atuam e/ou irão atuar com alunos surdos no curso de Meio Ambiente do Campus Marechal Deodoro.

A cada módulo teremos um fórum de discussões sobre o conteúdo abordado, a ser mediado conforme as orientações abaixo. O conteúdo disposto nos módulos está disponível para download/leitura. Para concluir essa formação e receber seu certificado, é necessário realizar a avaliação do curso!

Bons estudos!

Melissa Rossana de Oliveira Menezes

Material Inicial

-  [Plano de Ensino](#)
-  [Plano de Curso](#)
-  [Orientações para o AVA](#)
-  [Fórum de Apresentações](#)

Fonte: Produto Educacional, 2020.

O conteúdo do módulo 1 aborda a Cultura Surda, que se representa por conceitos e princípios próprios à comunidade surda (Figura 3).

Esse módulo tem por finalidade: (1) apresentar, por meio de um informativo, conceitos básicos sobre a surdez, um resumo dos instrumentos legais pelos quais o surdo possui garantias e direitos, e orientar sobre as instituições que atuam na causa da comunidade surda; (2) introduzir a Língua Brasileira de Sinais e os elementos linguísticos e culturais que a ela se referem; (3) introduzir o conceito de Datilologia⁸; (4) disponibilizar vídeos sobre o sinal de Libras, as saudações básicas em Língua Brasileira de Sinais e o primeiro desenho animado em Libras⁹, lançado no Youtube em 26 de setembro de 2018.

O tema do fórum deste módulo foi o debate sobre a importância da Cultura Surda para o ensino de alunos surdos.

Figura 3 - Capa do Módulo 1 - Introdução à Cultura Surda

Módulo 1 - Introdução à Cultura Surda

Vamos iniciar com o que entendemos ser o primeiro passo no processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo: conhecer um pouco mais sobre a cultura surda. Temos informativos, tutoriais e até o primeiro desenho brasileiro animado em Libras!

Mas primeiramente, vamos nos conhecer? Participe do fórum de apresentações!

Tenham uma boa semana!

Informativo Cultura Surda
Conheça mais sobre a cultura surda neste informativo.

"Tudo que você precisa saber sobre Libras"
Neste paper você vai encontrar algumas informações interessantes e importantes sobre a Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

E o seu sinal de libras, qual é?
Neste breve vídeo, da intérprete Kelly Canuto ela explica o que representa o sinal de libras.

Fonte: Produto Educacional, 2020.

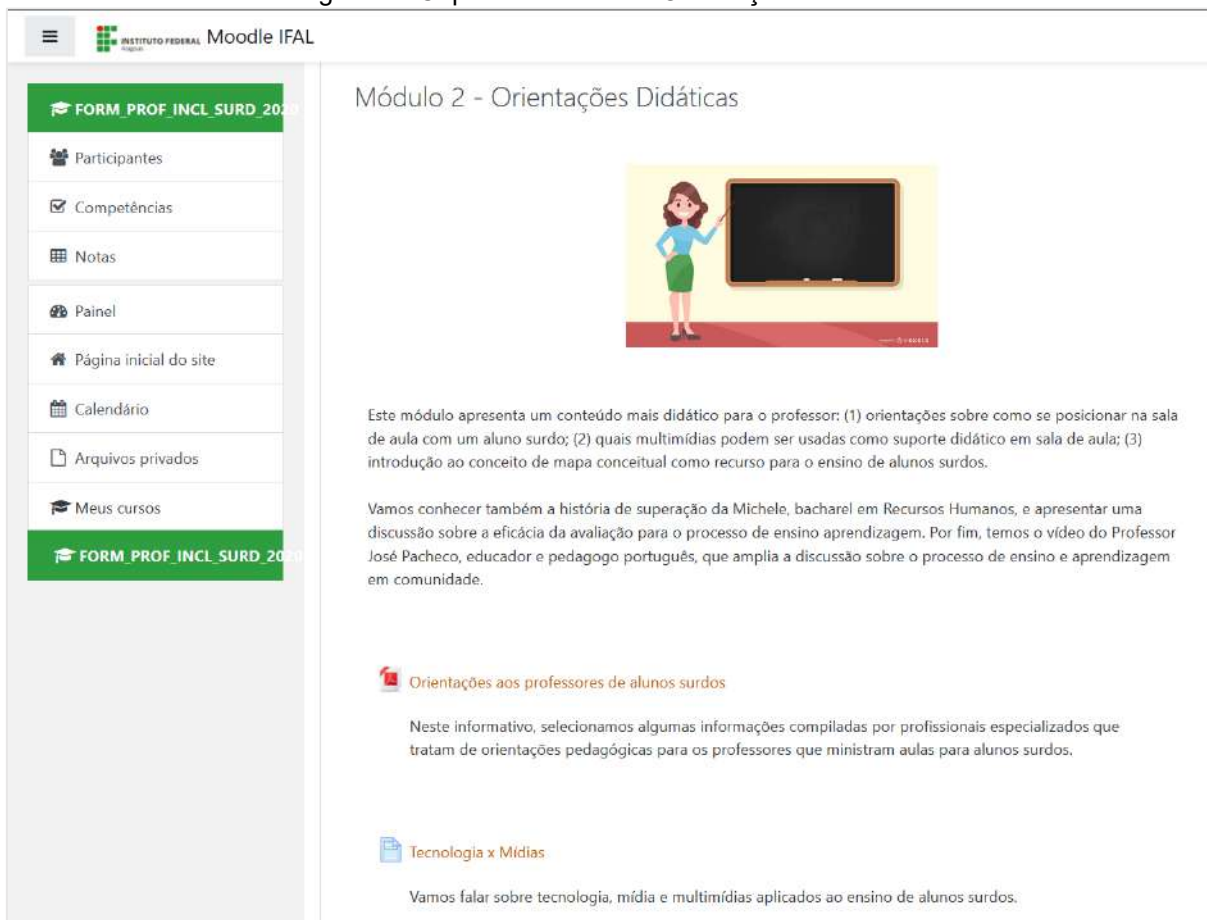
⁸ Datilologia se constitui em um recurso linguístico pautado na soletração do alfabeto manual. O seu uso adequado se dá quando uma determinada palavra não possui sinal ou para a escrita de nomes próprios (LIMA, 2015).

⁹ Primeiro desenho animado totalmente em Libras é lançado no YouTube. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 setembro 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,primeiro-desenho-animado-totalmente-em-libras-e-lancado-no-youtube,70002521676>. Acesso em 18 nov. 2019

O módulo 2 (Figura 4) apresenta um conteúdo mais pedagógico para o professor: (1) um material informativo com orientações didáticas para a docência de alunos surdos; (2) a página de leitura “Tecnologia x Mídias”, que abordou os conceitos de Tecnologia, Mídia e Multimídias aplicados à produção de conteúdos audiovisuais; (3) a página de leitura “O que é um mapa conceitual?”; (4) o vídeo “Educação de Surdos”, que relata a história de uma mulher surda para se formar em Recursos Humanos pela Faculdade de São Paulo; (5) o capítulo 8, do livro A Prática Educativa, de Antoni Zabala, que traz a discussão sobre a ideia convencional da avaliação feita para o aluno e da avaliação de como o professor ensina; (6) o vídeo Aprender em comunidade, do professor português José Pacheco; (7) o Documentário Quando sinto que já sei, produzido pela Despertar Filmes.

O fórum dessa semana propôs um questionamento sobre como a prática educativa compartilhada pode contribuir para a inclusão escolar de um aluno surdo.

Figura 4 - Capa do Módulo 2 - Orientações Didáticas



Módulo 2 - Orientações Didáticas

Este módulo apresenta um conteúdo mais didático para o professor: (1) orientações sobre como se posicionar na sala de aula com um aluno surdo; (2) quais multimídias podem ser usadas como suporte didático em sala de aula; (3) introdução ao conceito de mapa conceitual como recurso para o ensino de alunos surdos.

Vamos conhecer também a história de superação da Michele, bacharel em Recursos Humanos, e apresentar uma discussão sobre a eficácia da avaliação para o processo de ensino aprendizagem. Por fim, temos o vídeo do Professor José Pacheco, educador e pedagogo português, que amplia a discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem em comunidade.

[Orientações aos professores de alunos surdos](#)

Neste informativo, selecionamos algumas informações compiladas por profissionais especializados que tratam de orientações pedagógicas para os professores que ministram aulas para alunos surdos.

[Tecnologia x Mídias](#)

Vamos falar sobre tecnologia, mídia e multimídias aplicados ao ensino de alunos surdos.

Fonte: Produto Educacional, 2020.

O módulo 3 consiste em apresentar algumas produções acadêmicas sobre a inclusão escolar de alunos surdos: (1) um estudo de caso sobre a produção de um Glossário de Libras, produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina; (2) outro estudo de caso sobre a elaboração de uma terminologia de Química em Libras, desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia; (3) a Publicação Estudos Surdos, da Editora Arara Azul; (4) a Revista Primeira Escrita, um periódico do Curso de Letras do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que traz publicações sobre o ensino e da aprendizagem das linguagens; (5) e as referências bibliográficas utilizadas nos informativos, páginas de leitura e conceitos dispostos em todos os módulos do curso (Figura 5). Essas referências se encontram, ainda, dispostas no Plano de Ensino (Apêndice C).

O fórum do módulo 3 propôs uma questão referente à acessibilidade no Campus: de que forma o Campus poderia se tornar mais acessível aos alunos surdos?

Figura 5 - Capa do Módulo 3 - Produção sobre o tema

Módulo 3 - Produção sobre o tema

Chegamos à etapa final da nossa formação. Esperamos que o conteúdo aqui compartilhado possibilite outras ideias e pesquisas sobre o processo de ensino de alunos surdos, mas, sobretudo, que esse conhecimento possa ser aproveitado na sua disciplina!

Este módulo foi organizado com algumas produções científicas sobre os temas da surdez, acessibilidade para pessoas surdas, Libras, entre outros. Nosso último fórum propõe um debate sobre a acessibilidade no campus Marechal.

O conteúdo disposto compreende desde os estudos de caso a referências bibliográficas de artigos, sites e coletâneas. Ah, e ao final do módulo temos a avaliação final do curso!

Bons estudos!

Estudo de caso 1 - Glossário de Libras

Através do artigo "Glossário de Libras: desafio contemporâneo na educação de surdos", de Marianne Stumpf e Francielle Cantarelli Martins, vamos conhecer o trabalho desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento de um glossário de libras para termos científicos e acadêmicos. Aproveite a leitura, nela você irá encontrar o link deste glossário e saber um pouco mais sobre o contexto de ensino para surdos.

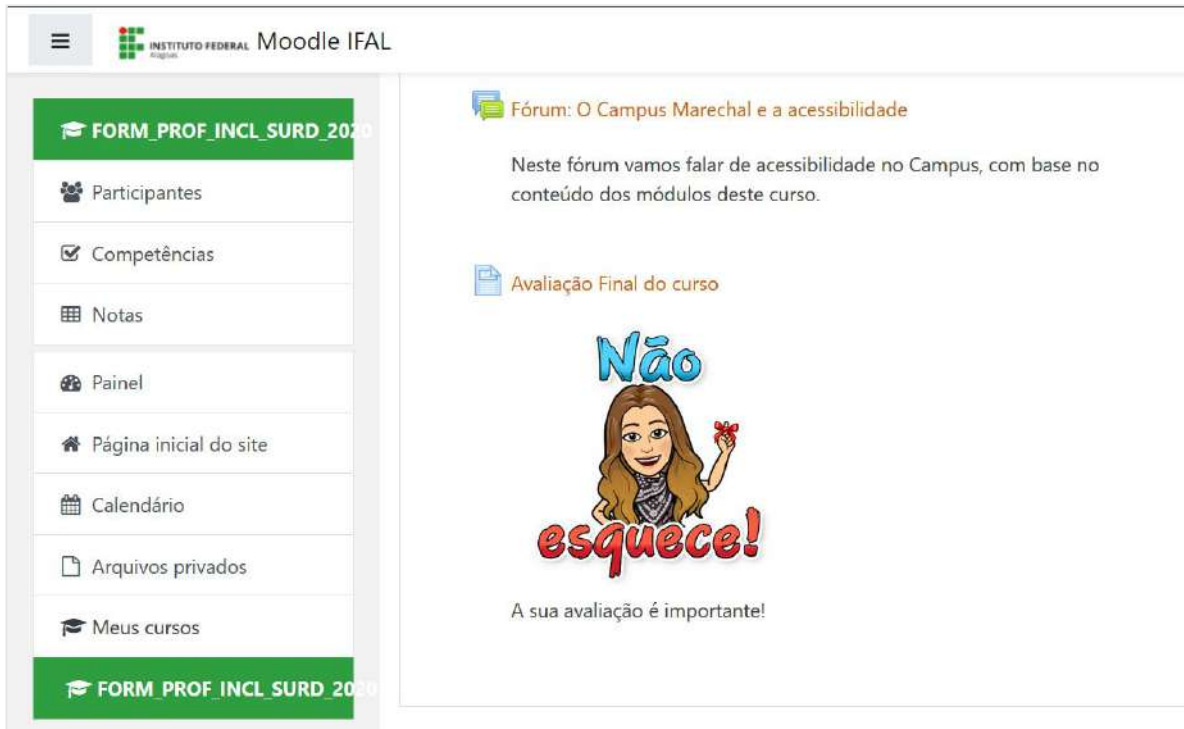
Estudo de caso 2 - Terminologia de Química em libras

Este artigo apresenta reflexões e apontamentos sobre a utilização de sinais referentes às terminologias químicas em Libras. O trabalho revelou a dificuldade dos professores de química em abordar esse conteúdo para alunos surdos. Mostra ainda a relação entre intérpretes, professores e alunos surdos, e o processo de apropriação e utilização de alguns sinais por alunos surdos em aulas de química na cidade de Uberlândia (MG).

Fonte: Produto Educacional, 2020.

Além disso, no fim deste módulo, abaixo do ícone do fórum, foi feita uma chamada para a avaliação final obrigatória do curso (Figura 6). Essa avaliação foi elaborada e disponibilizada por meio de um link de acesso ao *Google Forms* (Apêndice E). De caráter obrigatório, a emissão de certificação foi condicionada a partir do seu preenchimento.

Figura 6 - Chamada para Avaliação Final



Fonte: Produto Educacional, 2020.

Não obstante reconhecermos a relevância do debate sobre o princípio educativo do trabalho no contexto da EPT, bem como das relações de poder que o constituem, optamos por dar ênfase, neste Produto Educacional, à formação de professores voltada ao ensino de alunos surdos, apoiando-se na hipótese suscitada por Tardif que defende ser “praticamente impossível compreender o que os professores fazem, sem, ao mesmo tempo, interrogar-se e elucidar os modelos de gestão e de realização de seu trabalho” (TARDIF, 2014, p.25).

Embora este Produto Educacional tenha tido como público-alvo os docentes, espera-se que os resultados decorrentes dessa formação possam alcançar também técnicos administrativos e alunos do Instituto, pois entende-se que todo conhecimento é válido e contribui para o processo de ensino e aprendizagem dos que nele se encontram inseridos, sobretudo, na pretensão de uma instituição de ensino, de fato, inclusiva.

6. APLICAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL E RESULTADOS

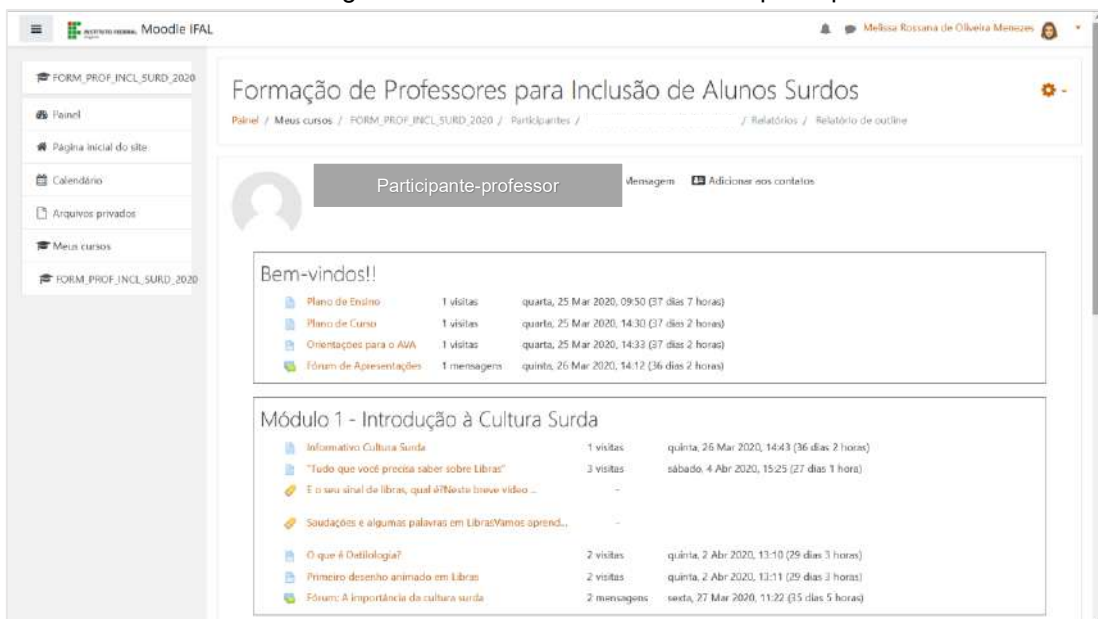
Nesta seção, descrevem-se o percurso de participação dos professores e os resultados decorrentes da aplicação do Produto Educacional. Do total de professores convidados, participaram 05 docentes, todos oriundos dos componentes curriculares da Formação Geral. As considerações feitas a esses resultados buscaram associar os princípios da pesquisa-ação à discussão sobre a formação docente proposta por Tardif (2014).

A abordagem adotada para a análise dos resultados da aplicação do Produto Educacional procurou considerar, além dos princípios de avaliação constantes no método da pesquisa-ação, o reconhecimento das pessoas como elemento principal do trabalho interativo (TARDIF; LESSARD, 2014).

Na véspera do primeiro dia de curso, foi liberada a página inicial de boas-vindas e a apresentação do Plano de Ensino, Plano de Curso, Orientações para o AVA e o Fórum de Apresentação. A pesquisadora encaminhou, via *Moodle*, uma notificação quanto ao início da formação.

Por meio do recurso “Participantes - Relatório de *outline*”, disponibilizado pelo *Moodle*, a pesquisadora pode acompanhar o desempenho de acesso aos módulos por participante, como também visualizar os acessos a cada semana e mensurar o número de visitas por cada arquivo disposto no módulo, como também o quantitativo de publicações nos fóruns (Figura 7).

Figura 7 - Relatório de *outline* de um participante

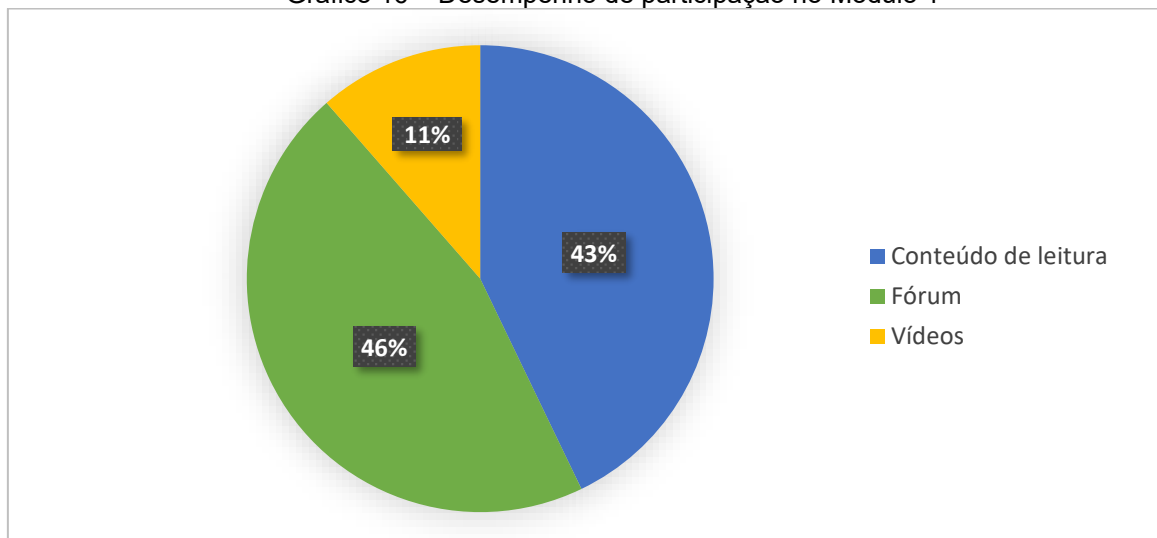


Fonte: Produto Educacional, 2020.

A primeira semana compreendeu a segunda quinzena de março, no entanto, um dia antes do início do curso, foi encaminhada uma mensagem de notificação, via Plataforma *Moodle*, sobre o início das atividades do curso. Os participantes acessaram os materiais iniciais e se apresentaram de forma breve, assim como a pesquisadora.

O Módulo 1 foi liberado no dia seguinte e o quantitativo de acessos da primeira semana apontou os seguintes resultados, conforme o Gráfico 16: (1) os materiais de leitura tiveram a preferência de acesso sobre os vídeos, com 46% dos acessos; (2) a participação no fórum indicou 43%; (3) e os vídeos registraram 11% dos acessos.

Gráfico 16 – Desempenho de participação no Módulo 1



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Em relação à participação no fórum, os professores, além de comentarem sobre o tema proposto, abriram um segundo tópico de discussão, “experiência com aluno surdo”, no qual foram compartilhadas as experiências vivenciadas com alunos surdos em outros espaços escolares, além das de sala de aula.

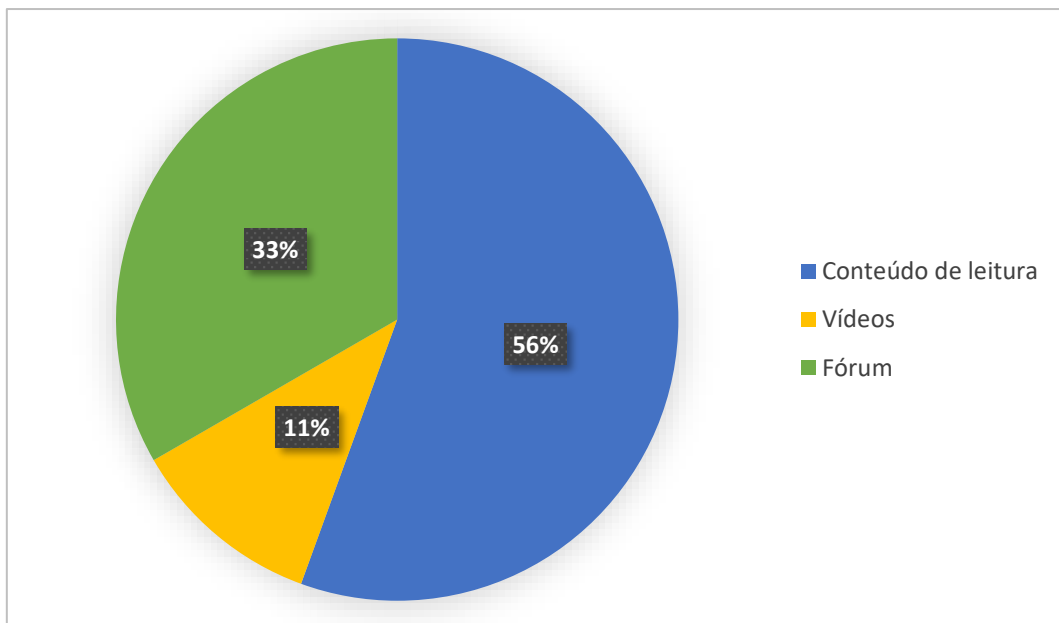
Segundo o relatório *outline* do *Moodle*, todos os materiais de leitura foram acessados, com destaque aos que abordaram a Cultura Surda e a Libras. Dos vídeos disponibilizados com a temática da Libras, não houve acesso aos vídeos com tutoriais das saudações e do sinal, e apenas o primeiro desenho animado em Língua Brasileira de Sinais foi acessado. Contudo, por se tratar de uma língua com um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, é preciso ponderar que talvez os tutoriais em Libras não atendam às considerações feitas pelos professores sobre a carência de uma formação para o aprendizado da Libras.

Possivelmente esse resultado também esteja associado à escolha dos professores pela modalidade semipresencial de curso, conforme o Gráfico 15, do item 5.4, da pesquisa diagnóstica. Nesse sentido, é preciso considerar que os professores prescindam da presença do tradutor e intérprete para o contato com a Língua Brasileira de Sinais.

Mais adiante, na apresentação dos comentários registrados na avaliação final do curso, um professor comentou sobre a impossibilidade, no momento, do curso promover uma interação presencial no campus, em virtude do estado de emergência em saúde e da suspensão das atividades presenciais do campus; já outro sugeriu a participação do tradutor e intérprete no curso, no sentido desse profissional orientar os professores sobre as especificidades da Cultura Surda para a prática em sala de aula. De certa forma, tais relatos reforçam a preferência por um momento presencial em detrimento de uma atividade remota para tal fim.

Na segunda semana, foi liberado o Módulo 2, que apresentou orientações didáticas para os professores que ministram aulas para alunos surdos, como também materiais que abordam a prática educativa e o emprego de mídias. Os resultados foram assim registrados: (1) materiais de leitura com 56% dos acessos; (2) participação no fórum com 33% dos acessos; (3) e visualização dos vídeos, 11% dos acessos.

Gráfico 17 – Desempenho de participação no Módulo 2



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Da mesma forma que o desempenho anterior, os materiais de leitura registraram mais acessos que os vídeos. O documentário “Quando sinto que já sei”, produzido pela Despertar Filmes, foi o único vídeo acessado durante a segunda semana.

O fórum proposto para essa semana abordou a questão da prática educativa compartilhada como um meio de colaborar para a inclusão escolar dos alunos surdos. Os professores relataram as principais dificuldades sentidas por eles quando se trata de adaptar, para os alunos surdos, os conteúdos relativos aos seus componentes curriculares. Como proposta para o curso, foram sugeridas a inclusão de materiais didáticos em Libras específicos ao componente curricular de Matemática, em especial com ênfase nos conceitos abstratos, como também foi solicitado a disponibilização de todo o conteúdo da formação *on line* em uma apostila única, para download e arquivo dos professores.

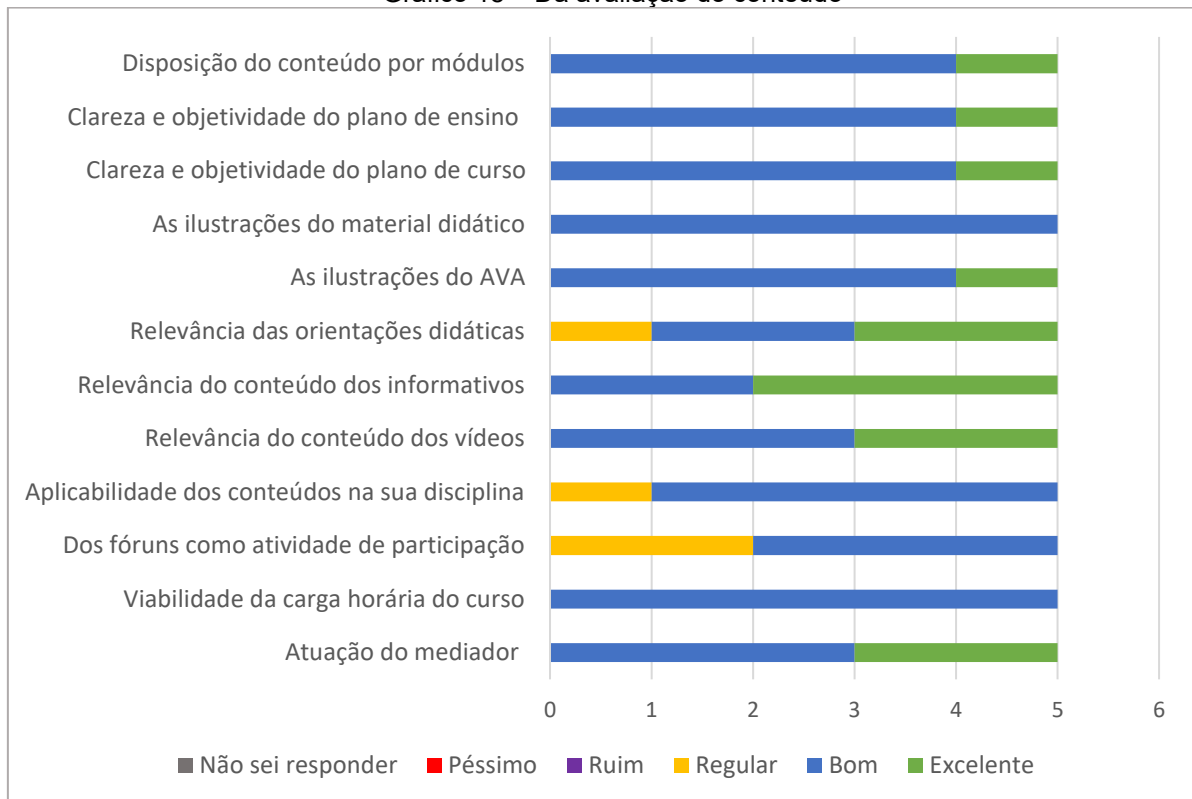
Na terceira semana, o Módulo 3 apresentou apenas conteúdo de leitura, como o estudo de caso sobre a produção de um Glossário de Libras, da Universidade Federal de Santa Catarina; outro estudo de caso sobre a elaboração de Terminologia de Química em Libras, publicado pela Universidade Federal de Uberlândia; os Estudos Surdos, uma compilação de pesquisas na área da surdez, publicado pela Editora Arara Azul; a Revista Primeira Escrita, periódico do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com publicações sobre o ensino e aprendizagem das linguagens; e as referências bibliográficas utilizadas nos módulos do curso.

A avaliação final do curso também foi disponibilizada no Módulo 3. De caráter obrigatório, foi preenchida por todos os participantes. Dividida em duas partes de perguntas de múltipla escolha: a primeira teve por referência as considerações dos participantes sobre o ambiente do curso; a segunda teve por finalidade promover a autoavaliação do participante.

Por fim, as quatro perguntas diretas foram, assim, divididas: duas questões para sugestões e críticas, uma questão a respeito da Cultura Surda, e uma pergunta voltada à sugestão de outros temas na área de inclusão escolar com vistas à realização de outros cursos.

A primeira pergunta sobre a avaliação do conteúdo apresentou os seguintes resultados, conforme o Gráfico 18:

Gráfico 18 – Da avaliação do conteúdo



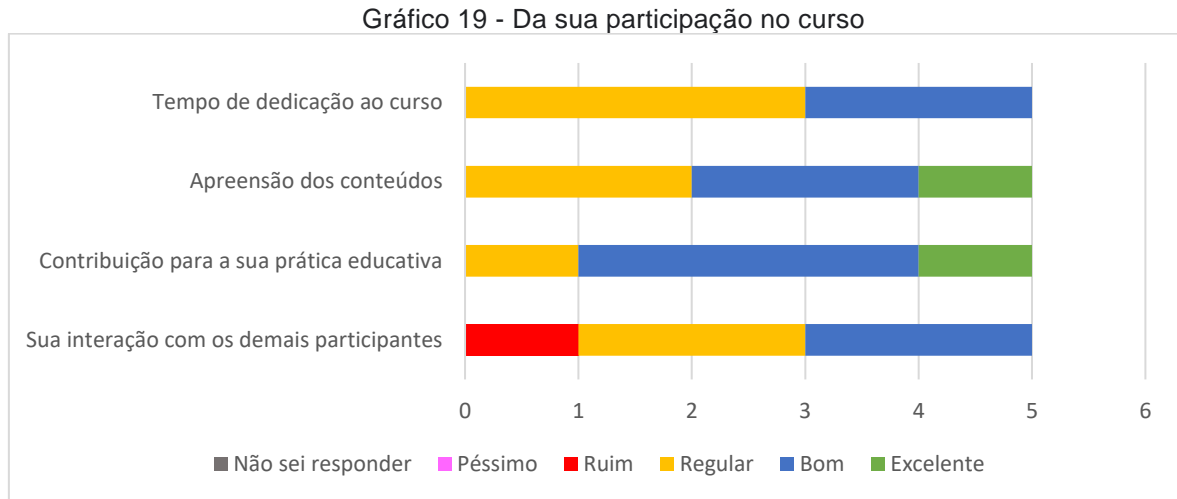
Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Tendo em vista os altos índices de satisfação referentes ao Produto Educacional desenvolvido no AVA, pode-se considerar que a formação atendeu, para todos os participantes, às considerações elencadas na pesquisa diagnóstica. Os professores conseguiram identificar, com clareza e objetividade, o propósito pretendido pelo Produto Educacional nos planos de ensino e de curso.

Em relação às ressalvas feitas com a opção “regular”, para as orientações didáticas e a sua aplicabilidade no componente curricular, é preciso considerar os apontamentos feitos nas perguntas subjetivas que sugeriram a inclusão de orientações didáticas mais específicas e a possibilidade de uma formação voltada à tradução e interpretação, em Libras, de conceitos pertinentes à área de atuação de determinado professor.

Para a ressalva feita à participação no fórum como atividade, foi considerada como regular a questão do tempo de dedicação para o cumprimento de tal atividade, tendo em vista que em todos os fóruns propostos houve a participação dos professores. Nesse sentido, quando se compara a quantidade de participações por semana, por meio de respostas e réplicas, em relação a outros recursos com um número baixo de acessos, pode-se considerar que esse resultado, ainda que tenha apresentado um índice regular, atingiu um nível satisfatório.

Na segunda parte, que se refere à autoavaliação do professor como participante da formação, seguem os resultados abaixo, conforme o Gráfico 19.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Em relação aos resultados sobre a participação no curso, a maior parte dos professores sinalizou que o conteúdo foi apreendido de forma satisfatória e que contribuirá para a sua prática educativa. Ainda que as questões sobre o tempo de dedicação ao curso e a interação com os demais participantes tenham apresentado índices de regular a ruim, considerando-se que tais apontamentos se revestem de impressões pessoais, em sua totalidade, os resultados apontados pelos professores indicaram que o objetivo proposto pelo Produto Educacional foi alcançado, no sentido de contribuir para a melhoria da prática docente voltada aos alunos surdos.

No que se refere às perguntas subjetivas, os depoimentos colhidos traduziram os resultados dos gráficos qualitativamente, na medida em que foram expressos os pontos de vistas dos participantes. Os termos “dificuldades”, “importância” e “inclusão”, recorrentes nos fóruns, foram reiterados nas respostas da primeira pergunta: “Na sua opinião, quais foram os pontos mais relevantes que o curso abordou?”, o que denota a relevância de um curso de formação para professores voltado a inclusão escolar, a exemplo do que foi proposto.

Ainda nessa perspectiva, as respostas também evidenciaram a preocupação dos professores em superar as dificuldades e a importância de se incluir o aluno surdo de forma eficaz: “As dificuldades da inclusão, a legislação, os sinais e a possibilidade de interagir com os colegas”, (Professor 1); “As dificuldades e a importância da inclusão de alunos com deficiência auditiva” (Professor 2); “As

metodologias de inclusão do aluno surdo que os professores podem adotar e a conscientização sobre a importância de se pensar sobre a cultura surda” (Professor 3); *“A necessidade de nos apropriarmos desse conhecimento acerca do universo surdo*” (Professor 4); *“Trazer a inclusão do surdo como tema*” (Professor 5).

Na pergunta seguinte, “Que sugestões você daria para melhorar este curso?”, observou-se a receptividade positiva em relação ao curso por parte dos professores. Duas respostas se referiram diretamente à iniciativa do curso: *“Este curso foi bom. Precisamos de mais ações como esta*” (Professor 1); *“Acho que foram 3 semanas muito rápido*” (Professor 2). Um comentário sugeriu uma adaptação ao conteúdo dos módulos: *“Que os textos, links e vídeos ficassem à disposição dos participantes do curso. Eu baixei quase tudo, mas um documento com todo o conteúdo abordado, seria muito interessante*” (Professor 3). O professor 4 sugeriu a participação do intérprete na orientação do curso e apontou algumas limitações relativas à prática docente:

Que o curso fosse orientado ou coorientado por um(a) tradutor(a) de Libras. Penso que um profissional da área teria mais propriedade em orientar, sugerir e nos guiar dentro da cultura surda, pois na prática, nosso trabalho como professor ainda não é profícuo e não sabemos como lidar em todas as situações e quais assuntos didáticos realmente fazem a diferença para um(a) aluno(a) surdo (a) e a melhor forma de expor materiais e fazer provas e atividades. É interessante termos um conhecimento geral e é um primeiro passo, mas ainda não é o suficiente. (Professor 4)

A última participação fez referência ao período de aplicação do curso: *“Infelizmente o momento não propiciou uma melhor interação e até mesmo um contato efetivo no campus*” (Professor 5).

Na sequência, a próxima pergunta abordou o tema da Cultura Surda, mediante a questão: “Diante do exposto no curso, o que a cultura surda representa para a sua prática educativa?” As considerações expostas reforçaram que o desconhecimento a respeito da cultura surda representa uma barreira a ser superada no processo de ensino voltado a alunos surdos. Para o Professor 1, o contato com o tema possibilitou uma reflexão sobre a importância desse conhecimento para sua prática docente: *“Eu sempre peço ajuda as interpretes, acredito que tenho seguido os pontos sugeridos por elas. O curso serviu para ampliar a minha noção sobre o quanto ainda preciso melhorar”*. Para os Professores 2 e 5, em ambas as respostas, foi empregado o termo comum “desafio” para Cultura Surda. Segundo o Professor 4:

Muito importante, tive a oportunidade de ter alunos com deficiência auditiva e trabalhar com e sem auxílio especializado. O curso oferece um modelo de atuação muito bom e certamente contribui muito para nosso aperfeiçoamento ou melhora na conduta em sala de aula. (Professor 4)

Concluindo a questão sobre a Cultura Surda, o Professor 5 assinalou:

Acredito que seja crucial para um professor de aluno surdo, tentar inclui-lo o máximo possível. Portanto, cultura surda pra mim, é sinônimo de inclusão e também uma tentativa de tornar o mundo mais humano para aqueles que apresentam limitações tão importantes que é a capacidade de ouvir e falar.
(Professor 5)

A última pergunta da avaliação propôs uma sugestão de temas, considerando a possibilidade, no futuro, de se realizar outras iniciativas voltadas para a inclusão escolar.

O termo “Libras” foi citado em mais de uma resposta, mais especificamente se referindo a um curso de Libras, mas também foram sugeridas outras abordagens, conforme as necessidades inerentes aos componentes curriculares dos participantes (Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Física): “*A Inclusão na Educação Física*” (Professor 1); “*A prática escolar e sugestões de atividades que realmente possam nos guiar na sala de aula. Aulas de libras para os professores de turmas com alunos surdos*” (Professor 2); “*Alunos com problemas psicológicos (acentuados)*” (Professor 3); “*Curso de libras, metodologias diferenciadas voltadas a tópicos mais abstratos, criação de projetos de inclusão de alunos surdos*” (Professor 4); “*Produção de materiais concretos que auxiliem ao surdo nessa apropriação de conhecimentos, bem como ajudando na construção do mapa conceitual*” (Professor 5).

Com base nos resultados de acesso aos vídeos dos módulos, representados nos gráficos 16 e 17, como também nos comentários e sugestões apontadas pelos participantes na avaliação final, foram realizados os seguintes ajustes no Produto Educacional:

- Alteração do formato integralmente EaD para o formato semipresencial (considerando o retorno das atividades presenciais no Campus);
- Retirada dos vídeos “E o seu Sinal de Libras, qual é?” e “Saudações e algumas palavras em Libras”, presentes no Módulo 1, e dos vídeos “Educação de Surdos” e “Aprender em Comunidade”, do Módulo 2;
- Inclusão de um informativo sobre canais de produção visual didática em Libras no Módulo 2;
- Inclusão de um encontro presencial no campus, com carga horária de 2 horas, com a participação do TILS, destinado aos professores para uma discussão presencial sobre orientações pedagógicas e dúvidas.

Os resultados alcançados mediante a aplicação deste Produto Educacional ressaltaram a relevância da atuação docente como parte no processo de inclusão dos alunos surdos. De fato, como aponta Tardif (2014) é preciso reconhecer o professor como um profissional em permanente estado de construção do seu saber, e de como é importante a construção desses saberes e de como esses profissionais “incorporam, produzem, utilizam, aplicam e transformam em função dos limites e dos recursos inerentes às suas atividades de trabalho” (TARDIF, 2014, p.256).

Esta seção procurou descrever o percurso de aplicação do Produto Educacional e apresentar os resultados obtidos por meio da avaliação final do curso, com base na abordagem adotada para a análise desses dados. Nesse sentido, as considerações aqui apresentadas possibilitaram ajustes no Produto Educacional (Apêndice F), como também indicaram que os objetivos traçados para esta pesquisa foram alcançados, no intuito de contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos do IFAL.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do processo de inclusão escolar de alunos surdos apresentado neste trabalho, sob a perspectiva dos professores que lecionam em Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado do IFAL, possibilitou um reconhecimento das questões relativas às divergências que têm marcado o contexto educacional das pessoas surdas como um elemento não favorável à materialização dos princípios pertinentes à Educação Inclusiva.

Da mesma forma, as contradições decorrentes da concepção oralista dominante que permeia o contexto educacional das pessoas surdas resultaram na proposição de políticas públicas que, embora assegurem garantias constitucionais, a exemplo do direito à Educação, não legitimam as práticas linguísticas e culturais que compõem a identidade das pessoas surdas.

Por meio desta pesquisa foram apresentadas algumas lacunas relativas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos de um dos Campus do IFAL, tais como a falta de um planejamento pedagógico adaptado à Cultura Surda, a necessidade de contratação de mais TILS para o acompanhamento e o suporte nas atividades curriculares, e a ausência de uma formação continuada voltada para os professores, no sentido de formá-los para o exercício da docência em consonância com práticas educacionais efetivamente inclusivas.

De certo, a pesquisa diagnóstica buscou responder às questões norteadoras deste trabalho. No que se refere ao impacto do contexto histórico da educação de pessoas surdas, constatou-se que as divergências constantes no método de ensino não favorecem a legitimação da cultura surda no processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos.

Em relação ao questionamento sobre a importância do conhecimento das necessidades e características dos alunos surdos para o processo de ensino, por meio dos apontamentos feitos pelos participantes da formação proposta como Produto Educacional, foi ressaltado que tal formação representou um primeiro passo no percurso da inclusão escolar a ser desenvolvido pelo Instituto Federal de Alagoas, rumo a um processo de ensino e aprendizagem, de fato, inclusivos.

Não obstante, obteve-se, também, a resposta da questão que se refere à contribuição do professor no processo de inclusão escolar dos alunos surdos, levantada por esta dissertação. Tanto na elaboração da pesquisa diagnóstica, quanto

na fase de aplicação do Produto Educacional, ficou comprovado que a ação do professor é essencial ao processo de inclusão escolar desses alunos. De acordo com as considerações expressas na avaliação do Produto, o conhecimento a respeito da cultura surda possibilitou uma reflexão sobre a importância de se apropriar dos aspectos e peculiaridades que constituem uma pessoa surda para a prática docente.

No tocante aos objetivos propostos para esse trabalho, eles também foram cumpridos. Em primeiro, a realização da pesquisa diagnóstica que possibilitou a elaboração do Produto Educacional. Na sequência, o Produto Educacional, elaborado como um curso voltado à formação de professores para a inclusão de alunos surdos, apontou, por meio dos dados colhidos na sua aplicação e daqueles decorrentes da avaliação feita pelos participantes, a necessidade de iniciativas dessa natureza, principalmente no sentido de orientar os professores para a construção de uma prática docente fundamentada nos princípios da Educação Inclusiva.

No entanto, foram apontadas algumas lacunas nesta formação. E longe de representarem um aspecto exclusivamente negativo, esses apontamentos, como também as sugestões de melhoria, serviram para direcionar os ajustes feitos no Produto Educacional, reforçando o caráter colaborativo do percurso metodológico traçado para este trabalho, que resultou na construção de um conhecimento coletivo a partir das interlocuções entre os participantes e o pesquisador.

Embora os objetivos propostos para este trabalho tenham sido alcançados, ainda há muito o que se pesquisar, analisar e investigar-agir, de forma contínua e permanente, no campo da inclusão escolar das pessoas surdas. A exemplo da pesquisa diagnóstica realizada, à medida que os dados foram analisados e comparados a outros estudos realizados, pode-se constatar que os temas abordados tendem a se desdobrar em outras perspectivas de ação investigativa no campo da inclusão escolar voltada ao aluno surdo.

Na verdade, a realização deste trabalho se constituiu como desafio, tendo em vista as possibilidades de contribuição de um Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica como o ProfEPT, no âmbito desta Rede Federal de Ensino. Nesse sentido, espera-se que as lacunas percebidas neste trabalho, venham a ser preenchidas, futuramente, por meio de novos estudos e sob outros pontos de vista, de forma a concretizar, efetivamente, no âmbito da EPT, os pressupostos preconizados para, de fato, uma Educação Inclusiva e, por extensão, libertária.

Em uma perspectiva futura, espera-se que este trabalho enseje novas contribuições, de forma a ser aplicado em outros campi do IFAL, de modo a contemplar outros professores que por ventura vivenciem semelhante realidade no processo de inclusão escolar de alunos surdos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BALDISSERA, A. PESQUISA-AÇÃO: UMA METODOLOGIA DO “CONHECER” E DO “AGIR” COLETIVO. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, p. 5-25, Agosto 2001.

BARBOSA, Joaquim. **O Debate Constitucional sobre ações afirmativas**. Instituto da Mulher Negra, 21 abril 2003. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa>. Acesso em: 21 abr. 2019.

BEVILACQUA, Maria Cecília. Conceitos básicos sobre a audição e a deficiência auditiva. **Cardenos de Audiologia**, Bauru, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010**. Presidência da República. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 20 dez. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Presidência da República. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Presidência da República. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Presidência da República. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Presidência da República. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acesso em: 27 dez. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **DECRETO Nº 9.656, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018**. Presidência da República. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9656.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos**. Florianópolis: [s.n.], 2008.

CASTRO JUNIOR, Glaúcio de. Cultura Surda e Identidade: Estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, W. G. **Educação de Surdos: Formação, Estratégias e Prática Docente**. Ilheus: Editus, 2015. p. 11-26.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, p. 583-597, Mai/Ago 2005.

DUARTE, S. B. R. *et al.* Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, out. 2013.

FENEIS, 2018. Disponível em: <http://www.libras.com.br/feneis>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas solidariedade, opressão e revolução. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, p. 481-496, jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREITAS, Neli Klix; PEREIRA, Janaína de Abreu. Necessidades Educativas Especiais, Arte, Educação e Inclusão. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 2, n. 2, jun. 2007.

GLAT, Rossana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. **Comunicações: Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 134-141, jun. 2003.

GODOY, A. S. INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de Administração**, São Paulo, 1995. 57-63.

IFAL. Edital nº 166/IFAL: Processo Seletivo Simplificado para Contratação Imediata e Cadastro de Reserva de Profissional Especializado em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Alagoas, 2019. [33] p.

IFAL. Projeto trabalha inclusão escolar com o ensino de Libras. Campus Santana do Ipanema, 04 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/site/santana-noticias/projeto-trabalha-inclusao-social-com-o-ensino-de-libras>. Acesso em: 22 maio 2019.

INES. **O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**. 2 ed. Rio de Janeiro: INES, v. I, 2008.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, set. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 maio 2020.

LIMA, Cristina Machado de. **Educação de Surdos: desafios para a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1979.

MENDES, Katiuscia Aparecida Moreira de Oliveira. **Educação Especial Inclusiva nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Brasileiros**. Goiânia: [s.n.], 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOURA, Maria Cecília de. O surdo: caminhos para uma nova identidade. **Educação de Surdos: Formação, Estratégias e Prática Docente**. Rio de Janeiro: Revinter/Fapesp, 2000.

NUNES; Terezinha; VARGAS, Rosane. Um instrumento para a avaliação formativa de textos produzidos por usuários de Libras. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 62, p. 125-141, out/dez 2016.

PEREIRA, Maria Jasete da Silva; SILVA, Maria Marinho da. **Manual de Produção de Material Didático On Line**. IFAL, 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997.

REIS, Flaviane. **Um olhar acerca da formação docente para atuar na educação de surdos**. **Educação de Surdos em Debate**, Curitiba, 2014. 233-246.

ROCHA, Solange. **O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, v. I, 2008.

RODRIGUES, Ednalva Gutierrez.; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Educação em Pesquisa**: São Paulo, v. 43, p. 229-243, jan-mar 2017.

SANTOS, Bruna Junger. **A utilização de aplicativos na alfabetização de surdos**. Rio de Janeiro, 2016. p.1-15.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. XII, p. 10-16, mar. 2009.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de Politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, Sinval Fernandes de; SILVEIRA, Hélder Eterno da. Terminologias Químicas em Libras. **Química nova na escola**, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 37-46, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WITKOSKI, Silvia Andreis. **Problematizando a ideologia oralista**. Editora Arara Azul, Rio de Janeiro, n. 6, 2010.

WITKOSKI, Silvia Andreis; DOUETTES, Brenno Barros. Educação bilíngue de surdos: implicações metodológicas e curriculares. **Educação de Surdos em Debate**, Curitiba, 2014. 41-50.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE PESQUISA DIAGNÓSTICA

O processo de inclusão escolar de alunos surdos

Questionário dirigido aos professores das turmas com alunos surdos em um Curso Técnico de Nível Médio Integrado

Do planejamento pedagógico

1. O(a) senhor(a) prepara o plano de ensino da sua disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- Sim e leio para os alunos no 1º dia de aula
- Sim e disponibilizo para os alunos no SIGAA
- Não faço plano de ensino
- Outro: _____

2. Na elaboração do plano de ensino de sua disciplina, no que se refere a metodologia e as avaliações, é considerado o aluno surdo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

3. O(a) senhor(a) elabora algum material de revisão para as suas avaliações?

Marcar apenas uma oval.

- Sim, no entanto, o material elaborado é comum tanto ao aluno surdo quanto para o ouvinte.
- Sim, no entanto, os materiais elaborados são distintos, considerando-se a necessidade do aluno surdo.
- Não preparo nenhum material de revisão.
- Outro: _____

4. Qual o método de avaliação proposto para a sua disciplina?

Marcar apenas uma oval.

- Aplico a mesma avaliação para todos os alunos.
- Aplico avaliações distintas, considerando questões adaptadas para o aluno surdo.
- Outro: _____

Da metodologia aplicada em sala de aula

5. **Que tipo de adaptação para o aluno surdo é feito pelo(a) senhor(a) em sala de aula?**

Marque todas que se aplicam.

- Projeção de imagens
- Explicação oral pausada
- Vídeo com legendas
- Uso de objetos relacionados ao tema da aula
- Ilustrações feitas no quadro
- Não faço adaptações
- Outro: _____

6. **De que forma o(a) senhor(a) disponibiliza o conteúdo de suas aulas para os alunos?**

Marcar apenas uma oval.

- Antes da aula
- Durante a aula
- Após a aula
- Outro: _____

7. **Em relação aos termos técnicos referentes a sua disciplina, o senhor tem conhecimento de algum termo ou expressão (recursos hídricos, por exemplo) que não exista na linguagem de sinais?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Nunca pesquisei sobre o assunto
- Outro: _____

Da cultura surda

8. **Qual o seu nível de conhecimento sobre Libras?**

Marcar apenas uma oval.

- Fluente
- Conheço alguns sinais
- Conheço a língua, mas não falo
- Não conheço

9. **Quais conceitos a respeito da cultura surda o(a) senhor(a) conhece ou já ouviu falar:**

Marque todas que se aplicam.

- Identidades surdas
- Graus de surdez
- Barreiras ao aprendizado do surdo
- Libras
- Nenhuma das opções anteriores

10. **O(a) senhor(a) já teve alguma experiência e/ou contato com a temática da surdez antes da chegada de alunos surdos no campus?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

11. **O(a) senhor(a) já consultou alguma vez o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE do campus para saber mais sobre a surdez?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não.
- Outro: _____

Da inclusão escolar no Campus

12. **De que forma o(a) senhor(a) se prepara para receber um aluno surdo?**

Marcar apenas uma oval.

- Sou comunicado(a) com antecedência sobre o ingresso do aluno surdo.
- Não há comunicação formal sobre o ingresso desse aluno.
- Fico sabendo da presença do aluno surdo no 1º dia de aula em sala.

13. **Na sua opinião, que desafios estão postos para o professor em relação ao aluno surdo?**

Marque todas que se aplicam.

- Ausência do Intérprete e Tradutor de Libras em sala de aula
- Ausência de um curso de Libras para docentes
- Ausência de condições estruturais para a socialização do aluno surdo
- Ausência de condições pedagógicas para a inserção do aluno surdo em sala de aula
- Outro: _____

14. **Na sua opinião, que ações deveriam ser promovidas pelo campus para qualificar o professor para o ensino de alunos surdos?**

Marque todas que se aplicam.

- Curso de Libras
- Planejamento pedagógico assessorado pelo NAPNE
- Acompanhamento do Tradutor e Intérprete de Libras na elaboração do Plano de Ensino da disciplina
- Capacitação específica sobre o processo de inclusão escolar de surdos
- Acolhimento e socialização entre alunos surdos, ouvintes e professores
- Outro: _____

15. **Obrigada pela sua participação!**
- _____

APÊNDICE B

PRODUTO EDUCACIONAL NO AMBIENTE DO *MOODLE*/IFAL

Formação de Professores para Inclusão de Alunos Surdos

[Paine!](#) / [Meus cursos](#) / [FORM_PROF_INCL_SURD_2020](#)

Bem-vindos!!

Olá!

Este curso apresenta, de forma didática e resumida, o tema da dissertação: " Formação de Professores para promoção da Inclusão Escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio", pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – Profep/IFAL.

O objetivo deste curso é o de reconhecer a importância do conhecimento sobre a Cultura Surda para a formação de professores que atuam e/ou irão atuar com alunos surdos em um Curso Técnico de Nível Médio Integrado do IFAL.

A cada módulo teremos um fórum de discussões sobre o conteúdo abordado, a ser mediado conforme as orientações abaixo. O conteúdo disposto nos módulos está disponível para download/leitura. Para concluir essa formação e receber seu certificado, é necessário realizar a avaliação do curso!

Bons estudos!

Melissa Rossana de Oliveira Menezes

Material Inicial

 [Plano de Ensino](#)

 [Plano de Curso](#)

 [Orientações para o AVA](#)

 [Fórum de Apresentações](#)



Módulo 1 - Introdução à Cultura Surda



Vamos iniciar com o que entendemos ser o primeiro passo no processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo: conhecer um pouco mais sobre a cultura surda. Temos materiais informativos, tutoriais e até o primeiro desenho brasileiro animado em Libras!

Participe do nosso fórum sobre a importância da Cultura Surda!

Tenham uma boa semana de leitura!

[Informativo Cultura Surda](#)

Conheça mais sobre a cultura surda neste informativo.

["Tudo que você precisa saber sobre Libras"](#)

Neste informativo você vai encontrar algumas informações interessantes e importantes sobre a Língua Brasileira de Sinais, a Libras.

E o seu sinal de Libras, qual é?

Neste breve vídeo, da intérprete Kelly Canuto, ela explica o que representa o sinal de Libras. Acesse abaixo ou copie o link: <https://youtu.be/uZFNnuxXneQ>.



Saudações e algumas palavras em Libras

Vamos aprender conceitos básicos e importantes para o dia a dia na sala de aula? Neste vídeo aula, uma intérprete apresenta os sinais em Libras com auxílio das legendas e dupla tela, com o propósito de melhor identificarmos a forma dos sinais.

Assista e pratique:



Ou copie o link: <https://youtu.be/6H3LPgF2cbg>.

 [O que é Datilologia?](#)



 [Primeiro desenho animado em Libras](#)

Assista ao episódio piloto lançado no YouTube em setembro de 2018, em comemoração ao Dia Nacional do Surdo.

 [Fórum: A importância da cultura surda](#)

Neste fórum vamos conversar sobre a importância da cultura surda para a atuação do professor.

Módulo 2 - Orientações Didáticas



Este módulo apresenta um conteúdo mais didático para o professor: (1) orientações sobre como se posicionar na sala de aula com um aluno surdo; (2) quais multimídias podem ser usadas como suporte didático em sala de aula; (3) introdução ao conceito de mapa conceitual como recurso para o ensino de alunos surdos.

Vamos conhecer também a história de superação da Michele, bacharel em Recursos Humanos, e apresentar uma discussão sobre a eficácia da avaliação para o processo de ensino aprendizagem. Por fim, temos o vídeo do Professor José Pacheco, educador e pedagogo português, que amplia a discussão sobre o processo de ensino e aprendizagem em comunidade.

[Orientações aos professores de alunos surdos](#)

Neste informativo, selecionamos algumas informações compiladas por profissionais especializados que tratam de orientações pedagógicas para os professores que ministram aulas para alunos surdos.

[Tecnologia x Mídias](#)

Uma abordagem sobre tecnologia, mídia e multimídias aplicadas ao ensino de alunos surdos.

[Saiba mais: O que é um Mapa Conceitual?](#)

Acesse aqui.

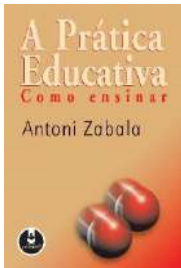
Vídeo: Educação de Surdos

Ao contar sua trajetória, Michele, uma surda graduada em Recursos Humanos pela Faculdade de São Paulo, nos propõe uma reflexão sobre a realidade atual do contexto educacional para pessoas surdas e de como podemos colaborar para mudanças efetivas nesse contexto. Assista ao vídeo ou acesse pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=tHOMa5ntRkw>.

Fonte: novotempo.com/EducAção



 [Texto: Por que se deve avaliar - A. Zabala](#)



Este texto traz uma importante discussão sobre a ideia convencional do método de avaliação. Esse conteúdo compõe o capítulo 8, do livro *A Prática Educativa: como ensinar*, de Antoni Zabala.

Aprender em Comunidade: Professor José Pacheco

Educador e pedagogo português, é mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Idealizador da Escola da Ponte, em Portugal. É autor de inúmeros livros e artigos sobre educação e indutor de mais de 100 projetos para uma nova educação no Brasil. Neste vídeo ele expõe sentimentos, quebra de paradigmas e métodos explorados da origem aos dias atuais.

Fonte: TEDxFortaleza.

Acesse também pelo link: <https://youtu.be/NMNVc0Yz434>

Confira:



 [Documentário "Quando sinto que já sei"](#)

Neste resumo do Documentário *Quando sinto que já sei*, produzido pela Despertar Filmes, vamos introduzir a reflexão a partir da vivência de 10 iniciativas alternativas ao sistema convencional de ensino que convergem para um objetivo único: mostrar que é possível fazer diferente na Educação.

 [Fórum: Prática Educativa](#)

Nesse fórum propomos a seguinte questão: De que forma a prática educativa compartilhada pode contribuir para a inclusão escolar de um aluno surdo? Responda no tópico da pergunta!

Módulo 3 - Produção sobre o tema



Chegamos ao término da nossa formação. Esperamos que o conteúdo aqui compartilhado possibilite outras ideias e pesquisas sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, mas, sobretudo, que esse conhecimento possa ser aproveitado na sua disciplina!

Este módulo foi organizado com algumas produções científicas sobre os temas da surdez, acessibilidade para pessoas surdas, Libras, entre outros. Nosso último fórum propõe um debate sobre a acessibilidade no Campus.

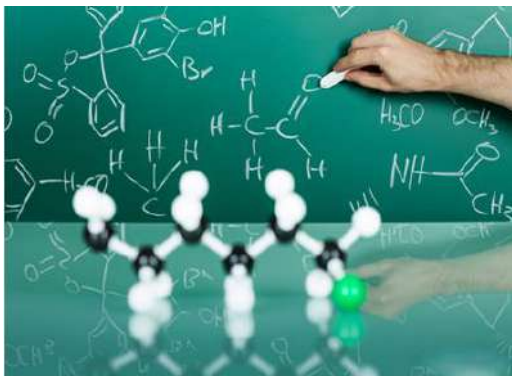
O conteúdo disposto compreende desde os estudos de caso a referências bibliográficas de artigos, sites e coletâneas.

Ah, e ao final do módulo, a avaliação final do curso!

[Estudo de caso 1 - Glossário de Libras](#)

Por meio do artigo "Glossário de Libras: desafio contemporâneo na educação de surdos", de Marianne Stumpf e Francielle Cantarelli Martins, vamos conhecer o trabalho desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento de um glossário de Libras para termos científicos e acadêmicos. Aproveite a leitura! Nela, você irá encontrar o link deste glossário e saber um pouco mais sobre o contexto de ensino para surdos!

[Estudo de caso 2 - Terminologia de Química em Libras](#)



Este artigo apresenta reflexões e apontamentos sobre a utilização de sinais referentes às terminologias químicas em Libras. O trabalho revelou a dificuldade dos professores de química em abordar esse conteúdo para alunos surdos. Mostra ainda a relação entre intérpretes, professores e alunos surdos, e o processo de apropriação e utilização de alguns sinais por alunos surdos em aulas de química na cidade de Uberlândia (MG).

[Para download: Estudos Surdos](#)

A Série Pesquisas em Estudos Surdos é uma ideia que surgiu no sentido de tornar públicas as investigações que estão sendo realizadas na perspectiva das pessoas surdas. Esta coletânea está sendo financiada pelo Projeto CAPES/PROESP e executada pela Universidade Federal de Santa Catarina.

[Revista Primeira Escrita](#)

Revista do Curso de Letras do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com publicações que visam estimular o interesse pelas licenciaturas e também destacar a produção

local, regional e nacional de conhecimento acerca do ensino e da aprendizagem das linguagens.

[Leia mais: Referências...](#)

Referências bibliográficas sobre artigos, coletâneas, legislação e outros conteúdos referentes a acessibilidade, inclusão e surdez.

[Fórum: O Campus e a acessibilidade](#)

Neste fórum vamos falar de acessibilidade no Campus, com base no conteúdo dos módulos deste curso.

[Avaliação Final do curso](#)



A sua avaliação é importante!

[Documentação de Moodle relativa a esta página](#)

Você acessou como [Melissa Rossana de Oliveira Menezes](#) ([Sair](#))

[Redefinir o tour de usuário nessa página](#)

[Página inicial](#)

[Resumo de retenção de dados](#)

[Obter o aplicativo para dispositivos móveis](#)

APÊNDICE C

PLANO DE ENSINO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT**

Instituto Federal de Alagoas Campus Benedito Bentes Curso Médio Técnico Integrado XXXX	
Curso: Formação de professores para inclusão de alunos surdos	Carga horária: 20h
<p>Ementa</p> <p>Entender as diferenças conceituais entre surdez e deficiência auditiva. Compreender o conceito de cultura surda. Apresentar breve histórico da legislação pertinente à acessibilidade de pessoas surdas e deficientes auditivos. Apresentar os principais símbolos da surdez e deficiência auditiva. Apresentar o NAPNE e suas ações. Introduzir ao conceito de tecnologia, mídia e multimídias. Identificar os tipos de mídias. Apresentar os principais formatos multimídias utilizados para produção de conteúdo áudio visual, tanto para o aluno ouvinte, tanto para o aluno surdo. Entender a diferença no processo de avaliação entre o aluno ouvinte e o aluno surdo. Introduzir a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação para o desenvolvimento do aluno surdo. Compreender a necessidade de elaboração de planos de ensino adaptados para aulas com alunos surdos.</p>	
<p>Objetivo Geral</p> <p>Promover, por meio do conhecimento sobre a surdez, cultura surda e metodologias de ensino adaptáveis, práticas docentes que permitam aos professores das turmas com alunos surdos desenvolverem o conteúdo de componentes curriculares em consonância com os princípios da inclusão escolar.</p>	
<p>Objetivos Específicos</p> <p>Reconhecer os diferentes tipos e níveis de surdez. Identificar as características da cultura surda. Identificar os principais símbolos referentes à deficiência auditiva e surdez. Reconhecer a legislação pertinente à acessibilidade de pessoas surdas. Aprender saudações básicas em Libras. Introduzir os conceitos de Tecnologia, Mídia e Multimídias. Introduzir ao conceito de mapa conceitual. Orientar sobre o suporte do intérprete na produção audiovisual. Estabelecer um diferencial para o processo de avaliação do aluno surdo. Refletir sobre a prática educativa compartilhada para a inclusão escolar do aluno surdo.</p>	

Conteúdo Programático

1ª Semana: Apresentação do curso

Apresentação das orientações para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Apresentação do pesquisador e participantes.

Módulo 1 – Introdução aos conceitos

1.1 Cultura Surda.

1.2 Diferenças entre deficiência auditiva e surdez.

1.2 Histórico da legislação aplicada aos surdos.

1.3 Simbologia surda.

1.4 Introdução ao NAPNE

1.5 Principais órgãos institucionais para surdos.

1.6 Língua Brasileira de Sinais - Libras.

1.7 Informativo sobre Libras.

1.8 O que é o Sinal de Libras.

1.9 Conceito de Datilologia.

1.10 Saudações básicas em Libras.

2ª Semana: Módulo 2 – Orientações Didáticas

2.1 Orientação aos professores de alunos surdos.

2.2 Conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia.

2.3 Formatos de mídia e multimídia para produção audiovisual.

2.4 Introdução ao conceito de mapa conceitual.

2.5 Vídeo institucional: Ensino de Surdos.

2.6 Reflexão sobre o vídeo “Aprender em Comunidade”, do Professor José Pacheco.

2.7 Introdução ao capítulo 8, “Porque Avaliar?”, do Livro A Prática Educativa: como ensinar, de Antoni Zabala.

2.8 Reflexão sobre o Documentário “Quando sinto que já sei”, da Despertar Filmes

3ª Semana: Módulo 3 – Produção sobre o tema

3.1 Apresentação do Estudo de Caso: Glossário de Libras.

3.2 Apresentação do Estudo de Caso: Terminologia de Química em Libras.

3.3 Estudos surdos

3.4 Revista Primeira Escrita

3.5 Referências de legislação e conteúdos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas surdas

3.6 Avaliação do curso

Metodologia

Apresentação do plano de ensino do curso.

Leitura das orientações para as atividades no ambiente virtual.

Disposição de vídeos e documentário.

Disposição de conteúdo impresso para download.

Participação dos alunos por meio de fóruns de discussão sobre os temas abordados.

Avaliação

Participação nos fóruns de discussão e preenchimento da avaliação final obrigatória do curso.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 20. 2015.

Acessibilidade na Educação. Maceió: Hand Talk, 2017. Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1drN2nx-mv5AVluuheTW26BxCpghpJUmzCfXsTQftduQ/present?slide=id.g1bbf478e6f_0_0. Acesso em: 28 set. 2018.

ALVES, D. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação: Brasília, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2002, de 19 de dezembro de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Presidência da República. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Presidência da República. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Presidência da República. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Presidência da República. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Presidência da República. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9656.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: **Estudos Surdos II** / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

CASTRO JÚNIOR, G. de. Cultura Surda E Identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo. **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente, Ilhéus, 2015. 11-26.

Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p.

FILATRO, Andrea. CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

IFAL. Campus Marechal Deodoro debate inclusão educacional de estudantes surdos. Campus Marechal Deodoro. 2019. Disponível em:

<https://www2.ifal.edu.br/campus/marechal/noticias/campus-marechal-deodoro-debate-inclusao-educacional-de-estudantes-surdos>. Acesso em: 12 jan. 2020.

LEBEDEFF, Tatiana Bolívar (org). **Letramento Visual e Surdez**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017. p.182-199.

LESCANO, Andréa Rogéria Vareiro. SOUZA, Rejane de Aquino. O Mapa conceitual como instrumento de ensino/aprendizagem de alunos surdos: o que dizem as pesquisas. **Revista Primeira Escrita**. Aquidauana, Mato Grosso do Sul, n.5, 2018, p. 5-14.

LIMA, C. M. D. **Educação de Surdos: desafios para a prática e formação de professores**. 1 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

LOBATO, Lak. O significado dos símbolos de acessibilidade para os deficientes auditivos. **Desculpe, não te ouvi**. São Paulo, 7 de junho de 2017. Disponível em: <https://desculpenaouvi.com.br/significado-dos-simbolos-de-acessibilidade-para-deficientes-auditivos/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MOORE, Michael G. **Educação à vista: uma visão integrada**. São Paulo: Cegange Learning, 2011.

MOREIRA, Marco A; Buchweitz, Bernardo. Mapas conceituais: instrumentos didáticos de avaliação e de análise de currículo. São Paulo: Moraes, 1987. 83 p.

MOREIRA, Marco A. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. São Paulo: Centauro, 2010.

Orientação aos Docentes sobre Alunos com Deficiência. USP Legal. Disponível em: usplegal.saci.org.br/acoes/publicacoes/docentes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

Orientações sobre a prática pedagógica e o ensino voltado para o aluno surdo. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2016.

PERLIN, Gladis. STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31.

Primeiro desenho animado totalmente em Libras é lançado no YouTube. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 setembro 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,primeiro-desenho-animado-totalmente-em-libras-e-lancado-noyoutube,70002521676>. Acesso em 18 nov. 2019.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. XII, p. 10-16, mar. 2009.

SOUZA, S. F. D.; SILVEIRA, H. E. D. Terminologias Químicas em Libras. **Química nova na escola**, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 37-46, 2011.

VIEIRA, Claudia Regina. MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.44, 2018.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE D

PLANO DE CURSO

CURSO: Formação de professores para inclusão de alunos surdos

ANO: 2020

PROFESSORA: Melissa Rossana de Oliveira Menezes

OBJETIVO GERAL: Promover, por meio do conhecimento sobre a surdez, cultura surda e metodologias de ensino adaptáveis, práticas docentes que permitam aos professores das turmas com alunos surdos desenvolver o conteúdo de suas disciplinas em consonância com os princípios da inclusão escolar.

	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	METODOLOGIA	RECURSOS/ FERRAMENTAS	AVALIAÇÃO
Aula Inicial	Boas Vindas	Apresentação do curso; apresentação das orientações para o AVA; apresentação do pesquisador e participantes.	Leitura de conteúdo	Computador com internet	Participação no fórum de Apresentações
Primeira Semana	Cultura Surda. Diferenças entre deficiência auditiva e surdez. Histórico da legislação aplicada aos surdos. Simbologia surda. Introdução ao NAPNE Principais órgãos institucionais para surdos. Língua Brasileira de Sinais - Libras. Informativo sobre Libras. O que é o Sinal de Libras. Conceito de Datilologia. Saudações básicas em Libras.	Apresentar características da cultura surda; apontar as diferentes nomenclaturas; identificar os principais dispositivos legais de direitos e garantias dos surdos; identificar os símbolos associados a surdez; apresentar o NAPNE e órgãos institucionais; indicar referências na área de acessibilidade Apresentar informações e dados sobre a Libras e datilologia; entender sobre o sinal de Libras; identificar as saudações básicas em Libras	Leitura dos Informativos sobre Cultura Surda e Libras Assistir aos vídeos sobre o sinal e as principais saudações em Libras Leitura sobre Datilologia Assistir ao desenho animado em Libras	Computador com Internet ou dispositivo móvel	Participação no fórum de discussão sobre a cultura surda
Segunda Semana	Orientação aos professores de alunos surdos. Conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia. Formatos de mídia e multimídia para produção audiovisual. Introdução ao conceito de mapa conceitual. Vídeo institucional: Ensino de Surdos. Reflexão sobre o	Apresentar orientações didáticas aos professores sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos; Introduzir ao conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia; Identificar exemplos de mídias; Introduzir o conceito de mapa conceitual; Estabelecer um diferencial para o	Leitura de material didático sobre orientações aos professores; tecnologia e mídias; e mapa conceitual Leitura do Capítulo 8, de Antoni Zabala Assistir aos vídeos:	Computador com internet	Participação no fórum de discussão sobre prática educativa compartilhada

	<p>vídeo “Aprender em Comunidade”, do Professor José Pacheco e o Documentário “Quando sinto que já sei”</p> <p>Introdução ao capítulo 8, “Porque Avaliar?”, do Livro A Prática Educativa: como ensinar, de Antoni Zabala.</p>	<p>processo de avaliação do aluno surdo.</p> <p>Refletir sobre a prática educativa compartilhada para a inclusão escolar do aluno surdo.</p>	<p>“Ensino de surdos”;</p> <p>“Aprender em Comunidade”,</p> <p>“Quando sinto que já sei”</p>		
Terceira Semana	<p>Apresentação do Estudo de Caso: Glossário de Libras.</p> <p>Apresentação do Estudo de Caso: Terminologia de Química em Libras.</p> <p>Estudos surdos</p> <p>Referências de legislação e conteúdos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas surdas</p> <p>Considerações finais e avaliação do curso</p>	<p>Apresentar produção acadêmico-científica sobre os temas da surdez, acessibilidade para pessoas surdas, Terminologia e Glossário em Libras, Estudos Surdos e referências bibliográficas dos módulos</p> <p>Avaliar o curso</p>	<p>Leitura dos Estudos de Caso:</p> <p>Terminologia em Química e Glossário de Libras</p> <p>Download das Revistas Estudos Surdos e Primeira Escrita</p> <p>Leitura e pesquisa das referências</p> <p>Responder a avaliação</p>	<p>Computador com internet</p>	<p>Participação no fórum de discussão sobre acessibilidade e no Campus Avaliação obrigatória do curso</p>

2. Da sua participação no curso *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não desejo responder
Tempo de dedicação ao curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apreensão dos conteúdos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para a sua prática educativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sua interação com os demais participantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação geral da sua participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Na sua opinião, quais foram os pontos mais relevantes que o curso abordou? *

4. Que sugestões você daria para melhorar este curso? *

5. Diante do exposto no curso, o que a cultura surda representa para a sua prática educativa? *

6. Para outras formações nessa área de inclusão escolar, que temas você sugere? *

APÊNDICE F

ENCARTE DO PRODUTO EDUCACIONAL



Fonte: Papo de Homem, 2017.

Formação de Professores para inclusão de alunos surdos

Produto Educacional relativo a Curso de formação docente desenvolvido como parte da Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Maceió, 2020

MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS

Produto Educacional encartado na Dissertação “Formação de Professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio”, do Programa em Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Alagoas – Campus Benedito Bentes, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori

Coorientador: Profa. Dra. Gessika Cecilia Carvalho da Silva

Maceió

2020



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca

M5-43f

Menezes, Melissa Rossana de Oliveira.

Formação de professores para inclusão escolar de alunos surdos / Melissa Rossana de Oliveira Menezes; Ana Paula Santos de Melo Fiori. – 2020.

30 f. : il.

1 CD-ROM: il.

Produto Educacional da Dissertação – Formação de professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da educação profissional e tecnológica de ensino médio (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió, 2020.

1. Inclusão Escolar. Alunos Surdos. 3. Ensino. 4. Formação - Professores. 5. Produto Educacional. I. Fiori, Ana Paula Santos de Melo. II. Título.

CDD: 371.9

Fernanda Isis Correia da Silva
Bibliotecária - CRB-4/1796

EXPEDIENTE

Autora

Melissa Rossana de Oliveira Menezes
<http://lattes.cnpq.br/2091681690272685>

Coautora

Profa. Dra. Ana Paula Santos de Melo Fiori
 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2598153346850335>

Coautora

Profa. Dra. Gessika Cecília Carvalho da Silva
 Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5829131072769426>

Projeto Gráfico e Diagramação

Melissa Rossana de Oliveira Menezes

Figura 1: Árvore da Inclusão Social.



Fonte: ITS, 2019.

“A Inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com a igualdade.”

Paulo Freire

Sumário

Apresentação	5
O Produto	7
Plano de Ensino	9
Referências	11
Plano de Curso	14
Avaliação Final do Curso	15
Materiais Informativos	16
Boletim Cultura Surda	16
Informativo "Tudo que você precisa saber sobre Libras"	19
Página "O que é Datilologia?"	20
Vídeo "Primeiro desenho animado em Libras"	21
Página "Tecnologia x Mídias"	22
Página "O que é um Mapa Conceitual?"	25
Documentário "Quando sinto que já sei?"	26
Página "Produção Visual em Libras"	27

Apresentação

O ingresso de pessoas com deficiência nos Institutos Federais (IF) iniciou em 2000, por meio de um programa específico voltado à Educação Profissional e Tecnológica de pessoas com necessidades educacionais específicas. No Instituto Federal de Alagoas (IFAL), até o ano de 2018, foram incluídos aproximadamente 10 alunos surdos em seis Campi: Maceió, Marechal Deodoro, Arapiraca, Santana do Ipanema, Coruripe e Murici.

Ainda que a previsão legal de reserva de vagas represente um avanço para a inclusão de alunos surdos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, é preciso investigar de que modo esse processo tem se efetivado, de forma a garantir o acolhimento e a permanência desses estudantes nos espaços escolares.

A partir dessa inquietação, foi desenvolvida a dissertação “Formação de Professores para promoção da inclusão escolar de alunos surdos no contexto da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio”, com ênfase na formação docente direcionada ao processo de inclusão escolar dos alunos surdos de um Curso Técnico de Nível Médio Integrado de um dos Campi do Instituto Federal de Alagoas.

Nesse sentido, o objetivo principal desse trabalho foi o de problematizar, a partir de pesquisa diagnóstica realizada, o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, tendo por objetivos específicos: i) diagnosticar o processo de ensino de alunos surdos em um dos Campi do IFAL; ii) elaborar um Produto Educacional, com base nos apontamentos da pesquisa diagnóstica, voltado à formação de professores para a inclusão de alunos surdos; e (iii) contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem desses alunos, a partir da aplicação e da posterior oferta deste produto à Rede Federal de Ensino.

O percurso metodológico traçado para a realização da pesquisa diagnóstica foi embasado na abordagem qualitativa, cujo método é o da pesquisa-ação, o que possibilitou uma investigação participativa consolidada pela cooperação entre atores envolvidos (participantes e



pesquisador), em todas as etapas do processo investigativo, no intuito de favorecer ao desenvolvimento de investigação-ação por meio da aplicação do Produto Educacional (OTANI *et al.*, 2018).

Este Produto Educacional, cuja ação se constituiu em um curso de formação de professores voltado à inclusão de alunos surdos, foi elaborado com o propósito de colaborar afirmativamente com a realidade constatada na pesquisa diagnóstica realizada no Campus.

Diante dos resultados colhidos após a aplicação deste protótipo, foi constatada a necessidade de iniciativas dessa natureza, principalmente no sentido de orientar os professores para a construção de uma prática docente fundamentada nos princípios da Educação Inclusiva.

Ademais, espera-se que tal iniciativa possa ser replicada em outros campi do IFAL que vivenciam a inclusão escolar de alunos surdos, tendo em vista que todo conhecimento compartilhado é válido, e contribui para o processo de ensino e aprendizagem dos que nele se inserem, sobretudo, na pretensão de uma instituição de ensino, de fato, inclusiva.

Figura 2: Reitoria do IFAL



Fonte: MENEZES, 2020.

O Produto

Este Curso de Formação de Professores para a inclusão escolar de alunos surdos foi elaborado no formato semipresencial, com carga horária total de 20 horas, sendo 18 horas de atividades a distância, com um Professor Tutor, e 2 horas destinadas a um encontro presencial no campus entre o Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) e os participantes. Inicialmente, o protótipo foi desenvolvido no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Plataforma *Moodle*/IFAL. No entanto, este conteúdo pode ser replicado em outros ambientes virtuais de aprendizagem, consideradas as devidas adaptações.

A organização da sala de aula no AVA apoiou-se no formato de grande grupo fixo por meio de participações individuais. A escolha por esse tipo de organização se deu em face da sua proposta de relação interativa, que possibilita ao professor tutor acompanhar a “elaboração, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo objeto de aprendizagem” (ZABALA, 1998, p.90).

Conforme o Plano de Ensino, a formação foi organizada em três módulos, com uma temática específica para cada um. Os módulos consistem em apresentar, de forma breve e expositiva, os materiais informativos, orientações didáticas, vídeos, estudos de caso, periódicos e publicações, além das referências bibliográficas utilizadas no curso. Cada um destes módulos contém um fórum de discussão, com o propósito de acompanhar, por meio da interlocução entre os participantes, a assimilação dos conteúdos abordados no curso e que possivelmente servirá para a prática educativa dos professores.

A aula inicial se realiza concomitantemente ao primeiro dia de aula do módulo 1, pois consiste nas boas-vindas do curso e na apresentação, para download, do Plano de Ensino, Plano de Curso e das orientações que se fizeram necessárias à realização de atividades no AVA. Cada um desses planos será descrito detalhadamente, mais adiante, assim como os materiais informativos e páginas de autoria da pesquisadora.

O Módulo 1 aborda a Cultura Surda, que se representa por conceitos e princípios próprios à comunidade surda. Esse módulo apresenta o seguinte conteúdo: (1) um boletim informativo com conceitos básicos sobre a surdez, um resumo dos instrumentos legais pelos quais o surdo possui garantias e direitos, e informes sobre as instituições que atuam na causa da comunidade surda; (2) um informativo sobre a Língua de Sinais Brasileira e os elementos linguísticos e culturais que a ela se referem; (3) a página de leitura sobre o conceito de Datilologia; (4) o vídeo do primeiro desenho animado em Libras. O tema proposto para o fórum deste módulo suscita o debate sobre a importância da Cultura Surda para o ensino de alunos surdos.

O módulo 2 apresenta um conteúdo mais pedagógico: (1) um informativo com orientações didáticas para a docência de alunos surdos; (2) a página de leitura “Tecnologia x Mídias”, que abordou os conceitos de Tecnologia, Mídia e Multimídias aplicados à produção de conteúdos audiovisuais; (3) a página de leitura “O que é um mapa conceitual?”; (4) um informativo sobre canais de produção visual didática em Libras; (5) o capítulo 8, do livro *A Prática Educativa*, de Antoni Zabala, que discute sobre o processo de avaliação do aluno

e da autoavaliação que o professor deve fazer do seu método de ensino; (6) o Documentário “Quando sinto que já sei”, produzido pela Despertar Filmes. O fórum dessa semana propõe um questionamento sobre como a prática educativa compartilhada pode contribuir para a inclusão escolar de um aluno surdo.

O Módulo 2 finaliza com a realização do Encontro Presencial no Campus, com a carga horária de 2 horas, cuja finalidade é proporcionar uma interlocução entre o TILS e os professores para discutir sobre orientações pedagógicas e esclarecer dúvidas. O formato desse encontro fica a critério do professor tutor do curso, podendo ser realizado como uma roda de conversa, por exemplo. Esse encontro deve ser previamente agendado com o TILS e os professores, de forma a garantir a efetiva participação de todos.

O módulo 3 consiste em apresentar algumas produções acadêmicas sobre a inclusão escolar de alunos surdos: (1) um estudo de caso sobre a produção de um Glossário de Libras, produzido pela Universidade Federal de Santa Catarina; (2) outro estudo de caso sobre a elaboração de uma terminologia de Química em Libras, desenvolvido pela Universidade Federal de Uberlândia; (3) a Publicação Estudos Surdos, da Editora Arara Azul; (4) a Revista Primeira Escrita, um periódico do Curso de Letras do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que traz publicações sobre o ensino e a aprendizagem das linguagens; (5) e as referências bibliográficas citadas nos informativos, páginas de leitura e conceitos dispostos em todos os módulos do curso.

O fórum do módulo 3 propõe uma questão referente à acessibilidade no Campus Marechal Deodoro: de que forma o Campus poderia se tornar mais acessível aos alunos surdos? Além disso, abaixo do ícone do fórum, foi feita uma chamada para a avaliação final obrigatória do curso. Essa avaliação foi elaborada e disponibilizada por meio de um link de acesso no *Google Forms*. De caráter obrigatório, ao seu preenchimento, foi condicionada à emissão de certificado.

Figura 3: Gestos em Libras.



Fonte: Shutterstock, 2020.

Plano de Ensino

Ementa

Entender as diferenças conceituais entre surdez e deficiência auditiva. Compreender o conceito de cultura surda. Apresentar breve histórico da legislação pertinente à acessibilidade de pessoas surdas e deficientes auditivos. Apresentar os principais símbolos da surdez e deficiência auditiva. Apresentar o NAPNE e suas ações. Introduzir ao conceito de tecnologia, mídia e multimídias. Identificar os tipos de mídias. Apresentar os principais formatos multimídias utilizados para produção de conteúdo áudio visual, tanto para o aluno ouvinte, tanto para o aluno surdo. Entender a diferença no processo de avaliação entre o aluno ouvinte e o aluno surdo. Introduzir a Língua de Sinais Brasileira como meio de comunicação para o desenvolvimento do aluno surdo. Compreender a necessidade de elaboração de planos de ensino adaptados para aulas com alunos surdos. Promover uma interlocução entre os professores e o Tradutor e Intérprete de Libras (TILS).

Objetivos

Geral: Promover, por meio do conhecimento sobre a surdez, cultura surda e metodologias de ensino adaptáveis, práticas docentes que permitam os professores das turmas com alunos surdos desenvolverem o conteúdo de suas disciplinas em consonância com os princípios da inclusão escolar.

Específicos:

- Reconhecer os diferentes tipos e níveis de surdez.
- Identificar os elementos que compõem a Cultura Surda.
- Identificar os principais símbolos referentes à deficiência auditiva e surdez.
- Identificar a legislação pertinente à acessibilidade de pessoas surdas.
- Conhecer a Língua Brasileira de Sinais.
- Saber sobre canais de produção visual didática em Libras.
- Aprender sobre os conceitos de Tecnologia, Mídia e Multimídias.
- Conhecer o conceito de mapa conceitual.
- Orientar sobre o suporte do intérprete na elaboração do planejamento pedagógico.
- Estabelecer um diferencial para o processo de avaliação do aluno surdo.
- Refletir sobre a prática educativa compartilhada para a inclusão escolar do aluno surdo.
- Possibilitar um momento de interação entre professores e TILS no Campus.

Conteúdo Programático

Boas Vindas.

Apresentação do Plano de Ensino e Plano de Curso.

Apresentação das orientações para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Fórum de apresentação.

Módulo 1 – Introdução aos conceitos

- 1.1 Cultura Surda.
- 1.2 Diferenças entre deficiência auditiva e surdez.
- 1.3 Histórico da legislação aplicada aos surdos.
- 1.4 Simbologia surda.
- 1.5 Introdução ao NAPNE.
- 1.6 Principais órgãos institucionais para surdos.
- 1.7 Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Figura 4: Símbolo de Libras.



Fonte: Portal Aceso, 2017.

- 1.8 Informativo sobre Libras.
- 1.9 Conceito de Datilologia.
- 1.10 Fórum de discussão sobre a importância da Cultura Surda.

Módulo 2 – Orientações Didáticas

- 2.1 Orientações gerais sobre a didática com alunos surdos.
- 2.2 Conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia.
- 2.3 Formatos de mídia e multimídia para produção audiovisual.
- 2.4 Canais de produção visual didática em Libras.
- 2.5 Introdução ao conceito de mapa conceitual.
- 2.6 Introdução ao capítulo 8, “Por que Avaliar?”, do Livro A Prática Educativa: como ensinar, de Antoni Zabala.
- 2.7 Reflexão sobre o Documentário “Quando sinto que já sei”, da Despertar Filmes
- 2.8 Encontro Presencial no Campus com o TILS, com o proposta de discussão sobre orientações didáticas e dúvidas.

Módulo 3 – Produção sobre o tema

- 3.1 Apresentação do Estudo de Caso: Glossário de Libras.
- 3.2 Apresentação do Estudo de Caso: Terminologia de Química em libras.
- 3.3 Estudos surdos.
- 3.4 Revista Primeira Escrita.
- 3.5 Referências de legislação e conteúdos sobre acessibilidade e inclusão de pessoas surdas.
- 3.6 Avaliação do curso.

Formato do curso

20 horas, na modalidade Semipresencial.

Procedimentos Metodológicos

- Leitura do Plano de Ensino.
- Leitura do Plano de Curso.
- Leitura das orientações para as atividades no ambiente virtual.
- Leitura dos informativos.
- Acesso ao vídeo documentário.
- Download de conteúdo impresso.
- Participação em encontro presencial no Campus para discutir sobre orientações didáticas e tirar dúvidas com o TILS.
- Participação nos fóruns de discussão.

Avaliação

- Dinâmica de participação por meio dos fóruns de discussão nos módulos.
- Participação no encontro presencial.
- Avaliação Final obrigatória do curso.

Público-alvo

Professores que ministram aulas nas turmas com alunos surdos.

Figura 5: Reunião de trabalho.



Fonte: Freepik, 2020.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 20. 2015.

Acessibilidade na Educação. Maceió: Hand Talk, 2017. *E-book* (22 p.). Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1drN2nx-mv5AVluuheTW26BxCpghpJUmezCfXsTQftduQ/present?slide=id.g1bbf478e6f_0_0. Acesso em: 28 set. 2018.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação: Brasília, 2006. 36 p.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2002, de 19 de dezembro de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Presidência da República. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Presidência da República. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Presidência da República. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Presidência da República. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Presidência da República. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9656.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos*. In: **Estudos Surdos II** / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. *Cultura Surda e Identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito Surdo*. In: **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente**, Ilhéus, 2015. 11-26.

CEFOR. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/o-cefor>. Acesso em: 15 maio 2020.

Descrição da imagem: Símbolo da Libras. Portal Acesse. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.portalacesse.com/2017/06/02/primeiro-passo/libras/>. Acesso em: 28 maio 2020.

Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p.

FILATRO, Andrea. CAVALCANTI, Carolina Costa. **Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa**. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FRANÇA, Ana Claudia. Pequeno guia para entender as línguas de sinais. **Papo de Homem**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/pequeno-guia-para-entender-as-linguas-de-sinais/>. Acesso em 30 maio 20.

FRANÇA, Breno. Unidos venceremos | Melhores comentários da semana. **Papo de Homem**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://papodehomem.com.br/unidos-venceremos-or-melhores-comentarios-da-semana/>. Acesso em: 24 maio 2020.

FREEPIK. Business meeting design free Vetor. [S. l.]: Freepik, 2020. Disponível em: https://www.freepik.com/free-vector/business-meeting-design_1035692.htm. Acesso em 24 maio 2020.

FREEPIK. Longa fila de livros coloridos. [S. l.]: Freepik, 2020. Disponível em: https://br.freepik.com/fotos-gratis/longa-fila-de-livros-coloridos_894117.htm. Acesso em: 30 maio 2020.

GEM. Grupo de Estudos em Microscopia. Ifes. Vila Velha, 2011. Disponível em: <https://gem-micro.com.br/index.php/300f0-quemsomos/>. Acesso em: 15 maio 2020.

IFAL. Campus Marechal Deodoro debate inclusão educacional de estudantes surdos. Campus Marechal Deodoro. 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/marechal/noticias/campus-marechal-deodoro-debate-inclusao-educacional-de-estudantes-surdos>. Acesso em: 12 jan. 2020.

IFAL. Resolução Nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014. Conselho Superior do IFAL. Maceió, 2014. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/institucional/orgaos-colegiados/conselho-superior/arquivos/res-no-45-cs-2014-aprova-a-regulamentacao-do-napne-ifal.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Instituto Phala. Centro de Desenvolvimento para Surdos. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.institutophala.com.br/web/>. Acesso em: 12 maio 2020.

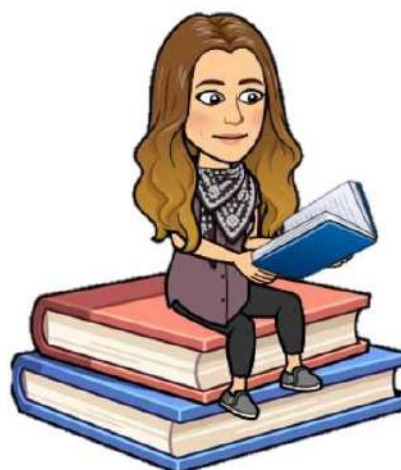
ITS BRASIL. Instituto de Tecnologia Social. A inclusão social das pessoas com deficiência. **ITS BRASIL**, 2018. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/2018/02/23/inclusao-social-de-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 31 maio 2020.

LEBEDEFF, Tatiana Bolivar (org). **Letramento Visual e Surdez**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017. p.182-199.

LESCANO, Andréa Rogéria Vareiro. SOUZA, Rejane de Aquino. O Mapa conceitual como instrumento de ensino/aprendizagem de alunos surdos: o que dizem as pesquisas. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, Mato Grosso do Sul, n.5, 2018, p. 5-14.

LIMA, C. M. D. **Educação de Surdos: desafios para a prática e formação de professores**. 1. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

LOBATO, Lak. O significado dos símbolos de acessibilidade para os deficientes auditivos. **Desculpe, não te ouvi**. São Paulo, 7 de junho de 2017. Disponível em: <https://desculpenaoouvi.com.br/significado-dos-simbolos-de-acessibilidade-para-deficientes-auditivos/>. Acesso em: 12 dez. 2019.



MOORE, Michael G. **Educação à vista: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Orientação aos Docentes sobre Alunos com Deficiência. USP Legal. Disponível em: usplegal.saci.org.br/acoes/publicacoes/docentes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

Orientações sobre a prática pedagógica e o ensino voltado para o aluno surdo. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2016.

OTANI, Márcia Aparecida Padovan *et al.* Pesquisa-ação como estratégia reflexiva sobre pesquisa qualitativa em uma disciplina de mestrado. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 7, 2018, Fortaleza. **Atas** [...]. Fortaleza, 2018, p. 329-337.

Portal Diversa. Educação Inclusiva na Prática. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://diversa.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2020.

Primeiro desenho animado totalmente em Libras é lançado no YouTube. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 setembro 2018. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,primeiro-desenho-animado-totalmente-em-libras-e-lancado-noyoutube,70002521676>. Acesso em 18 nov. 2019.

Quando sinto que já sei. Despertar Filmes. Youtube, 29 de julho 2014. Disponível em: <https://youtu.be/HX6P6P3x1Qg>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. XII, p. 10-16, Março 2009.

SHUTTERSTOCK. Gestos em Libras. Shutterstock, 2020. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/close-hands-gossip-gesture-background-blurred-477340192>. Acesso em: 30 maio 2020.

SOUZA, Sinval Fernandes de.; SILVEIRA, Hélder Eterno da. Terminologias Químicas em Libras. **Química nova na escola**, Uberlândia, v. 33, n. 1, p. 37-46, 2011.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.22.

VIEIRA, Claudia Regina. MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.44, 2018.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Figura 6: Longa fila de livros coloridos.



Fonte: Freepik, 2020.

Plano de Curso

CURSO: Formação de professores para inclusão de alunos surdos

ANO: 20__

PROFESSOR(A):

OBJETIVO GERAL: Promover, por meio do conhecimento sobre a surdez, cultura surda e metodologias de ensino adaptáveis, práticas docentes que permitam aos professores das turmas com alunos surdos desenvolver o conteúdo de suas disciplinas em consonância com os princípios da inclusão escolar.

MÓDULOS	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	OBJETIVO ESPECÍFICO	METODOLOGIA	RECURSOS	AValiaÇÃO
Aula Inicial	Boas-Vindas	Apresentação do curso; apresentação das orientações para o AVA; apresentação do pesquisador e participantes.	Leitura do Plano de Ensino Leitura do Plano de Curso Leitura das Orientações para o AVA	Computador com internet	Participação no fórum de Apresentações
Módulo 1 CH: 6 horas Primeira Semana	Cultura Surda. Diferenças entre deficiência auditiva e surdez. Histórico da legislação aplicada aos surdos. Simbologia surda. Introdução ao NAPNE Principais órgãos institucionais para surdos. Língua Brasileira de Sinais - Libras. Informativo sobre Libras. Conceito de Datilologia.	Apresentar os elementos que compõem a cultura surda; apresentar as nomenclaturas; identificar os direitos e garantias das pessoas surdas; identificar os símbolos associados a surdez; apresentar o NAPNE e INES; indicar referências na área de acessibilidade Apresentar informações dados sobre a Libras e datilologia.	Leitura do Boletim Informativo sobre Cultura Surda Leitura do Informativo Tudo o que você precisa saber sobre Libras Leitura sobre a Datilologia Assistir ao primeiro desenho animado em Libras	Computador com Internet ou dispositivo móvel	Participação no fórum de discussão sobre a cultura surda
Módulo 2 CH: 6 horas Segunda Semana	Orientação aos professores de alunos surdos. Conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia. Formatos de mídia e multimídia para produção audiovisual. Introdução ao conceito de mapa conceitual. Canais de produção audiovisual em Libras. Documentário "Quando sinto que já sei". Introdução ao capítulo 8, "Porque Avaliar?", do Livro A Prática Educativa: como ensinar, de Antoni Zabala.	Apresentar orientações didáticas aos professores sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos; Introduzir ao conceito de Tecnologia, Mídia e Multimídia; Identificar exemplos de mídias; Introduzir o conceito de mapa conceitual; Estabelecer um diferencial na avaliação do aluno surdo. Refletir sobre a prática educativa compartilhada para a inclusão escolar do aluno surdo.	Leitura de material didático sobre orientações aos professores Leitura sobre Tecnologia e Mídias Leitura sobre os canais de produção visual em Libras Leitura sobre o conceito de mapa conceitual Leitura do Capítulo 8, Por que Avaliar, de Antoni Zabala Assistir ao Documentário "Quando sinto que já sei" Encontro presencial no Campus (EP) "Quando sinto que já sei"	Computador com internet	Participação no fórum de discussão sobre prática educativa compartilhada
Módulo 2 CH: 2 horas Encontro Presencial	Orientações sobre planejamento pedagógico adaptado	Orientar os professores quanto à adaptação do planejamento pedagógico	Formato a critério do professor Sugestões: roda de conversa, debate		Participação no Encontro Presencial
Terceira Semana	Estudo de Caso: Glossário de Libras. Estudo de Caso: Terminologia de Química em libras. Estudos surdos. Referências Bibliográficas. Avaliação final do curso.	Apresentar produção acadêmico-científica sobre os temas da surdez, terminologia em Libras, Estudos Surdos e referências bibliográficas dos módulos, avaliar o curso.	Download e leitura: Estudo de Caso "Glossário de Libras" Estudo de Caso "Terminologia de Química em Libras" Estudos Surdos Revista Primeira Escrita Consulta e leitura das referências bibliográficas	Computador com internet	Participação no fórum de discussão sobre acessibilidade no Campus Preenchimento da Avaliação do curso

Avaliação Final do Curso

Da avaliação de conteúdo	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei responder
Disposição do conteúdo por módulos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clareza e Objetividade do Plano de Ensino	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Clareza e Objetividade do Plano de Curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ilustrações	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Do material didático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As ilustrações do AVA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relevância das orientações didáticas sobre ensino de alunos surdos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relevância do conteúdo dos informativos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Relevância do conteúdo dos vídeos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aplicabilidade dos conteúdos na sua disciplina	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dos fóruns como atividade de participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Viabilidade da carga horária do curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atuação do mediador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Da sua participação no curso	Excelente	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei responder
Tempo de dedicação ao curso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Apreensão dos conteúdos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Contribuição para a sua prática educativa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sua interação com os demais participantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Avaliação geral da sua participação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Na sua opinião, quais foram os pontos mais relevantes que o curso abordou?						
Que sugestões você daria para melhorar este curso?						
Diante do exposto no curso, o que a cultura surda representa para a sua prática educativa?						
Para outras formações nessa área de inclusão escolar, que temas você sugere?						

Materiais Informativos: Boletim Cultura Surda

EXPEDIENTE ÚNICO // ANO // 2020

CULTURA SURDA

BOLETIM INFORMATIVO



Fonte: ABNT 9000:2015

Símbolo Internacional da Surdez

Entendendo o conceito

AUTORES DIVERSOS

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 22).

Para os surdos, a surdez não representa uma deficiência – e sim uma outra forma de experimentar o mundo. Mais do que isso, a surdez representa uma potencialidade, que abre as portas para uma cultura própria, que não se identifica pelo que ouve ou não. Na comunidade surda não há “perda auditiva”, mas sim um “ganho surdo”.

E como os surdos dependem da língua de sinais para se comunicar, é essencial que haja acessibilidade em Libras – o que não faz tanta diferença assim para o deficiente auditivo, pois não necessariamente esse sujeito faz uso da Libras para se comunicar (HAND TALK, 2017).

Imagem 1: Gesto em Libras.



Fonte: Shutterstock, 2020.

Resumo cronológico da legislação vigente para surdos e deficientes auditivos

Lei nº 10.098/2002	Estabelece a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
Lei nº 10.436/2002	Oficializa a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil
Decreto Nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098
Lei nº 12.319/2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Lei nº 12.711/2012	Dispõe sobre cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio
Decreto nº 7.824/2012	Regulamenta a Lei nº 12.711/2012
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão – LBI
Lei nº 13.409/2016	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para incluir a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Decreto nº 9.034/2017	Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamentou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012
Decreto Nº 9.656/2018	Altera o Decreto nº 5.626, que regulamentou a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras

Fontes: BRASIL, 2002; IDEM, 2002; IDEM, 2005; IDEM, 2010; IDEM, 2012; IDEM, 2015; IDEM, 2016; IDEM, 2017; IDEM, 2018.

Surdez x deficiência auditiva: diferenças

POR HAND TALK E MEC

Clinicamente, a diferença entre surdez e deficiência auditiva se representa pela profundidade da perda auditiva. As pessoas que têm perda profunda, e não escutam nada, são surdas. Já as que sofreram uma perda leve ou moderada, e têm parte da audição, são consideradas deficientes auditivas (HAND TALK, 2017).

Nesse sentido, pela área da saúde o, tradicionalmente, pela área educacional, o indivíduo com surdez pode ser assim considerado: **1 - Deficiente auditivo:** a) **Pessoa com surdez leve** – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articatório na leitura e/ou na escrita.

b) **Pessoa com surdez moderada** – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Com limitações no nível da percepção da palavra, é necessário uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações arti-

culatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual.

2 - Surdo: a) **Pessoa com surdez severa** – indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

b) **Pessoa com surdez profunda** – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral.

Você conhece?

O site **Desculpa, não ouvi!** da blogueira, escritora e comunicadora Lak Lobato, uma deficiente auditiva oralizada, é uma boa dica de leitura para saber sobre curiosidades e informações a respeito da deficiência auditiva e a surdez.

PÁGINA 1

SIMBOLOGIA

O significado de alguns símbolos associados a surdez

LAK LOBATO - IMAGENS: ABNT NBR9060



Esse símbolo normalmente é visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso especial para deficientes auditivos. Também pode ser usado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva.

No Brasil, motoristas com deficiência auditiva podem usar um adesivo com esse símbolo no para-brisa do carro. O adesivo não é obrigatório, mas podem ajudar na interação com outros motoristas e autoridades. Este adesivo não significa que você pode parar em vagas para deficientes físicos.



Esse símbolo indica que a programação televisiva ou um vídeo possui legendas ocultas que podem ser ativadas. Esse símbolo pode ser visto em programas de TV, caixas de DVDs ou em vídeos na internet.

Indica que no local há alguma forma de tecnologia que fornece acessibilidade para deficientes auditivos, seja na forma de sistema FM, telebobina ou outra opção que transmita o som diretamente para o aparelho do usuário.



Indica que o local possui um telefone para surdos ou que o serviço (um banco, por ex) possui um número que telefone que pode ser contactado utilizando um telefone para surdos. No Brasil existem orelhões com este aparelho, normalmente localizados em shoppings.



As legendas visíveis são aquelas legendas que já vêm no vídeo e não podem ser desativadas. O símbolo, em si, é raro de se ver.



Logomarca do NAPNE IFAL



Fonte: IFAL, 2020.

ACESSIBILIDADE NO IFAL

O QUE É O NAPNE?

POR MELISSA MENEZES

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, o NAPNE, foi regulamentado pela resolução do Conselho Superior do IFAL Nº 45/CS, de 22/12/2014. Nela está disciplinada a organização, o funcionamento e as atribuições do núcleo. O núcleo é formado por profissionais de diversas áreas, como pedagogo, psicólogo, técnicos em assuntos educacionais, entre outros, e se dedica à assistência aos estudantes que precisam de acompanhamento especializado. Em maio deste ano, o NAPNE do Campus Marechal Deodoro promoveu a palestra "Acessibilidade e inclusão do aluno surdo" como parte da programação da 1ª Semana de Integração do campus.

INSTITUCIONAL

O INES e a FENEIS

POR INES E FENEIS

O Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES tem como uma de suas atribuições regimentais subsidiar a formulação da política nacional de Educação de Surdos, em conformidade com a Portaria MEC nº 323, de 08 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2009, e com o Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012. Único em âmbito federal, o INES ocupa importante centralidade, promovendo fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo o território nacional. Possui uma vasta produção de material pedagógico, fonoaudiológico e de vídeos em língua de sinais, distribuídos para os sistemas de ensino. Além de oferecer, no seu Colégio de Aplicação, Educação Precoce e Ensino Fundamental e Médio, o Instituto também forma profissionais surdos e ouvintes no Curso Bilingue de Pedagogia, experiência pioneira no Brasil e em toda América Latina.

Filiada à Federação Mundial dos Surdos, a **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis)** é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos de apoio à Comunidade Surda. A Feneis surgiu da necessidade de uma organização nacional que representasse os interesses de todas as pessoas surdas do país.

A Feneis mantém um relacionamento muito próximo com a Comunidade Surda, com o intuito de saber direto da fonte quais as necessidades dessa população. Dessa forma é possível lutar por objetivos específicos e de extrema importância para as pessoas surdas do país e procurar atender a todas as suas necessidades específicas.

A Feneis tem como objetivo a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, saúde e assistência social para a Comunidade Surda, assim como seus direitos, garantindo assim maior inclusão da Comunidade Surda na sociedade.

Sede do Instituto Nacional de Educação de Surdos
Fonte: O GloboExpediente Cultura Surda
Redação e Organização - 2020
Melissa Menezes

Referências Bibliográficas

- ALVES, D. Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado. Ministério da Educação. Brasília, 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 20. 2015.
- BRASIL. **Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BRASIL. **Lei n° 10.098/2002, de 19 de dezembro de 2002**. Presidência da República. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BRASIL. **Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Presidência da República. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.
- BRASIL. **Decreto n° 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Presidência da República. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 18 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Presidência da República. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.
- BRASIL. **Lei n° 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Presidência da República. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.
- BRASIL. **Lei N° 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Presidência da República. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm. Acesso em: 28 nov. 2018.
- BRASIL. **Decreto n° 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Presidência da República. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9656.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.
- IFAL. **Campus Marechal Deodoro debate inclusão educacional de estudantes surdos**. Campus Marechal Deodoro. 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/campus/marechal/noticias/campus-marechal-deodoro-debate-inclusao-educacional-de-estudantes-surdos>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- IFAL. **Resolução N° 45/CS, de 22 de dezembro de 2014**. Conselho Superior do IFAL. Maceió, 2014. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/oficial/institucional/orgaos-colegiados/conselho-superior/arquivos/res-no-45-cs-2014-aprova-a-regulamentacao-do-napne-ifal.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- INES. **O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL**. 2 ed. Rio de Janeiro: INES, v. I, 2008.
- LOBATO, Lak. **O significado dos símbolos de acessibilidade para os deficientes auditivos. Desculpe, não te ouvi**. São Paulo, 7 de junho de 2017. Disponível em: <https://desculpenaoouvi.com.br/significado-dos-simbolos-de-acessibilidade-para-deficientes-auditivos/>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- SHUTTERSTOCK. **Gestos em Libras**. Shutterstock, 2020. Disponível em: <https://www.shutterstock.com/pt/image-photo/close-hands-gossip-gesture-background-blurred-477340192>. Acesso em: 30 mai. 2020.
- STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2 ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p.22.

Informativo “Tudo que você precisa saber sobre Libras”



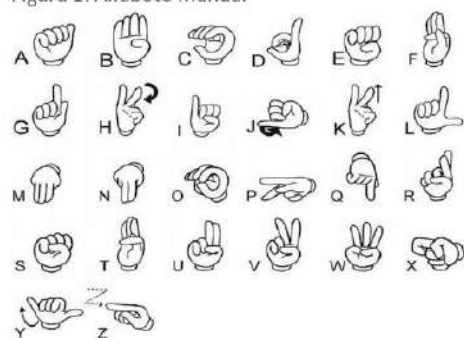
Referência

Acessibilidade na Educação. Maceió: Hand Talk, 2017. E-book (22 p.). Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1drN2nx-mv5AVluuheTW26BxCpghpJUmzCfXsTQftduQ/present?slide=id.g1bbf478e6f_0_0. Acesso em: 28 set. 2018.

Página “O que é Datilologia?”

É a soletração de uma palavra utilizando o alfabeto digital ou manual de língua de sinais. O alfabeto manual de Libras tem sua base no alfabeto da Língua Francesa de Sinais e, neste, cada sinal corresponde a uma letra. A datilologia é comumente usada para expressar substantivos próprios, também palavras que não possuem sinal conhecido ou, ainda, palavras da língua portuguesa que foram incorporadas à Libras e, por isso, são também soletradas como “nunca”, “oi” e “reais”.

Figura 1: Alfabeto Manual



Importante! É importante frisar que o emprego da datilologia não substitui o uso correto dos sinais, pois, assim como no português, a Libras tem um léxico próprio, comunicado pelos sinais. Cada sinal é composto por 5 parâmetros: configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, direção e expressão facial e corporal. Outro aspecto importante é atentar para a relação da pessoa surda com a língua portuguesa, que é diferenciada.

Imagem: Papo de homem, 2014.

Vieira e Molina (2018, p. 17) atentam para o fato de que "a Língua de Sinais não pode ser entendida apenas como um código para comunicação, ela é um sistema completo". Dessa forma, faz-se necessário esclarecer que este alfabeto manual não é a Libras, evitando-se, assim, a ideia equivocada de que basta fazer uma adaptação a partir desses sinais para tornar uma atividade bilíngue.

Referência

VIEIRA, Claudia Regina; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Prática pedagógica na educação de surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto escolar. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.44, 2018.

Vídeo “Primeiro desenho animado em Libras”

A surdez atinge quase dez milhões de pessoas no Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde. E faltam alternativas na indústria cultural infantil para esse público. Pensando nisso, Paulo Henrique dos Santos, que trabalha com animação há sete anos, decidiu criar um desenho inteiramente em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ele teve a ideia quando precisou se comunicar com uma pessoa surda, mas não conseguiu.

Em cada um dos capítulos, serão ensinados cinco sinais de Libras. O conteúdo é voltado para crianças de três a seis anos e tem o objetivo de educar e apontar que as crianças surdas também se divertem e têm as mesmas necessidades daquelas com a audição preservada.

O episódio piloto foi lançado no YouTube em 26 de setembro de 2018, data marcada pelo Dia do Surdo. “Cada um tem a sua língua. O gato fala ‘gatês’, o elefante fala ‘elefantês’, e por aí vai. Mas com tantas línguas diferentes, é difícil entender o outro”, diz a legenda do canal *Min e as mãozinhas* no YouTube.

Figura 1: Min e as mãozinhas



Fonte: O Estado de São Paulo, 2018.

Acesse a matéria na íntegra [aqui](#).

Assista ao desenho: <https://youtu.be/zNCczm3jzgo>

Referência

Primeiro desenho animado totalmente em Libras é lançado no YouTube. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 27 setembro 2018. Disponível em: <https://emais.estadao.com.br/noticias/comportamento,primeiro-desenho-animado-totalmente-em-libras-e-lancado-no-youtube,70002521676>. Acesso em 18 nov. 2019.

Página “Tecnologia x Mídias”

Você também já confundiu tecnologia com mídia ou achou que era a mesma coisa? E a multimídia?



Segundo Moore (2011), apesar de empregarmos como sinônimos, a tecnologia se constitui em um veículo que transmite conteúdos e esses são representados por algum tipo de mídia. As mídias possuem diferentes formatos:

- texto;
- imagens (fixas e em movimento);
- sons;
- dispositivos.

Ainda temos a concepção de mídia que compreende o conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. Mas não é o conceito que queremos abordar em nosso curso.

A **multimídia** representa a técnica para apresentação de informações que recorre simultaneamente a diversos meios de comunicação, mesclando texto, som, imagens fixas e animadas. Aliás, tal concepção de multimídia converge com o conceito de multimodalidade presente nos estudos linguísticos, que se representa por meio das mais diversas formas e modos de interpretação empregados na construção linguística de uma dada mensagem, tais como palavras, imagens cores, formatos, marcas/ traços tipográficos, disposição da grafia, gestos, padrões de entonação, olhares entre outros (DIONÍSIO, 2005; 2011).

Falando em mídias e multimídias...

O **texto impresso** transmite de modo muito eficiente grandes volumes de informação, e os alunos podem ler o material em qualquer ocasião e com a frequência desejada. No caso do aluno surdo, em que a língua portuguesa não é a sua língua materna, ou que mesmo alfabetizado nela ainda apresente dificuldade na leitura e interpretação de texto, o conteúdo predominantemente escrito representa uma barreira ao aprendizado.



Fonte: Freepik, 2020.

Uma **produção audiovisual** - que combine as mídias de imagens e sons - podem apresentar informações de maneira divertida e estimulante. Lembrando que como a turma é composta, isto é, com alunos ouvintes e surdos, é preciso pensar uma produção comum a toda classe, mas que prevaleçam as necessidades do aluno surdo, como uma sinalização mais destacada e a tradução para Libras.

Segundo Campello (2007), a visualidade é apontada por pesquisadores da área da surdez como o meio mais eficaz de atingir os surdos e favorecer a sua produção de conhecimentos. A autora propõe, ainda, que se use intensamente a visualidade na educação dos surdos e defende uma “pedagogia visual”, explicada como aquela que faz uso da língua de sinais e elementos da cultura surda.

Conheça os elementos compreendidos no conceito de Pedagogia Visual, segundo Campello (2007), conforme o quadro abaixo.

Elemento	Uso	Vantagem
Equipamentos tecnológicos: computador, internet, projetor	Diversos	Permite o acesso rápido a imagens e vídeos
Glossário contendo palavra em português e gravura (com ou sem o sinal)	Em situações de leitura de textos ou de problemas matemáticos	Permite a compreensão e fixação de vocabulário
Dramatização	Em situações de explanação de conceitos/ problemas matemáticos.	Facilita a compreensão
Material dourado, jogos e outros materiais, como palitos, peças de EVA, dados	Em situação de atividades matemáticas	Permite a compreensão, fixação e rapidez no raciocínio
Cartazes e reprodução com sucata	Em situação de atividades de Ciências	Permite a compreensão e fixação do conteúdo
Exploração do ambiente e experiências	Em situação de atividades de Ciências	Permite a compreensão e fixação de conteúdo

A relação intérprete e professor

É muito importante para o professor ter um canal de comunicação com o intérprete de língua de sinais do campus. Mais do que o serviço de tradução em sala de aula, esse profissional pode auxiliá-lo no planejamento pedagógico da disciplina e orientar sobre a adaptação da aula para o aluno surdo.

Escolhi duas videosaulas, uma da professora bilíngue Doani Bertan, e a outra do Projeto MathLibras, da Universidade Federal de Pelotas, para mostrar exemplos de produções multimídias em Libras. Caso o professor trabalhe com aula expositiva por meio de slides, veja a questão de adaptação desse material para o aluno surdo, como também a tradução para Libras.

Assista à videoaula de geografia pelo link: <https://youtu.be/o3UFwqvZhwI>.



Fonte: Doani, 2018.

Assista à aula sobre fração do projeto MathLibras pelo link: <https://youtu.be/UPp4JeiDJIs>.



Fonte: Mathlibras, 2018.

Saiba mais...

Você conhece aplicativos como Voki, Bitmoji, Powtoon, Vlibras, AndroidMedia HD?

As possibilidades de criação de conteúdo são infinitas, desde emojis, avatares e até tradução em tempo real do português para libras.

Faça uma busca sobre eles para saber mais como desenvolver uma produção audiovisual para o seu componente curricular!

Referências

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In Estudos Surdos II / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (org.). Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

DIONISIO, A. P. Gêneros Textuais e Multimodalidade. In: KARWOSKI, A. M. ; GAYDECZKA, B. ; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita (atividades). In: MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. P. (Org.). Fala e Escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DOANI, Emanuela Bertan. Estados do Brasil. Youtube, 2018. Disponível em: <https://youtu.be/o3UFwqvZhwI>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MATHLIBRAS. Aula sobre frações em Libras com áudio e legenda em Português. Disponível em: <https://youtu.be/UPp4JeiDJIs>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MOORE, Michael G. Educação à distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Página “O que é um Mapa Conceitual?”

De modo geral, mapas conceituais, ou mapa de conceitos, são diagramas indicando relações entre conceitos, ou entre palavras que usamos para representar conceitos. Eles se constituem em uma ferramenta estratégica facilitadora da aprendizagem significativa e da conceitualização (MOREIRA, 2010).

A estrutura gráfica do mapa conceitual ajuda a organizar ideias, conceitos e informações de modo esquematizado. Sua metodologia de classificar e hierarquizar conteúdo auxilia na compreensão de qualquer pessoa que o analise.

Os mapas conceituais podem ser desenvolvidos usando materiais como lápis e papel, post-its e cartões, até chegar a aplicativos como CMap Tools, Mindomo e FreenMind.

Abaixo segue modelo de mapa sobre a inclusão escolar de alunos surdos, mas existem outras possibilidades.



Em relação ao aluno surdo, o uso desse recurso relaciona-se ao reconhecimento das potencialidades visuais e ao benefício da exploração de recursos afins, como a Pedagogia Visual, para a aquisição de conhecimento desses alunos (LESCANO E SOUZA, 2018).

Referências

LESCANO, Andréa Rogéria Vareiro. SOUZA, Rejane de Aquino. **O Mapa conceitual como instrumento de ensino/aprendizagem de alunos surdos: o que dizem as pesquisas.** Revista Primeira Escrita. Aquidauana, Mato Grosso do Sul, n.5, 2018, p. 5-14.

MOREIRA, Marco A; Buchweitz, Bernardo. **Mapas conceituais: instrumentos didáticos de avaliação e de análise de currículo.** São Paulo: Moraes, 1987. 83 p.

MOREIRA, Marco A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa.** São Paulo: Centauro, 2010.

Documentário “Quando sinto que já sei”

No documentário *Quando sinto que já sei*, produzido pela Despertar Filmes, vamos lançar a reflexão resultante da apresentação de 10 iniciativas alternativas ao sistema convencional de ensino que convergem para um objetivo único: mostrar que é possível fazer diferente na educação.

Link do documentário: <https://youtu.be/HX6P6P3x1Qg>



Fonte: Youtube, 2014.

Referência

Quando sinto que já sei. Despertar Filmes. Youtube, 29 de julho 2014. Disponível em: <https://youtu.be/HX6P6P3x1Qg>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Página “Produção Visual em Libras”

Atualmente os recursos visuais têm sido de grande valia nos ambientes formais de ensino, tanto pelos recursos disponíveis quanto pelo apelo visual e atrativo. Nesse sentido, o desafio está posto para os professores que precisam elaborar materiais pedagógicos para uma turma composta por alunos surdos e ouvintes, de forma a contemplar as necessidades de aprendizado pertinentes a cada um.



Como foi visto na página de Tecnologia x Mídias, a visualidade se constitui em um recurso fundamental para a apreensão de conhecimento por parte do aluno surdo. Diante de componentes curriculares tão variados, é preciso buscar orientação junto aos profissionais especializados, para que o plano de ensino alcance os resultados pretendidos.

No Brasil, temos algumas instituições que atuam nessa área de produção didática em Libras, e em alguns casos, temos institutos que oferecem formação e materiais para download. Confira, logo abaixo algumas dessas iniciativas.

GEM

O Grupo de Estudos em Microscopia (GEM) foi criado em abril de 2011, no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Campi Vitória e Vila Velha. Trata-se de um programa de extensão de caráter cultural e educativo, tendo como objetivo principal difundir e incentivar os estudos sobre a microscopia junto à comunidade do Ifes. No site do grupo você vai encontrar duas publicações em Libras: o Livro de Microscopia em Libras e o Livro Atlas Histológico em Libras.

Acesse a página do grupo pelo link: <https://gem-micro.com.br/>

Assista ao vídeo do Livro Atlas Histológico em Libras:

<https://www.youtube.com/embed/KCkd1Vu88FA>

Canal Cefor

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor, do Instituto Federal do Espírito Santo, foi criado por meio da Portaria n. 1602, de 11 agosto de 2014. Entre as suas atribuições, destacam-se a promoção da integração sistêmica para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação (TAEs); como também a oferta de cursos, nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de TAEs e professores (IFES, 2016).

O canal Cefor no youtube possui um vasto acervo de produções audiovisuais, não só em Libras, como também sobre temas como acessibilidade e tecnologia, entre outros. Vale a pena a visita!

Acesse pelo link do canal: https://www.youtube.com/channel/UCt1DN_dOP-x1UR2PAwkQbvA

Portal Diversa

O DIVERSA é uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e diferentes organizações comprometidas com o tema da equidade. Entre os projetos desenvolvidos, está o de Materiais Pedagógicos Acessíveis (MPA). Esse material foi idealizado e confeccionado na formação de educadores que atuam com a educação especial em escolas comuns, a fim de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com e sem deficiência. Destacamos o vídeo Sistema Solar Interativo | MPA – Libras e Audiodescrição.

Acesse a página: <https://diversa.org.br/>

Acesse ao vídeo sobre o sistema solar: <https://youtu.be/snBwz6JNDmg>

Instituto Phala

Centro de Desenvolvimento para Surdos é uma Instituição sem fins lucrativos fundada em 1999 por pais, familiares e profissionais na área da surdez. Os serviços oferecidos pelo centro compreendem diversas áreas de atuação profissional, como intérprete de Libras, fonoaudiólogos, psicólogos, assistência social, como também disponibiliza curso de Libras (inclusive EaD), venda de livros em Libras e o canal no Youtube, com produções bacanas em Libras. Confira o link do canal e um vídeo que separamos abaixo.

Canal: <https://www.youtube.com/channel/UCxfN3eaQQ-eljseXdEOoHA>

Sinalário em matemática: <https://youtu.be/CK2q-Nskapo>

Referências

Cefor. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 04 de julho de 2016. Disponível em: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/o-cefor>. Acesso em: 15 maio 2020.

GEM. Grupo de Estudos em Microscopia. Ifes. Vila Velha, 2011. Disponível em: <https://gem-micro.com.br/index.php/300f0-quemosomos/>. Acesso em: 15 maio 2020.

Instituto Phala. Centro de Desenvolvimento para Surdos. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.institutophala.com.br/web/>. Acesso em: 12 maio 2020.

Portal Diversa. Educação Inclusiva na Prática. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://diversa.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2020.

Concluindo...

Este Produto Educacional se constitui em uma investigação-ação junto a professores, no formato semipresencial de um Curso de Formação de Professores para Inclusão de Alunos Surdos, com o propósito de colaborar para a melhoria do processo de ensino voltado a alunos surdos, por meio da apresentação de conteúdos relacionados à Cultura Surda, além de abordar temas e estudos vinculados ao tema da inclusão escolar desses estudantes.

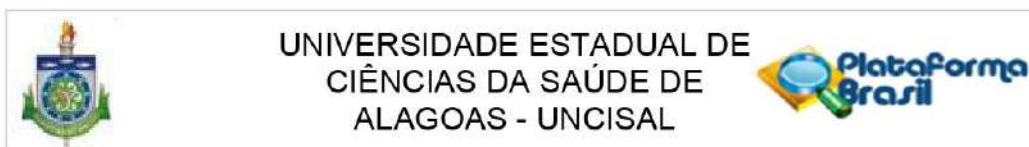
Para as atividades que se realizam em Ambiente Virtual de Aprendizagem, é recomendável que se sigam as orientações e o padrão visual da plataforma ao qual será inserido, que no caso deste curso, foi utilizado o Manual de Produção de Material Didático On Line utilizado pela Diretoria de Ensino a Distância (DIREAD) do Instituto Federal de Alagoas, em razão da aplicação ter ocorrido na Plataforma *Moodle* do Instituto.

Espera-se, por fim, que este material, embora se configure como Produto Educacional, seja compreendido, nos vários espaços de replicação, como um processo de formação continuada docente com vistas à inclusão escolar de alunos surdos.



ANEXO A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A capacitação docente na educação profissionalizante para surdos do curso Técnico de Nível Médio Integrado de Meio Ambiente do Campus Marechal Deodoro - IFAL

Pesquisador: MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 13341119.4.0000.5011

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.546.110

Apresentação do Projeto:

Este trabalho abrange uma pesquisa sobre o processo de inclusão escolar de alunos surdos no curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente, do Campus Marechal Deodoro, do IFAL. Dentro do planejamento pedagógico desses docentes existe alguma consideração quanto as necessidades do aluno surdo? Fundamentado na concepção metodológica da pesquisa-ação, este projeto se apoiará na coleta de dados via questionário e a participação efetiva dos professores na validação do produto educacional. A partir das percepções desse corpo docente sobre possíveis lacunas existentes entre a realidade na prática em sala de aula e do que está previsto em lei como garantia do direito à educação, será desenvolvido um produto educacional no formato de um curso de capacitação para os docentes que atuam no ensino profissionalizante de alunos surdos.

Objetivo da Pesquisa:

GERAL

Diante das constatações iniciais, o principal objetivo deste projeto é analisar as lacunas existentes no processo de inclusão escolar dos alunos surdos no curso Técnico de Nível Médio Integrado em Meio Ambiente, de forma a possibilitar a criação de um produto educacional, que venha a mitigar essas ausências percebidas no processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

ESPECÍFICOS

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113

Bairro: PRADO

UF: AL

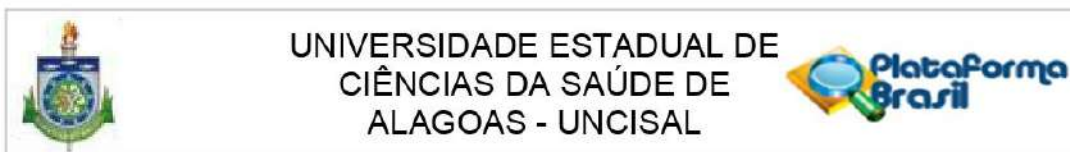
Município: MACEIO

CEP: 57.010-300

Telefone: (82)3315-6787

Fax: (82)3315-6787

E-mail: comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.546.110

- Desenvolver um produto educacional que se constituirá em uma proposta de capacitação para professores que atuam em turmas com alunos surdos, na modalidade EaD, com a carga horária de 40h.
- Orientar os professores sobre conceitos importantes a respeito da surdez;
- Articular um canal de comunicação entre o professor e o aluno surdo;
- Enfatizar a importância de um planejamento prévio para o acolhimento desses alunos em sala de aula

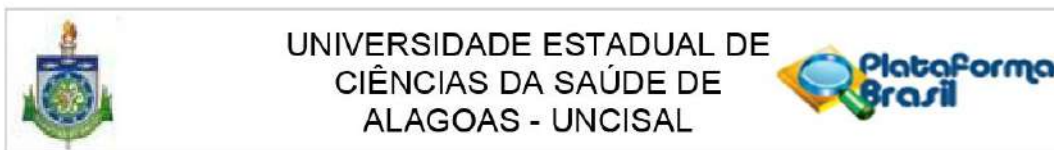
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

Esta pesquisa poderá incorrer nos seguintes riscos:

- Em relação ao questionário proposto, existe a possibilidade de recusa por parte dos professores em responder o formulário em sua totalidade. Como será determinado um período para preenchimento do referido instrumento de pesquisa, caso se constate a ausência de participação, como ação de contingência, o pesquisador responsável contatará os professores através dos meios de comunicação disponíveis do grupo, como grupo de mensagens e sala dos professores. Essa medida tem por objetivo reforçar a importância da participação do professor convidado no processo de inclusão escolar do aluno surdo. Caso persista a recusa, deixaremos os sujeitos à vontade para se desligarem da pesquisa, uma vez que a participação é voluntária.
- Em relação a quebra de sigilo, há que considerar a possibilidade de o próprio participante identificar-se nas respostas abertas, no entanto, como forma de minimizar tal exposição, as questões de múltiplas respostas serão tabuladas e analisadas de forma impessoal. Outra medida preventiva foi a elaboração do formulário sem a necessidade de identificação para o seu preenchimento. Apenas no TCLE constarão o nome do participante e seus dados para fins de esclarecimentos que se fizerem necessários no decorrer da participação nesta pesquisa. Esses dados do participante não serão divulgados na pesquisa, conforme assegura o constante no TCLE.
- Em relação a confidencialidade da pesquisa, reiteramos o caráter impessoal do preenchimento do instrumento de coleta de dados, de forma que tal risco será considerado por formalidade, posto que as respostas não serão identificadas individualmente e não podem ser utilizadas no presente trabalho sem o prévio consentimento do participante por meio da assinatura do TCLE.
- No que se refere ao curso de capacitação, pode ocorrer a evasão do participante antes do

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.546.110

término previsto para o curso. Quanto a essa possibilidade, será feito o contato com o participante por e-mail ou pessoalmente, caso haja necessidade e se for autorizado pelo mesmo, para saber mais informações sobre a desistência do professor, no intuito de conscientizá-lo sobre a importância da sua participação para o alcance do objetivo proposto pela pesquisa.

- Quanto a avaliação do curso, pode ocorrer rejeição e/ou aprovação dos participantes quanto à capacitação proposta. Neste sentido, o pesquisador considera que os apontamentos negativos e possíveis sugestões vão subsidiar os ajustes no produto educacional para fins de qualificação. Após essa etapa, será proposta uma nova aplicação do curso.

BENEFÍCIOS

Esta pesquisa pretende contribuir para a conscientização dos professores sobre a participação docente no processo de inclusão de alunos surdos em sala de aula. Outros benefícios, diretos e indiretos, foram considerados a partir da proposta deste trabalho, a saber:

- De forma direta - colaborar para a formação continuada de professores da Educação Básica, de forma a subsidiar a elaboração das atividades de ensino e pesquisa docentes para que contemplem os alunos surdos;
- Na perspectiva da melhoria do processo de ensino, colaborar com o planejamento pedagógico dos professores de forma que possam ser contempladas as necessidades de seus alunos em sala de aula, quer sejam eles surdos ou ouvintes;
- De forma indireta - colaborar com o processo de socialização entre os alunos surdos e os professores do campus;
- Corroborar com o propósito de melhoria dos processos de ensino no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas;
- Ensejar a replicação do curso para professores de outros campi que tenham a mesma demanda com alunos surdos.

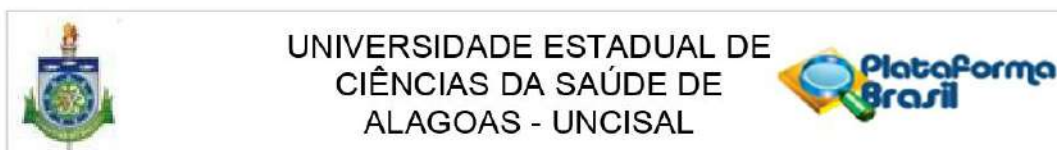
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente estudo se encontra de acordo com a Resolução 466/12.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

sem pendências.

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113	CEP: 57.010-300
Bairro: PRADO	
UF: AL	Município: MACEIO
Telefone: (82)3315-6787	Fax: (82)3315-6787
	E-mail: comiteeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.546.110

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Nesta oportunidade, lembramos que o pesquisador tem o dever de durante a execução do experimento, manter o CEP informado através do envio a cada seis meses, de relatório consubstanciado acerca da pesquisa, seu desenvolvimento, bem como qualquer alteração, problema ou interrupção da mesma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1326337.pdf	05/08/2019 22:59:20		Aceito
Outros	DECLARACAO_CONFLITO_INTERESS ES.pdf	05/08/2019 22:57:47	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP_PARECER_30_07.doc	05/08/2019 22:56:51	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_VERSAO_P_Brasil.docx	05/08/2019 22:53:40	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	CHECK_LIST_IDENTIFICACAO_PESQUISADORES.pdf	04/08/2019 17:04:00	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	04/08/2019 16:56:36	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_PESQUISA_AVALIACAO.pdf	02/08/2019 10:34:42	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	01/08/2019 16:43:04	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	DECLARACAO_AUTORIZACAO_CAMPUS.pdf	01/08/2019 16:42:32	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	TERMO_RESPONSABILIDADE_PESQUISADOR.pdf	01/08/2019 16:41:12	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP.doc	02/07/2019	MELISSA ROSSANA	Aceito

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113

Bairro: PRADO

CEP: 57 010-300

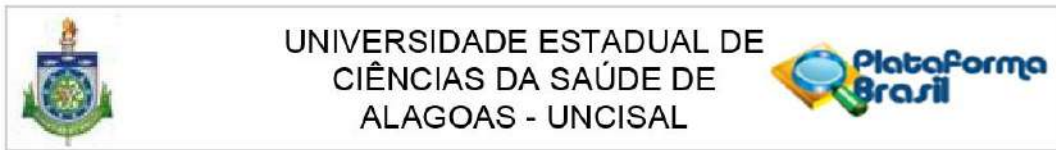
UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3315-6787

Fax: (82)3315-6787

E-mail: comitedeeticauncisal@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.546.110

Outros	CARTA_RESPOSTA_CEP.doc	11:36:20	DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_PESQUISA_FOR MULARIO.pdf	29/06/2019 15:10:22	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	09/04/2019 22:14:16	MELISSA ROSSANA DE OLIVEIRA MENEZES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 01 de Setembro de 2019

Assinado por:
MARIA DO CARMO BORGES TEIXEIRA
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Jorge de Lima, 113
Bairro: PRADO **CEP:** 57.010-300
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3315-6787 **Fax:** (82)3315-6787 **E-mail:** comitedeeticauncisal@gmail.com